

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELISÂNGELA IARGAS IUZVIAK MANTAGUTE

EDUCAR A INFÂNCIA
ESTUDO SOBRE AS PRIMEIRAS CRECHES PÚBLICAS DA REDE MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA (1977-1986)

CURITIBA
2009

ELISÂNGELA IARGAS IUZVIAK MANTAGUTE

EDUCAR A INFÂNCIA
ESTUDO SOBRE AS PRIMEIRAS CRECHES PUBLICAS DA REDE MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA (1977-1986)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pos-Graduação em Educação da
Universidade Federal do Parana, Linha
de Historia e Historiografia da Educação,
como requisito parcial para a obtenção do
titulo de Mestre em Educação

Orientadora Prof^a Dr^a Gizele de Souza

CURITIBA
2009

P1000293299

DOACAO/MUFPR-MEMORIA UFPR

Registro No 543 167 Data 01/10/2009

Autor MANTAGUTE ELISÂNGELA IARGAS IUZVIAK

Titulo EDUCAR A INFÂNCIA ESTUDO SOBRE AS PRIMEIRAS CRECHES P6

Preco 40,00

Doador AUTOR

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Mantagute, Elisângela Iargas Iuzviak

Educar a infância estudo sobre as primeiras creches
publicas da rede municipal de educação de Curitiba (1977 -
1986) / Elisângela Iargas Iuzviak Mantagute – Curitiba, 2009
134 f

Orientadora Profª Drª Gizele de Souza
Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação,
Universidade Federal do Paraná

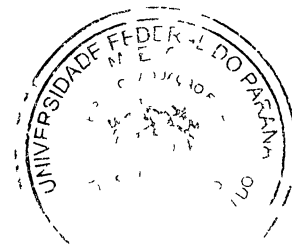
1 Educação de crianças - creches 2 Creches -
Historia - Curitiba - 1977-1986 3 Educação de crianças -
Prefeitura Municipal de Curitiba I Titulo

CDD 372 21

CDU 373 22



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Dissertação de **ELISÂNGELA IARGAS IUZVIAK MANTAGUTE** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. As abaixo-assinadas, DR^a GIZELE DE SOUZA, DR^a LIVIA MARIA FRAGA VIEIRA e DR^a NADIA GAIOFATTO GONÇALVES arguiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação **“EDUCAR A INFÂNCIA: ESTUDO SOBRE AS PRIMEIRAS CRECHES PÚBLICAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA (1977-1986)”**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca e de Parecer que a candidata esta apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR ^a GIZELE DE SOUZA		aprovada
DR ^a LIVIA MARIA FRAGA VIEIRA		aprovada
DR ^a NADIA GAIOFATTO GONÇALVES		Aprovada

Curitiba, 26 de agosto de 2008

Prof^a Dr.^a Maria Tereza Carneiro Soares
Coordenadora do Programa de Pos-Graduação em Educação

*Ao meu amado esposo e ao meu lindo filho
João Gabriel Os momentos de ausência aqui
explicados*

*A minha mãe que sempre me incentivou para
alçar os vãos do conhecimento Ao meu pai (in
memoriam)*

*E a todas as crianças que direta ou
indiretamente me levaram ao prazer de cada
dia querer saber mais sobre elas*

AGRADECIMENTOS

Que prazerosa e difícil tarefa esta de escrever agradecimentos ao final de um trabalho que exige tanto de nos pesquisadores e também das pessoas que estão ao nosso redor

Ora, por quem começar? Inicio por minha família. Até hoje em muitos momentos ouço a voz de minha mãe a dizer *“Minha herança a vocês, serão os seus estudos!”* Acho que levei a sério os dizeres dela. Mas hoje compreendo que da simplicidade desta frase fiz minha carreira acadêmica e profissional. Tenho muito a agradecer a figura dela, batalhadora e sempre atenta ao meu percurso.

Ao meu esposo que me acompanhou e me socorreu nos momentos das dificuldades e que com carinho acolheu minhas angustias e alegrias ao longo da pesquisa e sempre.

Meu filho que veio junto com o Curso de Mestrado: gravidez ao fazer os créditos e pesquisas iniciais, amamentação, fraldas e muito colo durante as pesquisas e escrita do texto. Quanta paciência de um bebê recém chegado a minha vida! Com certeza João Gabriel será um amante de bibliotecas, acervos, museus e arquivos!

A todos os meus familiares que estiveram de perto ou de longe, acompanhando todo este processo gratificante, que em alguns momentos nos deixa afastados, como que dentro de um casulo, num processo de transformação. Agradeço pela compreensão!

A minha querida orientadora – Gizele de Souza – que já se tornou da família. Pude contar com seus conselhos de doutora, de conhecedora da história da infância, das bibliografias sobre as crianças e as creches no Brasil. Mas pude contar também com seus conselhos e dicas sobre a maternidade. Meu sincero carinho e admiração!

Aos queridos e dedicados professores da Linha de História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. Ao Marcus Levy, que desde a graduação me ensinou a olhar a história de uma perspectiva diferente. Que com seu humor refinado me conduziu pelos diferentes historiadores da história da educação brasileira.

A Liane Bertucci, que com paciência e paixão nos apresentou aos grandes mestres da História. A Nadia Gaiofatto Gonçalves que com sua serenidade trouxe a tona o papel do Estado na história da educação e da educação infantil, e, trouxe para a minha banca de qualificação, pontos importantes e uma leitura apurada, dedicada para uma melhor organização e exploração do meu tema

Ao Carlos Eduardo e o Marcus Taborda pelo esforço em me indicar interessantes e relevantes caminhos para a escrita de meu trabalho

A professora Livia Maria Fraga Vieira, da Universidade Federal de Minas Gerais, que por meio de seu parecer na banca de qualificação, proporcionou-me uma nova visão sobre o meu problema, assim como indicou caminhos enriquecedores para o meu trabalho

Aos queridos colegas e companheiros do Mestrado Alicia, Cristiane, Linete, Sidmar, Suderli e Tânia que sempre estiveram disponíveis para minhas lamurias, dúvidas e histórias. Nos cafés aos arredores da universidade, sempre uma boa conversa que fizeram a diferença para a conclusão dos créditos e seminários de pesquisa!

A Prefeitura Municipal de Curitiba e as Secretarias Municipais de Recursos Humanos e Educação, que me disponibilizaram a licença para realização do Mestrado

Aos funcionários da Casa da Memória, do Arquivo da Secretaria Municipal de Educação, do Arquivo Público Estadual, do Centro de Referência Legislativa, na pessoa do Josue, do Arquivo Público Municipal, do IPPUC e principalmente aos funcionários do Acervo Paranaense da Biblioteca Pública Municipal, meus sinceros agradecimentos na difícil empreitada em busca das fontes que tratassem das creches em Curitiba

Aos depoentes desta pesquisa, que colaboraram com seus relatos sobre as suas experiências pessoais com relação as creches de Curitiba, minha gratidão!

A Celia, por sua atenta e prestimosa correção de língua portuguesa

Por fim, agradeço a todos que durante estes dois últimos anos da minha vida me acompanharam e se solidarizaram as leituras de textos e livros, a ausência para a pesquisa e a escrita do trabalho. Ele é fruto da minha pesquisa, mas também de minhas vivências com vocês e do trabalho que desenvolvo com a educação e com as crianças que já passaram em minha vida

A todos agradeço com carinho! Esta pesquisa tem a presença de vocês!

RESUMO

Esta dissertação trata da investigação sobre a constituição do sistema de atendimento público a crianças de 0 a 6 anos em rede de creches oficiais, no município de Curitiba, no período entre 1977 a 1986. Em 1977, inauguraram-se as quatro primeiras creches municipais em Curitiba: Creche Vila Camargo, Creche Jardim Paranaense, Creche Vila Hauer e Creche Xaxim, as quais ofereciam atendimento às crianças com funcionários contratados pelo regime CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), e somente em 1985 e que a Prefeitura Municipal de Curitiba realizou concurso público para os funcionários com atuação em creches. O ano de 1986 é marcado pela primeira publicação oficial com relação às normas de atendimento, funcionamento e seleção de crianças para as vagas disponíveis nas creches de Curitiba. Desse modo, justifica-se a periodização fixada para esse estudo, de 1977 a 1986. As fontes identificadas para a pesquisa foram consultadas nos seguintes espaços: Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná, Acervo Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Educação, Arquivo da Fundação de Assistência Social, Biblioteca do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e Casa da Memória de Curitiba. As fontes utilizadas para o desenvolvimento do trabalho consistem em legislações educacionais (do âmbito federal, estadual e municipal) sobre creche, orientações oficiais da Prefeitura Municipal de Curitiba para as creches, cadernos pedagógicos e planos municipais de educação, reportagens jornalísticas, fotografias e também fontes orais. O propósito deste trabalho recaiu sobre a investigação da forma como ocorreu a constituição do atendimento público de educação da infância, nas primeiras creches no município de Curitiba, no período de 1977 a 1986, por meio dos vestígios deixados por adultos através de jornais, propostas pedagógicas, legislação, entre outros. Objetiva-se neste trabalho examinar a organização histórica das primeiras creches públicas em Curitiba, visando depreender as razões histórico-sociais que levaram a esta constituição, percebendo de que forma os sujeitos envolvidos neste processo – o poder público, o movimento popular e os funcionários das creches – atuaram nesse processo de consolidação de propostas para a creche. Pretende-se também analisar qual foi o atendimento proposto para estas crianças com relação ao espaço, ao mobiliário e aos educadores. A hipótese que orienta este trabalho é a de que a organização das primeiras creches públicas de Curitiba se deu no embate entre as pressões do movimento social, e nele o movimento de mulheres, para a reorganização do poder público na construção e manutenção das creches voltadas aos filhos dos trabalhadores e as ações de atendimento a creches realizadas pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

Palavras-chave Creche História da Infância Educação Infantil Prefeitura Municipal de Curitiba

ABSTRACT

This dissertation is about the research on the formation of the public care system for children from 0 to 6 years old in official kindergartens in Curitiba, from 1977 to 1986. In 1977, it was inaugurated the first four municipal Kindergartens in Curitiba: Vila Camargo, Jardim Paranaense, Vila Hauer and Xaxim Kindergartens, which offered care for children with employees hired by the CLT (Consolidation of Labor Laws), and only in 1985 the Curitiba City hall made a public contest for the employees that worked in the Kindergartens. The year 1986 was marked by the first official publication with the standards of care, operation and selection of children for the available positions in the Kindergartens of Curitiba. Thus, it can justify the timeline made for this study, from 1977 to 1986. The identified sources for the research were checked in the following areas: Public Archive from Parana, Paranaense Collection from the Paraná Public Library, General Archives from the Municipal Department of Education, The Social Assistance Archive, Library of the Research Institute and Urban Planning from Curitiba and the House of Memory from Curitiba. The sources used for the work development are: education laws (from the federal, state and municipal) on Kindergartens, official guidelines from the city hall of Curitiba for Kindergartens, educational notebooks and municipal plan for education, journalistic reports, photographs and also oral sources. The purpose of this work is about the investigation of how the formation of the childhood education public service in the first kindergartens was in Curitiba, from 1977 to 1986, through the traces left by adults on newspapers, educational proposals, Legislation, among others. The objective of this work was to examine the historical organization of the first public day care centers in Curitiba, trying to know the historical and social reasons that led to this constitution, realizing how the people were involved in this process: the public government, the popular movement and the kindergartens staff that acted in this process of proposals consolidation for the nursery. It is also intended to examine what the proposed care for these children was in relation to the space, the furniture and the educators. The hypothesis that guides this work is that the organization of the first public kindergartens in Curitiba happened in the clash between the pressures of the social movement, and on it the women movement, for the government reorganization in the construction and maintenance of the kindergartens to the children of workers and the service actions to the day care conducted by the city hall of Curitiba.

Key words Kindergartens History of the childhood Child education City hall of Curitiba

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1	- MAPA PRELIMINAR URBANO – 1965	27
FOTOGRAFIA 2	- FAVELA EM CURITIBA	29
FOTOGRAFIA 3	- FAVELA EM CURITIBA	29
MAPA 4	- OCUPAÇÕES IRREGULARES – 1978	30
MAPA 5	- CONJUNTOS HABITACIONAIS EM CURITIBA 1967-1997	34
FOTOGRAFIA 6	- RUELA DA VILA ESTRELA, NO BAIRRO FAZENDINHA	49
FOTOGRAFIA 7	- VILA ESTRELA, SITUADA NO BAIRRO FAZENDINHA	49
FOTOGRAFIA 8	- FAVELA DA VILA SÃO PEDRO - JANEIRO DE 1980	50
FOTOGRAFIA 9	- FAVELA DA VILA SÃO PEDRO, JANEIRO DE 1980	50
FOTOGRAFIA 10	- FAVELA DA VILA SÃO PEDRO, JANEIRO DE 1980	51
FOTOGRAFIA 11	- INAUGURAÇÃO DA CRECHE SANTA QUITERIA	53
FOTOGRAFIA 12	- INAUGURAÇÃO DA CRECHE SIBISA	53
FOTOGRAFIA 13	- INAUGURAÇÃO DA CRECHE BIRIGUI	54
FOTOGRAFIA 14	- FAVELA MORADIAS BELEM	56
FOTOGRAFIA 15	- INAUGURAÇÃO DA CRECHE LIBERDADE	58
FOTOGRAFIA 16	- INAUGURAÇÃO DA CRECHE EUCALIPTOS	59
FOTOGRAFIA 17	- FALTA DE CRECHES PREJUDICA OPERARIAS MÃES SOLICITAM MAIS CRECHES	76
FOTOGRAFIA 18	- CONTRATO DE TRABALHO DE JOSELITA MARIA NOGUEIRA	79
FOTOGRAFIA 19	- PAGINA DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JOSELITA MARIA NOGUEIRA	80
FOTOGRAFIA 20	- PAGINA DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JOSELITA MARIA NOGUEIRA	84
FOTOGRAFIA 21	- PLANTA BAIXA CRECHE SÃO CARLOS	92
FOTOGRAFIA 22	- PLANTA BAIXA DAS CRECHES COQUEIROS E VILA	

VITORIA	95
FOTOGRAFIA 23 - FACHADA CRECHE PALMEIRA	96
FOTOGRAFIA 24 - CRIANÇAS NO ESPAÇO EXTERNO DA CRECHE SANTA QUITERIA	97
FOTOGRAFIA 25 - CRIANÇAS BRINCANDO NO ESPAÇO EXTERNO DE UMA CRECHE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA	112
FOTOGRAFIA 26 - CRIANÇAS BRINCANDO NO PARQUE EXTERNO DE UMA CRECHE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA	113
FOTOGRAFIA 27 - SALA DO BERÇARIO DE UMA CRECHE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA	114

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	POPULAÇÃO URBANA – CURITIBA 1940 – 1980	25
QUADRO 2 -	POPULAÇÃO CURITIBANA DE 2 A 6 ANOS ESCOLARIZADA	41
QUADRO 3 -	ORGANIZAÇÃO DAS CRIANÇAS DE ACORDO COM A FAIXA ETARIA	44
QUADRO 4 -	LOCAIS COM MAIOR CONCENTRAÇÃO E NECESSIDADE DE ATENDIMENTO A INFÂNCIA – CURITIBA	45
QUADRO 5 -	CRECHES OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA INAUGURADAS NO PERIODO DE 1977 A 1980	52
QUADRO 6 -	CRECHES OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA INAUGURADAS NO PERIODO DE 1981 A 1986	57
QUADRO 7 -	CRECHES MUNICIPAIS DE CURITIBA INAUGURADAS ENTRE 1977 E 1986	60
QUADRO 8 -	NUMERO DE VAGAS OFERECIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA EM CRECHES, ENTRE 1977 E 1986	61
QUADRO 9 -	NUMERO DE CRIANÇAS NA CIDADE DE CURITIBA/NUMERO DE CRIANÇAS ATENDIDAS EM CRECHES PUBLICAS	63
QUADRO 10 -	DISTRIBUIÇÃO DO NUMERO DE FUNCIONARIOS EM CRECHES DE CURITIBA 1984-1985	82
QUADRO 11 -	RELAÇÃO DE ADULTO/CRIANÇA, RECOMENDADA PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAUDE	83
QUADRO 12 -	FUNCIONARIOS CONTRATADOS PARA ATUAR NAS CRECHES DE CURITIBA 1977-1985	86
QUADRO 13 -	NUMERO DE SALAS NAS CRECHES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1977 – 1980	100
QUADRO 14 -	AREA TOTAL DAS CRECHES CONSTRUIDAS – ESPAÇO INTERNO E EXTERNO	101
QUADRO 15 -	MATERIAIS ADQUIRIDOS PARA ALGUMAS CRECHES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1985	105

LISTA DE SIGLAS

ANPED	- Associação Nacional de Pos-Graduação e Pesquisa em Educação
CAI	- Centro de Atendimento Infantil
CAPE	- Centro de atendimento ao Pre-escolar
CEMIC	- Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade
CIC	- Cidade Industrial de Curitiba
CLT	- Consolidação das Leis de Trabalho
DDS	- Departamento de Desenvolvimento Social
DNCr	- Departamento Nacional da Criança
FUNABEM	- Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
GT	- Grupo de Trabalho
IAM	- Instituto de Assistência ao Menor
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
LBA	- Legião Brasileira de Assistência
LDB/EN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
ONG	- Organização Não Governamental
PMC	- Prefeitura Municipal de Curitiba
SME	- Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS EM CURITIBA	25
1 1 A CIDADE DE CURITIBA NAS DECADAS DE 1970 E 1980	25
1 2 PLANO DE DESFAVELAMENTO E AS CRECHES PUBLICAS	37
1 3 ORGANIZAÇÃO DA REDE DE CRECHES	43
1 4 PARCERIAS DOS ORGÃOS FEDERAIS COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA	46
CAPÍTULO 2	
OS SUJEITOS SOCIAIS PRESENTES NAS CRECHES PÚBLICAS DE CURITIBA	61
2 1 A INFÂNCIA E A FAMÍLIA PRESENTES NA PROPOSTA DE CRECHES	61
2 2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM BUSCA DO ATENDIMENTO PÚBLICO AS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	69
2 3 A CONTRATAÇÃO DAS BABAS, A SUA CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO E AS FUNÇÕES DESEMPENHADAS POR ELAS NAS CRECHES	78
CAPÍTULO 3	
A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E MOBILIÁRIOS NAS CRECHES EM CURITIBA	90
3 1 OPÇÕES DE ESPAÇOS PARA AS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS EM CRECHES	91
3 2 O MOBILIÁRIO DAS CRECHES	103
4 CONCLUSÃO	117
FONTES	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
ANEXO	131

INTRODUÇÃO

“Assim como os historiadores, os fotógrafos não apresentam reflexos da realidade, mas representações da realidade”¹

Esta dissertação trata da constituição histórica das primeiras creches públicas no município de Curitiba, no período entre 1977 a 1986. Nela está refletido um percurso de coordenadora pedagógica de educação infantil² da rede municipal de educação de Curitiba, assim como um percurso de pesquisadora sobre a história da infância.

O tema em questão surgiu em função do trabalho desenvolvido anos atrás por esta pesquisadora na creche Gramados, que foi inaugurada em Curitiba no ano de 1979. No processo de organização da documentação histórica da instituição, efetuado entre os anos de 2003 a 2005, percebeu-se que a creche apresentava poucos documentos arquivados relativos à sua história e memória. Ao mesmo tempo, as instituições responsáveis³ por estas unidades em Curitiba, também não dispunham de um arquivo com a documentação das creches.

A inserção no Programa de Pós-Graduação na Universidade Federal do Paraná e o percurso percorrido durante o curso contribuiu para o refinamento da temática da pesquisa e para a seleção e organização das fontes.

A documentação para a realização dessa dissertação foi encontrada em vários locais e em diferentes arquivos que guardam documentação sobre a

¹ BURKE, P. 1992, p.27.

² O termo “educação infantil” é utilizado para se referir às instituições educativas destinadas às crianças de 0 a 6 anos, a partir da promulgação da LDB nº 9394/1996. No entanto, com a aprovação da Lei nº 11 114, de 2005 a educação infantil passou a abranger a faixa etária de 0 a 5 anos. Nesta dissertação será utilizada a faixa etária de 0 a 6 anos, tendo em vista que o período estudado é anterior a essas legislações.

³ As creches municipais de Curitiba, quando inauguradas na década de 1970 eram de responsabilidade da Diretoria do Serviço Social. A partir de 1979 passaram ao Departamento de Desenvolvimento Social. No ano de 1986 foi criada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que ficou responsável por estas instituições. Em 1989, com a criação da Secretaria Municipal da Criança, esta ficou com a incumbência de zelar pelas creches no município. Em 2003 as creches foram transferidas para a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, atendendo aos dispositivos da LDB nº 9394/1996.

educação. Os arquivos consultados estão dispersos em pelo menos cinco espaços na cidade de Curitiba: Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná; Acervo Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná; Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Educação; Arquivo da Fundação de Assistência Social; Biblioteca do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e Casa da Memória de Curitiba.

As fontes que compõem a base empírica deste estudo consistem em: legislação educacional (do âmbito federal, estadual e municipal) sobre a creche; orientações da Prefeitura Municipal de Curitiba para a rede de creches públicas; cadernos pedagógicos, planos municipais para a educação, assim como fotografias⁴ dos locais de instalação das referidas creches.

Concordando com Vidal (1998, p.86) sobre o papel da fotografia no trabalho historiográfico: “... o belo do registro fotográfico, além de emocionar, *representa*, produzindo imagens do passado, que apesar de desterradas do caráter de *uma* verdade, abrem-se à leitura de *múltiplas* verdades sobre o ontem”. As fotografias utilizadas neste texto foram localizadas em jornais de circulação da época da cidade de Curitiba, e, algumas pertencem ao acervo da Casa da Memória de Curitiba. Na pesquisa percebeu-se que a Prefeitura Municipal de Curitiba não possui um acervo de fotos sobre as creches oficiais, nem tão pouco sobre os locais onde elas foram instaladas. A utilização das fotos no decorrer do trabalho servirá como ilustração e registro iconográfico da trajetória da implantação das creches em Curitiba, não sendo, portanto, objetivo a utilização da imagem como objeto.

Souza (2000, p.18) indica sobre o desafio no uso da fotografia nos estudos da história da educação: “o desafio consiste em tomar as imagens como fonte de estudo, um material capaz de oferecer informações e contribuir para ampliar a compreensão sobre as instituições educativas e o movimento social”. Neste sentido, a fotografia se prestou à complementação da fonte documental, ampliando assim a compreensão do cotidiano nas creches de Curitiba.

Outra fonte utilizada foi a oral. Houve a possibilidade de localização de alguns dos sujeitos que fizeram parte do processo de implantação das creches em Curitiba:

⁴ Todas as imagens que constam neste trabalho, foram extraídas de jornais publicados na cidade de Curitiba, de revistas e do acervo do IPPUC. As fotografias das imagens foram realizadas com câmera digital.

funcionários que iniciaram na função de *babá*⁵ naquela época, representante do movimento social e também representantes do poder público. As entrevistas⁶ aqui complementaram o *corpus empírico*, no sentido de apontarem pistas históricas, contradições e tensões entre as representações dos setores envolvidos no processo de constituição das creches públicas na cidade de Curitiba. A utilização deste tipo de fonte corrobora com Janotti (1996, p.58 e 60), quando se refere à fonte oral:

O objetivo do historiador é a produção de documentos sobre a história do tempo presente visando a complementaridade e veracidade das informações, portanto o cotejo das fontes. O relato é visto como um testemunho, a versão de um indivíduo integrante de uma coletividade. A história oral rompe com silêncios provenientes do cotidiano, do fazer anônimo, relevando acontecimentos, experiências e mentalidades que não se encontram nos documentos escritos e nas versões oficiais da historiografia.

As fontes examinadas provenientes dos arquivos de instituições da Prefeitura Municipal de Curitiba, as de jornais e as orais constituíram a base empírica para análise da configuração das propostas educativas destinadas às crianças de 0 a 6 anos em Curitiba na sua rede de creches oficiais. Neste sentido, concordando com Ragazzini (2001, p.14): “A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado”.

Dessa forma, o trabalho com a pesquisa das fontes foi cercado de idas e voltas aos diferentes arquivos no sentido de aglutinar informações e confrontá-las. Este esforço remete-se à Julia (2001), que entende que a tarefa do historiador na busca das fontes deve ser incessante. A habilidade de buscar pistas é fundamental e, principalmente a competência para lê-las é muito importante: “o historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira” (JULIA, 2001, p. 17).

Ainda com relação à utilização das fontes no decorrer do trabalho, corrobora-se com Del Priore (1999) quando a mesma analisa a utilização das diferentes fontes para a constituição do corpo empírico do trabalho de pesquisa sobre crianças:

⁵ O termo *babá* é utilizado neste trabalho tendo em vista que as fontes do período utilizam tal nomenclatura para se referirem às pessoas que desenvolviam o trabalho com as crianças nas creches de Curitiba.

⁶ As entrevistas foram agendadas com antecedência via telefone e foram realizadas nas residências ou locais de trabalho dos entrevistados. Em média, as entrevistas tiveram duração de 1h30min. Não houve a gravação das entrevistas, pois os entrevistados não autorizaram.

...resgatar a história da criança, simplesmente criança, as formas de sua existência cotidiana, as mutações de seus vínculos sociais e afetivos, a sua aprendizagem da vida por meio de uma história que, no mais das vezes, não nos é contada diretamente por ela. Resgatar esse passado significa, primeiramente, dar voz aos documentos históricos, perquirindo-os nas suas menores marcas, exumando-os nas suas informações mais concretas ou mais modestas, iluminando as lembranças mais apagadas. É pela voz dos médicos, professores, padres, educadores, legisladores que obtemos informações sobre a infância no passado (...) (DEL PRIORE, 1999, p.15).

Torna-se um desafio ler estas pistas deixadas sobre a criança, sobre as instituições educativas criadas para ela e sobre as práticas culturais destinadas a ela, bem como, compreender como as políticas públicas de educação e assistência contemplaram tais crianças e como esse processo educativo desenvolveu-se na esfera pública no município de Curitiba.

Heywood (2004), alerta para a dificuldade no que diz respeito à busca de fontes para a produção da pesquisa sobre história da infância:

Um problema específico para os historiadores é desencavar materiais-fonte sobre infâncias do passado. As próprias crianças não deixam muitos registros. Até mesmo os artefatos destinados a elas, como livros e brinquedos, sobrevivem pouco. Os historiadores têm demonstrado uma engenhosidade considerável em sua utilização das fontes, recorrendo a registros oficiais como os produzidos por inspetores de fábricas e escolas... (HEYWOOD, 2004, p.14).

Desta forma, isso contribui para uma produção tímida sobre a história da infância e os processos educacionais destinados a ela, no Brasil. Eloísa Acires Candal Rocha, em sua tese de doutorado, organiza uma avaliação sobre a produção acadêmica a respeito da educação infantil no País, no período entre 1990 e 1996, destacando a consolidação deste recorte temático em diferentes áreas do conhecimento como Ciências Sociais, Psicologia, Pedagogia e Educação. Demonstra também, como os espaços de divulgação da produção acadêmica foram abrindo campos de discussão para este recorte temático, como por exemplo, o Grupo de Trabalho (GT) da ANPED intitulado, no ano de 1981 como GT de Educação Pré-Escolar, que só em 1988 recebeu a atual denominação – educação da criança de 0 a 6 anos – ampliando as discussões e recortes temáticos abordados, denominação essa “considerada mais abrangente e mais adequada aos direitos constitucionais⁷ que acabavam de ser conquistados.” (ROCHA, 1999, p. 82).

⁷ Somente na Constituição de 1988 a nomenclatura *creche* consta no capítulo que trata da educação. No Art. 208, lê-se: *O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:*

No entanto, em tal levantamento a produção acadêmica relacionada ao campo da história da educação infantil é tímida, tendo em vista, segundo Rocha, que:

... a contribuição da História evidenciou-se apenas no contexto da ANPED, quando são retomadas as características educacionais de origem das instituições que contrariam o entendimento de que o seu caráter educativo seria recente e superador de um caráter assistencial, bastante presente nos textos analisados, nos quais são repetidas sínteses de fatos de uma história recente da educação infantil no Brasil. Os estudos históricos contribuíram para o reconhecimento das diferentes concepções educativas presentes nos projetos de assistência associadas à perpetuação das desigualdades. Neste sentido estes estudos permitem ainda abertura de caminhos de investigação sobre a qualidade da creche e da pré-escola de forma a relacioná-las com os projetos políticos mais amplos (ROCHA, 1999, p. 136).

Esta problemática que diz respeito à desvalorização das primeiras propostas de atendimento à criança no Brasil, caracterizadas apenas e superficialmente como assistencialistas e a falsa análise realizada que mostra uma possível evolução do atendimento assistencial para o educacional, estão presentes na pesquisa sobre educação infantil no Brasil.

Esta questão é abordada por Kuhlmann Jr quando o autor, por meio de diferentes artigos, refuta a análise acima descrita e demonstra que, embora o atendimento às crianças, inicialmente, tivesse uma preocupação assistencialista havia, nesta proposta, um caráter educativo. Kuhlmann Jr alerta para a importância da ampla pesquisa para que a historiografia não caia neste clichê sobre a educação infantil no Brasil:

A inexistência de pesquisas em amplas bases de fontes e com uma crítica dos documentos referendou interpretações equivocadas produzidas na própria história das instituições de educação infantil, tais como a de que essas instituições não teriam sido educacionais em sua origem. Essa caracterização, de fato, foi utilizada inúmeras vezes desde o final do século XIX (KUHLMANN Jr, 1998, p.7).

No que diz respeito à produção acadêmica sobre a educação infantil no estado do Paraná, de acordo com o levantamento feito pelo MEC, na Série Estado do Conhecimento nº 2 sobre Educação Infantil (1983-1996) publicado no ano de

§ IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

2001⁸, destaca que no Paraná, neste período, foram produzidas apenas 10 dissertações de mestrado, defendidas numa mesma instituição: a Universidade Federal do Paraná. Todos estes trabalhos abordam a infância no campo da Pedagogia.

Após este período, podem-se destacar outros trabalhos realizados, tais como: a tese de doutorado de Márcia Sebastiani (1996) que aborda a temática da educação infantil. A autora apresenta um breve levantamento histórico das instituições de educação infantil no município de Curitiba, mas dedica-se prioritariamente à discussão sobre os aspectos estruturais e qualitativos do atendimento à criança na rede pública de creches. A autora acredita que:

a discussão e a procura de caminhos que levem à melhoria da qualidade são importantes, e, nesse sentido, o próprio processo de definição da qualidade já é de grande valia, uma vez que se abre a possibilidade de questionar, argumentar e analisar, aprimorando conhecimentos científicos e ampliando a compreensão das experiências já produzidas na área de educação infantil. (SEBASTIANI, 1996, p. 8).

Neste sentido, a autora intenta produzir uma análise da realidade das creches em Curitiba, a fim de elaborar um rol de quesitos necessários para o alcance da qualidade de atendimento baseado em estudos de base teórica italiana.

A dissertação de mestrado de Helga Conrad (2000), investigou como as idéias de Froebel circularam no Brasil na organização dos jardins de infância. A autora faz um histórico acerca do modelo froebeliano com a inauguração do primeiro jardim de infância na Alemanha em 28 de junho de 1840. Segundo a autora: “O jardim de infância implantado na Alemanha em 1840, apresentou uma instituição pré-escolar formativa e ao mesmo tempo evidenciou uma instituição modelo e instrutiva para o país” (CONRAD, 2000, p. 44). Conrad destaca o papel de Emilia Erichen no que diz respeito a divulgação do sistema froebeliano nos jardins de infância paranaenses: casos da cidade de Castro e Curitiba.

A tese de doutorado de Gizele de Souza (2004), investiga a constituição histórica dos jardins de infância junto aos grupos escolares, no período de 1900-1929. O objetivo reside no “esforço de examinar a relação entre a instrução paranaense e a civilidade republicana materializada na escola infantil e primária pela via dos jardins e grupos escolares.” (SOUZA, 2004, p.12). Nessa tese observa-se o

⁸ Documento que intenta catalogar produções em livros, artigos em periódicos, teses e dissertações produzidas em todo País.

modo pelo qual o jardim de infância junto ao grupo escolar logrou visibilidade e partilhou dos ideais e das discussões que ocorriam naquele período:

...os jardins de infância compondo junto aos grupos escolares um projeto ampliado de organização da escola paranaense, pautado na modernização do ensino, dos métodos, da estrutura, da constituição de uma forma e cultura escolar próprias (SOUZA, 2004, p. 164).

Há ainda uma recente dissertação de mestrado produzida por Márcia Soczek, que abordou as políticas públicas para educação infantil em Curitiba, no período entre 1997 a 2004, que teve como objetivo “... ampliar e aprofundar a discussão sobre a política de integração da educação infantil aos Sistemas de Ensino” (SOCZEK, 2006, p.10). A autora por meio de seus estudos, verificou como a gestão municipal do então prefeito Cássio Taniguchi, atendeu as prerrogativas da legislação educacional LDB 9394/96 no que tangeu aos aspectos da incorporação da educação infantil à educação básica, à formação do professor e à ampliação das vagas para crianças de 0 a 6 anos.

Soczek concluiu em seu texto que: ‘as creches em Curitiba se deu no processo de transferência da população pobre para as áreas de periferia da cidade, em prol dos interesses dos técnicos do IPPUC na realização da reforma urbana’ (SOCZEK, 2006, p. 85).

Esta análise corrobora com a hipótese desta dissertação, e, permitiu a verificação das fontes utilizadas na pesquisa autora supracitada.

Merisse também aborda a questão da produção acadêmica sobre a educação da infância, em âmbito nacional, no seu artigo *Origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches*, analisando a produção acadêmica sobre esta temática:

No início dos anos 80, caberia em duas páginas a relação de pesquisas e publicações nacionais sobre o tema. Hoje seriam necessárias, com certeza, dezenas de páginas... é surpreendente a quantidade de dissertações e de teses relacionadas à creche, nas mais diferentes áreas do conhecimento e de atuação profissional, como Psicologia, Educação, Pedagogia, Serviço Social, Administração, Políticas Públicas (MERISSE, 1997, p.25).

Kuhlmann Jr (1998) também destaca o aumento da produção acadêmica sobre creches e a educação infantil, o que segundo ele, foi acompanhado pela expansão do número de instituições desta natureza:

As creches e pré-escolas têm vivido um amplo processo de expansão desde o final da década de 1960, na Europa e América do Norte, ou da década de 1970, no caso brasileiro, processo acompanhado da ampliação das pesquisas sobre o tema. Essa expansão quantitativa é um elemento fundamental, básico, material, que sustenta a dinâmica transformadora do que pode ser definido como um novo momento na história da educação infantil (KUHLMANN Jr, 1998, p. 7).

Ainda neste sentido, Gouvêa (2003), apresenta de que maneira as pesquisas sobre a infância e os processos educativos destinados a ela se organizam e como isso ocorre no Brasil. A autora faz uma análise sobre a pesquisa histórica da educação das crianças no Brasil:

Nos estudos sobre a inserção da criança na escola, o século XX vem sendo o período histórico privilegiado, na análise de implementação da escola seriada, de institucionalização da educação infantil, dos projetos escolanovistas, da relação família-escola. (...) chama atenção, na análise da produção existente uma ausência de diálogo entre as investigações situadas no campo acadêmico da história, caracteristicamente pouco voltado para o estudo da inserção da criança na escola, e a produção da história da educação, voltada para a investigação sobre a instituição escolar, sem, no entanto, dar destaque à identidade geracional do aluno. Assim é que, por um lado, a presença esparsa de investigações no campo da história, que tematizam a inserção da criança nos espaços escolares, desconsidera um *locus* privilegiado de formação da criança e seu impacto na conformação de um imaginário sobre a infância. Por outro, o pouco destaque dado na produção da história da educação ao estudo do pertencimento geracional do sujeito aprendiz tem desconsiderando sua condição de ator social que, em suas práticas cotidianas, imprimia um significado próprio ao processo de escolarização. Produziu-se assim um quadro de uma escola sem criança e de uma criança sem escola, questão que os estudos contemporâneos podem contribuir para superar (GOUVÊA, 2003, p. 198-199).

A proposta de estudar a constituição das creches em Curitiba se insere nos estudos produzidos acerca da temática da história da educação e da história da infância. Esta temática ganhou fôlego e visibilidade acadêmica somente a partir dos estudos apresentados por Ariès em seu livro *História Social da Criança e da Família*, publicado no Brasil em 1960, o qual foi responsável por apresentar a temática da infância no campo da sociologia e da história. Em seu trabalho, Ariès defende a tese da falta da presença da figura da criança na Idade Média:

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo (ARIÈS, 1975, p. 50).

Peter Burke destaca o papel de Ariès, no sentido de despertar a atenção pública para a história das mentalidades e de trazer à tona a temática da infância, mas aponta também problemas em sua obra.

Os interesses de Ariès direcionaram-se para a relação entre natureza e cultura, para as formas pelas quais a cultura vê e classifica fenômenos naturais tais como a infância e a morte... A infância, de acordo com Ariès, foi descoberta na França, na altura do século XVII. Foi por esse tempo que, por exemplo, roupas especiais eram destinadas às crianças, como a *robe* para os meninos... Historiadores criticaram Ariès por estudar a evolução européia, apoiando-se tão somente em evidências quase que exclusivamente limitadas à França, e por não distinguir com mais clareza entre as atitudes dos homens e das mulheres, das elites e do povo comum (BURKE, 1981, p. 81-82).

Neste sentido, os estudos realizados por Ariès sobre infância, receberam críticas primeiramente em relação ao tipo de fonte usada por ele: iconográficas, segundo ao exagero em afirmar que não existia uma consciência medieval sobre a infância.

Gèlis rebatendo a tese de Ariès traz em seu texto - *A individualização da criança* (1991) - que havia sim uma preocupação com a infância presente no período medieval, preocupação esta ligada à atenção dada para os altos índices de mortalidade infantil existentes na época e a importância de não perder os filhos, pois estes seriam os herdeiros, que se responsabilizariam pela continuidade da família.

No final do século XIV, sinais de uma nova relação com a criança surgem nos meios abastados das cidades. Trata-se menos de novas demonstrações de afetividade que uma vontade cada vez mais reafirmada de preservar a vida da criança... Na primeira parte do século XVI já se evidencia um novo sentimento da infância, e o discurso literário e médico aborda temas tidos muitas vezes como do século XVIII (GÈLIS, 1991, p. 315 e 320).

Kuhlmann Jr & Fernandes, também apontam ressalvas ao trabalho de Ariès, no que diz respeito ao aparecimento da criança na Idade Média:

Contrariamente às teses de Ariès, na Idade Média teve-se a preocupação nítida da especificidade da infância. A criança era construída, em primeiro lugar pelo amor ou pela rejeição dos pais e aquele se manifesta no

protagonismo da mãe durante o período da criação, acolhendo a criança, rejeitando-a ou, eventualmente, praticando o infanticídio (KUHLMANN JR & FERNANDES, 2004, p. 17).

Defendendo a presença da criança no século XVI na literatura médica, didática e moralizadora é possível perceber o conhecimento sobre a infância. É evidente que na época questões como reis, batalhas e principalmente a política eram mais exploradas e estudadas, assim como eram produzidos mais textos sobre estes assuntos. Como Gélis (1991, p.325) assinala:

A afirmação do sentimento da infância por volta de 1550, se fez acompanhar de toda uma série de disposições legais que respondiam a preocupações de ordem religiosa e pública ao mesmo tempo. Pouco aplicada então, essa legislação atesta os primeiros balbúrcios de uma política de proteção à infância, primícias de uma intervenção mais ampla do Estado nas questões demográficas.

Ainda neste sentido, a autora demonstra que embora a infância apareça de diferentes maneiras, com maior ou menor intensidade nos discursos políticos, na literatura, na medicina, direito, etc., é um assunto presente na história:

... o interesse ou a indiferença com relação à criança não são realmente a característica desse ou daquele período da história. As duas atitudes coexistem no seio de uma mesma sociedade, uma prevalecendo sobre a outra em determinado momento por motivos culturais e sociais que nem sempre é fácil distinguir. A indiferença medieval pela criança é uma fábula; e no século XVI, os pais se preocupam com a saúde e a cura de seu filho (GÉLIS, 1991, p.328).

Temos ainda outros autores que rebatem as teses estabelecidas por Ariès, e, por meio de outras fontes e estudos tratam da história e da imagem da criança. Hugh Cunningham em *Storia dell'infanzia* (1995) apresenta suas críticas ao trabalho de Ariès, afirmando: “a primeira parte do texto intitulada ‘O sentimento da Infância’ se tratava de uma análise explorativa. Trazia apenas conclusões provisórias” (CUNNINGHAM, 1995, p. 13, tradução minha).

Segundo Heywood (2004) no século XVIII, as pesquisas acerca da temática da infância sofreram um processo de mudança no enfoque anteriormente dado e afirmaram que “as crianças são importantes em si, em vez de serem simplesmente adultos imperfeitos” (HEYWOOD, 2004, p. 37).

Deste modo, entende-se que esta dissertação insere-se na interface do campo da pesquisa sobre a história da educação e da infância, ao mesmo tempo, no da história das políticas públicas educacionais destinadas à educação infantil.

Neste sentido, busca-se **investigar de que forma ocorreu a constituição do atendimento público de educação da infância, nas primeiras creches no município de Curitiba, no período de 1977 a 1986, por meio dos vestígios deixados por adultos através de jornais, propostas pedagógicas, legislação, entre outros.**

Objetiva-se, neste trabalho, **examinar a organização histórica das primeiras creches públicas em Curitiba, visando depreender as razões histórico-sociais que levaram a esta constituição, percebendo de que forma os sujeitos envolvidos neste processo: o poder público, o movimento popular e os funcionários das creches atuaram nesse processo de consolidação de propostas para a creche. Pretende-se também analisar qual foi o atendimento proposto para estas crianças com relação ao espaço, ao mobiliário e aos educadores.**

No ano de 1977 tem-se a inauguração das quatro primeiras creches oficiais⁹ em Curitiba e no ano de 1986 tem-se como marco a publicação da primeira normatização da PMC, específica para o funcionamento do trabalho nas creches de Curitiba.

A hipótese que orienta este trabalho é a de que a organização das primeiras creches públicas de Curitiba se deu no embate entre as pressões do movimento social, e nele o movimento de mulheres, para a reorganização do poder público na construção e manutenção das creches voltadas aos filhos dos trabalhadores e às ações de atendimento à creche realizadas pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

Neste sentido busca-se verificar a hipótese de que a constituição das creches públicas em Curitiba se deu em função das tensões estabelecidas entre as pressões dos movimentos sociais e a oferta de atendimento dado pela prefeitura, às crianças de 0 a 6 anos, bem como a sociedade civil organizada por meio dos movimentos

⁹ Creche oficial é aquela mantida financeiramente, exclusivamente pelo poder público. No mesmo período, havia na cidade a chamada Creche da Vizinhança que era mantida pela própria comunidade na qual estava inserida, em parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba.

sociais, passou a solicitar melhorias na qualidade do atendimento ofertado nas creches pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

A evidência de que a história da educação infantil é parte integrante da história da educação, assim como congrega com a produção da história é apontada por Kuhlmann Jr (1998):

A história da educação é aqui considerada como parte integrante da produção da história e não como um elemento isolado, que iria se encaixar no contexto como uma peça de um cenário. A educação não é um fenômeno que aconteça e permaneça no interior do âmbito educacional. Isso exige que, no seu estudo, não se fique restrito aos documentos institucionais. Muito menos que se permaneça na história de uma galeria de heróis (...) *A idéia é encontrar a educação no estudo das relações sociais, no estudo da história*, no lugar de considerar as reformas legislativas ou o Estado e as suas instâncias administrativas, como o centro a partir do qual o educacional se dirigiria às outras dimensões (KUHLMANN Jr, 1998, p.11, grifos meus).

Entende-se que este trabalho explora e permite visualizar a relação intrínseca entre a história da educação infantil com a história das mulheres, dos movimentos sociais e da própria cidade de Curitiba. Para tal, o trabalho divide-se em três capítulos: o primeiro apresenta o sistema de atendimento às crianças de 0 a 6 anos, em creches, constituído pela Prefeitura Municipal de Curitiba, assim como as parcerias firmadas com os órgãos do governo federal no período de 1970 e 1980, responsáveis pela política de atendimento a esta faixa etária. Discute também de que forma a cidade estava organizada nesse período e a forma de contribuição da população para a compleição da demanda para a constituição do sistema público de creches.

O segundo capítulo apresenta como a infância foi representada na proposta de atendimento em creches oferecidas pela Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC). Esta representação está explícita ou implícita nos discursos sobre a criança, sobre sua família e nas orientações estabelecidas para ambas de acordo com a perspectiva do poder público.

O terceiro capítulo, discute de que modo os espaços prescritos para as creches em Curitiba, traziam embutidas as representações de infância do poder público municipal. Analisa-se também a prescrição do mobiliário para o atendimento às crianças e de que forma este mobiliário representa a cultura da creche.

CAPÍTULO 1

CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS EM CURITIBA

1.1 A CIDADE DE CURITIBA NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Curitiba, na década de 1970 foi uma cidade que se delineou enquanto metrópole, dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC indicavam tal fenômeno: “explicando-o a partir das migrações de caráter urbano-rural e em função da mecanização da agricultura do Estado e do surgimento do parque industrial da região de Curitiba¹⁰, estendendo-se pelos municípios limítrofes, enfatizando assim o fenômeno da metropolização¹¹.” (IPPUC, 1999, p. 15).

Neste período, ocorreu também um crescimento demográfico acelerado. A partir de dados de Censos Demográficos do IBGE, pode-se verificar:

POPULAÇÃO	1940	1950	1960	1970	1980
Urbana	101.488	141.222	351.259	584.481	1025.979

QUADRO 1 - POPULAÇÃO URBANA – CURITIBA 1940 – 1980

FONTE: IBGE 1976, 1980.

Tais dados informam que entre as décadas de 1950 e 1980 houve um crescimento no que diz respeito ao aumento da população urbana em Curitiba, o que contribuiu para que as políticas públicas de atendimento à mesma, assim como o processo de urbanização da cidade também fosse acelerado. “Embora a quantificação da população não se constitua, por si só, um índice de urbanização,

¹⁰ CIC: Cidade Industrial de Curitiba, criada em 1975, com 437.000.000 m². Seu objetivo era impulsionar o desenvolvimento econômico e tecnológico do setor produtivo de Curitiba, através da implantação de uma área industrial na cidade. (IPPUC, 2004, p. 104)

¹¹ Em 1973, por meio da Lei Complementar nº 14 do Governo Federal, há a instituição oficial da Região Metropolitana de Curitiba, composta por 14 municípios: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Contenda, Colombo, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais. (IPPUC, 2004, p. 103)

deve-se considerar que esse vertiginoso aumento no número de habitantes deveu-se à dinâmica econômica, demandando, ao mesmo tempo, crescentes investimentos públicos e uma constante oferta de novas moradias” (TRINDADE, 1997, p. 66).

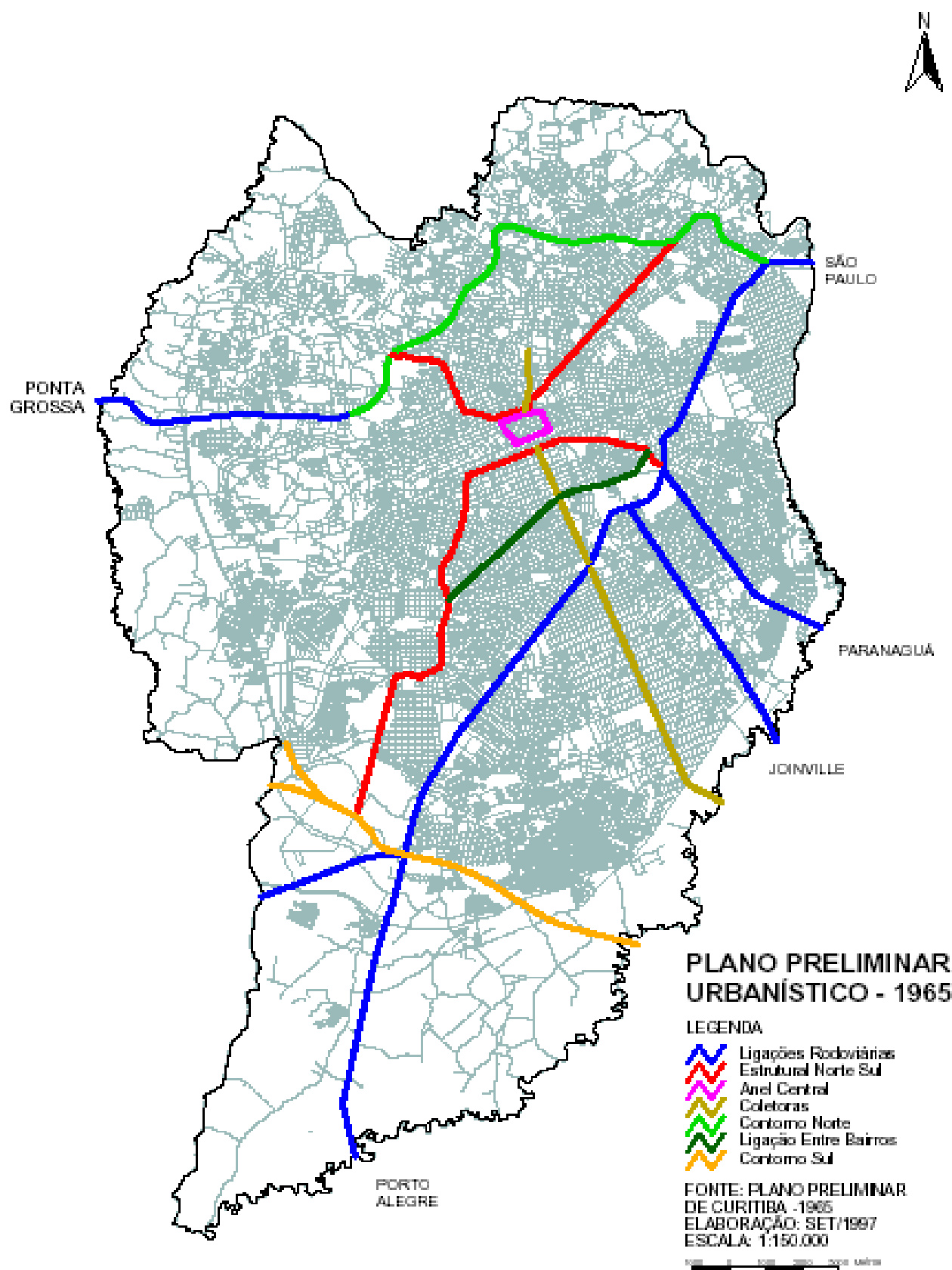
Ver-se-á que a questão da moradia foi o embrião no qual as reivindicações dessas famílias ramificaram-se. Assim sendo, após ter a moradia, a população demandava outros atendimentos, como pavimentação de ruas, transporte, água encanada, energia elétrica, escolas, saúde, e também a creche.

Esta população que chegava à nova metrópole, também gerava demandas por condições de sobrevivência. Ratto (1994, p.20) caracteriza este fenômeno:

Curitiba, enquanto capital do Estado e cidade estruturada essencialmente no setor terciário, oferecia uma variada gama de serviços que funcionavam como fatores de atração para os migrantes. Essa população chegava buscando novas oportunidades e condições de vida, ou seja, a procura de emprego, moradia, saúde, educação e outros.

Em função dessas necessidades e com vistas à urbanização da cidade, foi criado, através da Lei nº 2 660 de 1 de dezembro de 1965, o Plano Diretor¹², o qual só foi executado a partir de 1971, na administração da prefeitura do arquiteto Jaime Lerner (1971-1974). A seguir, visualiza-se o mapa que demonstra o Plano Urbanístico para a cidade naquele período:

¹² “Plano Diretor é uma parte do processo de planejamento urbano. Compreende, principalmente, um diagnóstico da realidade local e as diretrizes para o desenvolvimento urbano durante determinado período” (SOUZA, 1999, p. 28).



IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA
SUPERVISÃO DE INFORMAÇÕES
 Rua Glor. Jesus, 662 - Cabral - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP 80.035-010 - Fone: (55-41) 3253-1414 - Fax: (55-41) 3254-5551 - E-mail: geo@ippuc.org.br

SETOR DE GEOPROCESSAMENTO

MAPA 1 - MAPA PRELIMINAR URBANÍSTICO – 1965

Na imagem referente ao Plano Preliminar Urbanístico de 1965 verifica-se de que forma a estrutura de ligação rodoviária da cidade foi estabelecida. Nota-se que a linha vermelha que sinaliza a ligação da cidade no sentido norte-sul, neste período ainda não cortava a cidade, chegava próximo à região dos bairros do Portão e Fazendinha, locais em que na época, eram considerados de periferia. Nota-se no mapa também que o extremo sul da cidade ainda não havia sido ocupado, assim como o entorno limite da cidade com os municípios da região metropolitana.

No ano de 1965, foi criado o APPUC – Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, que mais tarde se transformou no IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.¹³ Tal período contribuiu muito para a criação da imagem da cidade de Curitiba como “moderna, humana e bela”, como indica SOUZA: “A imagem de Curitiba foi construída, ou ao menos fortemente fixada, nos anos 70, como resultado das transformações físico-espaciais ocorridas na cidade a partir da implantação do seu Plano Diretor, elaborado em 1965 e executado a partir de 1970” (1999, p.28).

Segundo Souza, neste período, também evoluiu o número de favelas e subabitações na cidade:

... verificaremos um crescimento espetacular deste tipo de moradia lado a lado com as intervenções urbanas modernistas mais recentes. Em 1971, início da construção das vias estruturais de transporte e da mudança na legislação de uso do solo e zoneamento, Curitiba tinha 2 213 domicílios em favelas ou nas condições de subabitação. Em 1979 este número quase triplicou chegando a 6067 domicílios distantes dos benefícios da transformação urbana planejada (SOUZA, 1999, p. 153).

Estes locais, distantes do centro da cidade, ocupados pela população de baixa renda não recebiam os mesmos investimentos, ficavam reduzidos ao cinturão de limite da cidade, problema este explicado em função da própria lógica da planificação urbana em Curitiba. Como se vê nas fotos a seguir:

¹³ Para compreender Planejamento Urbano em Curitiba, ver: OLIVEIRA, D. O campo do planejamento urbano em Curitiba. *Revista História: Questões & Debates*. Curitiba, 12 (22-23), jun-dez/1991, p. 220-238.



FOTOGRAFIA 2 - FAVELA EM CURITIBA

FONTE: JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS 01/04/1980



FIGURA 3 - FAVELA EM CURITIBA

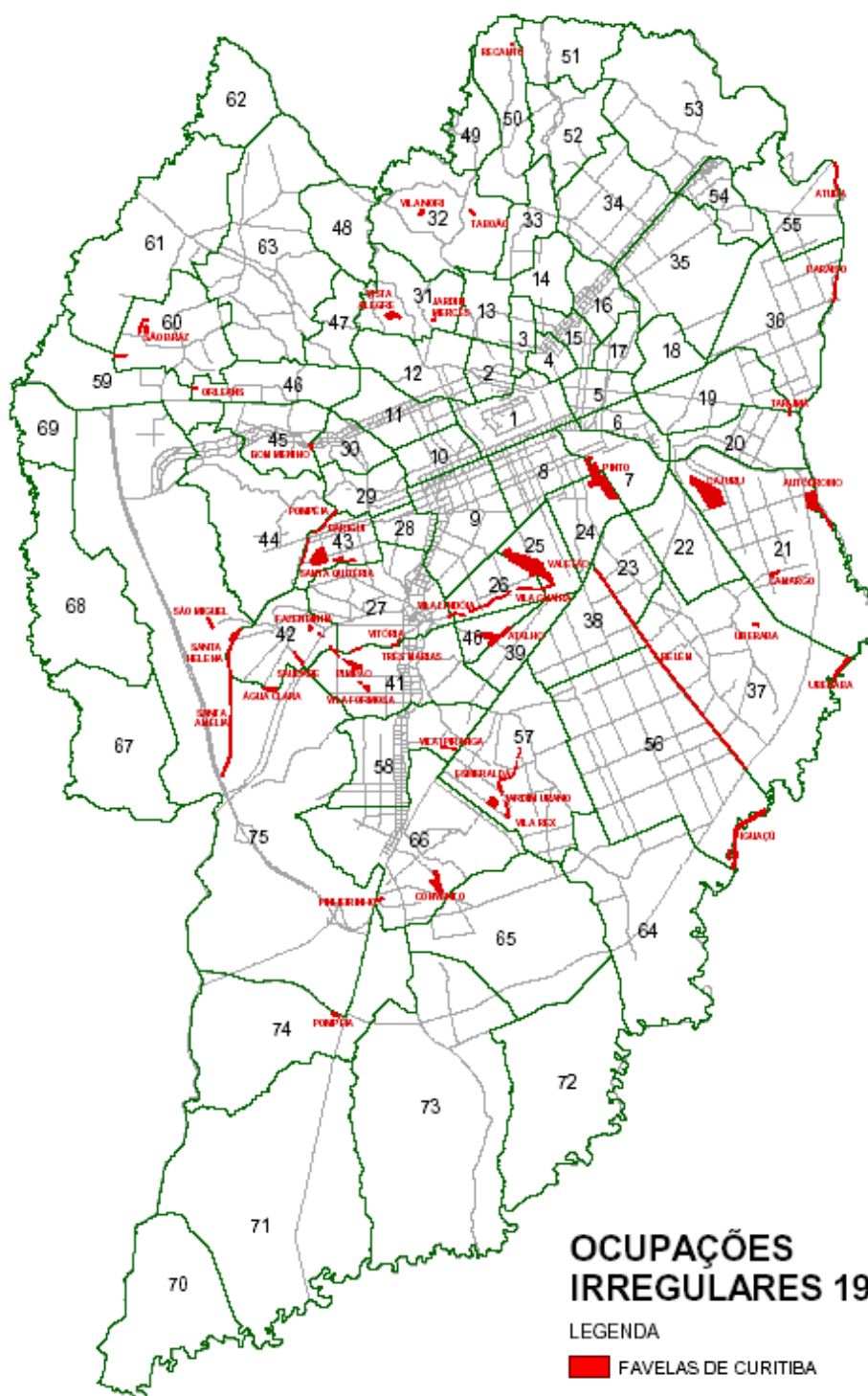
FONTE: JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS 01/04/1980

Nas imagens, verifica-se como essas ocupações se colocavam na cidade. A seguir, o mapa demarcando os locais de ocupação irregulares na cidade, neste período:



BAIRROS

- 01-CENTRO
- 02-SÃO FRANCISCO
- 03-CENTRO CÍVICO
- 04-ALTO DA GLÓRIA
- 05-ALTO DA RUA XV
- 06-CRISTO REI
- 07-JARDIM BOTÂNICO
- 08-REBOUÇAS
- 09-ÁGUA VERDE
- 10-BATEL
- 11-BIGORRILHO
- 12-MERCÊS
- 13-BOM RETIRO
- 14-AHÚ
- 15-JUVEVE
- 16-CABRAL
- 17-HUGO LANGE
- 18-JARDIM SOCIAL
- 19-TARUMÁ
- 20-CAPÃO DA IMBUIA
- 21-CAJURU
- 22-JARDIM DAS AMÉRICAS
- 23-GUABIROTUBA
- 24-PRADO VELHO
- 25-PAROLIN
- 26-GUAIRA
- 27-PORTÃO
- 28-VILA IZABEL
- 29-SEMINÁRIO
- 30-CAMPINA DO SIQUEIRA
- 31-VISTA ALEGRE
- 32-PILARZINHO
- 33-SÃO LOURENÇO
- 34-BOA VISTA
- 35-BACACHERI
- 36-BAIRRO ALTO
- 37-UBERABA
- 38-HAUER
- 39-FANNY
- 40-LINDÓIA
- 41-NOVO MUNDO
- 42-FAZENDINHA
- 43-SANTA QUITÉRIA
- 44-CAMPO COMPRIDO
- 45-MOSSUNGUÊ
- 46-SANTO INÁCIO
- 47-CASCATINHA
- 48-SÃO JOÃO
- 49-TABOÃO
- 50-ABRANCHES
- 51-CACHOEIRA
- 52-BARREIRINHA
- 53-SANTA CÂNDIDA
- 54-TINGOI
- 55-ATUBA
- 56-BOQUEIRÃO
- 57-XAXIM
- 58-CAPÃO RASO
- 59-ORLEANS
- 60-SÃO BRAZ
- 61-BUTIATUVINHA
- 62-LAMENHA PEQUENA
- 63-SANTA FELICIDADE
- 64-ALTO BOQUEIRÃO
- 65-SÍTIO CERCADO
- 66-PINHEIRINHO
- 67-SÃO MIGUEL
- 68-AUGUSTA
- 69-RIVIERA
- 70-CAXIMBA
- 71-CAMPO DE SANTANA
- 72-GANCHINHO
- 73-UMBARÁ
- 74-TATUQUARA
- 75-CIDADE INDUSTRIAL



OCUPAÇÕES IRREGULARES 1978

LEGENDA

■ FAVELAS DE CURITIBA

FONTE: IPPUC/DBS - 1978

ESCALA: 1:150.000

ELABORAÇÃO: AGOSTO/2005

1000 0 1000 2000 3000 Metros



IPPUC

IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA

SUPERVISÃO DE INFORMAÇÕES

Rua Bom Jesus, 669 - Cabral - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP 80.035-010 - Fone: (55 41) 3258-1414 - Fax: (55 41) 3254-8661 - E-mail: geo@ippuc.org.br

SETOR DE GEOPROCESSAMENTO

CE

MAPA 4 - OCUPAÇÕES IRREGULARES - 1978

No mapa referente às ocupações irregulares, verifica-se que neste ano havia 44 favelas na cidade. Pode-se perceber que algumas estavam localizadas nos arredores da cidade, como as favelas da Vila Nori (atual bairro do Pilarzinho), Recanto (atual bairro do Abranches), Atuba (atual bairro do Atuba), Paraíso (atual bairro do Bairro Alto), Tarumã (atual bairro do Capão da Imbúia), Autódromo (atual bairro do Cajuru), Camargo (atual bairro do Cajuru), Uberaba (atual bairro do Uberaba) e Iguaçu (atual bairro do Boqueirão).

Outras ocupações localizavam-se mais próximas da região central como por exemplo as ocupações do Jardim Mercês (atual bairro da Vista Alegre), a Vista Alegre (atual bairro da Vista Alegre), a do São Braz (atual bairro do São Braz), a do Orleans (atual bairro do Santo Inácio), a do Bom Menino (atual bairro do Mossunguê) e a da Vila Pinto (atual bairro do Rebouças e Prado Velho).

Havia uma ocupação no extremo norte da cidade: a ocupação do Taboão (atual bairro do Pilarzinho) e as demais ocupações que em sua maioria, localizavam-se na região sul da cidade. Eram elas: Pompéia, Santa Quitéria e Barigui (atual bairro da Santa Quitéria), Cajuru (atual bairro do Cajuru), São Miguel, Santa Helena, Santa Amélia, Água Clara e Saudade (atual bairro da Cidade Industrial de Curitiba), a ocupação da Fazendinha (atual bairro do Fazendinha), Vila Formosa, Pimpão, Três Marias, Vitória (atual bairro do Novo Mundo), Vila Lindóia (atual bairro do Portão), Atalho (atual bairro do Lindóia), Vila Guairá (atual bairro da Guairá), Valetão (atual bairro do Parolim), Belém e Uberaba (atual bairro do Uberaba), Vila Ipiranga, Esmeralda, Jardim Urano e Vila Rex (atual bairro do Xaxim), Pinheirinho e Convento (atual bairro do Pinheirinho) e Pompéia (atual bairro do Tatuquara).

Analisando as fontes da pesquisa, verifica-se que as construções das creches públicas em Curitiba ocorreram nestes locais e que receberam na maioria das vezes a mesma nomenclatura dada à ocupação, como por exemplo nos casos das creches Vila Camargo, Atuba, Pinheirinho, Autódromo, Cajuru, Jardim Urano, Santa Quitéria, Vila Pinto, Barigui, Fazendinha, Uberaba, Santa Amélia, Moradas Belém, Santa Helena e Vila Vitória.

Como havia na cidade pensada urbanisticamente, esta divisão entre os bairros e as ocupações irregulares, acabou por ocorrer uma clara divisão entre aqueles que tinham acesso a esta urbanidade e aqueles que estavam às margens desse processo. Corroborando com SOUZA no sentido de que havia um dualismo no que diz respeito ao processo de urbanização em Curitiba:

A classificação dos diferentes grupos pelo urbanismo, permitiu não somente orientar os investimentos públicos na valorização de determinados espaços, mas também dirigiu a elaboração de diferentes políticas para cada segmento de habitantes. Para os 'curitibanos', os 'iguais', buscaram-se fórmulas que criassem uma identificação com o espaço da cidade e que permitissem a retomada, ou a consolidação da posse, desse espaço pelos seus donos 'legítimos'. Aos recém chegados, pobres, favelados, moradores da periferia, buscou-se fórmulas e práticas que conduzissem a uma 'adaptação' funcional e normalizada de seus corpos à cidade 'saudável' (1999, p. 296).

Sobre este problema, Oliveira (2000, p. 205) alerta: "O que se tem em Curitiba é um conjunto articulado de intervenções, notadamente sobre as áreas centrais, com pouquíssimas repercussões sobre os bairros periféricos que continuaram até meados da década de 1970 com dificuldades de ligar-se entre si e com o centro." Esta situação no entanto extrapolou o controle da prefeitura, pois emergiram nestas localidades as organizações de moradores que contribuíram para que houvesse ações da mantenedora no sentido de melhorar a condição de moradia e sobrevivência destas comunidades carentes.

No ano de 1976, o IPPUC pressionado por estas manifestações populares dos moradores das favelas da cidade, lançou a Súmula da Proposta de Desfavelamento¹⁴ de Curitiba, programa que tinha como objetivos controlar e amenizar o aumento e expansão das favelas na cidade de Curitiba. Segundo Rolim (1985, p.76) o Plano de Desfavelamento apresentava duas características básicas:

- a) oferecer uma habitação compatível com o nível socioeconômico dessa população;
- b) basear-se no trabalho social, visando capacitar essa população a assumir novos hábitos, valores e um novo esquema de vida dentro da realidade urbana.

Já no que diz respeito aos objetivos explícitos no Plano de Desfavelamento, verifica-se a crença de que a Prefeitura Municipal de Curitiba, por meio deste plano alteraria o modo de vida da população moradora da favela, como se lê a seguir:

O objetivo é pois, usando a moradia e a aspiração da posse do lote, levar à população marginalizada principalmente a *criança*, através de diferentes alternativas de serviços e processos educativos, a integração na comunidade urbana. Em síntese, o êxito do plano está intimamente ligado

¹⁴ "O Plano de Desfavelamento – publicado na sua íntegra em março de 1976, sob o título 'Política Habitacional de Interesse Social', foi elaborado pela Diretoria de Serviço Social do Departamento de Bem Estar Social, e, pelo Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba, tendo o acompanhamento da Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB – CT" (IPPUC, 1976b, p. 7).

à intervenção social que visa *capacitar essa população para assumir novos hábitos, valores e um novo esquema de vida dentro da realidade urbana* (IPPUC, 1976b, p. 8, grifos meus).

Em entrevista¹⁵, realizada com a funcionária da PMC, Joselita Maria Nogueira que atua na creche Gramados desde 1979, pôde-se verificar a maneira utilizada pelo poder público municipal no decorrer das décadas de 1970 e 1980, para a resolução do problema das favelas em Curitiba e a forma como os moradores desses locais chegavam à cidade:

Eu morava em Cascavel e o sítio que eu e o meu marido trabalhávamos foi vendido e não tinha mais emprego, então viemos eu e meu marido para Curitiba, pois meu irmão já morava aqui e era bom de emprego, tinha bastante construção, era bom. Fomos morar na favela Moradias Belém. Lá uma pessoa da prefeitura passava para fazer cadastro para eliminar a favela. Ofereciam uma casa com lote, levavam de ônibus para visitar o conjunto. Quem não quisesse a casa do conjunto tinha que sair da favela e ir para outro lugar. Eles levaram a gente para o Conjunto Moradias Gramados. A prefeitura fazia toda a mudança. Deixava as pessoas na casa. Daí foi feito o contrato na COHAB – Companhia de Habitação – e vinha o carnê para nós pagarmos. O contrato era de 25 anos para pagar. Era bem baratinho (NOGUEIRA, 2007).

A entrevistada demonstrou gratidão à prefeitura: “A PMC foi uma mãe para mim” (NOGUEIRA, 2007). Nota-se que a mesma saiu de condições de moradia precárias para uma casa de conjunto habitacional. Ela não pôde escolher a localização, mas recebeu a oportunidade de ter melhores condições de moradia e infra-estrutura urbana.

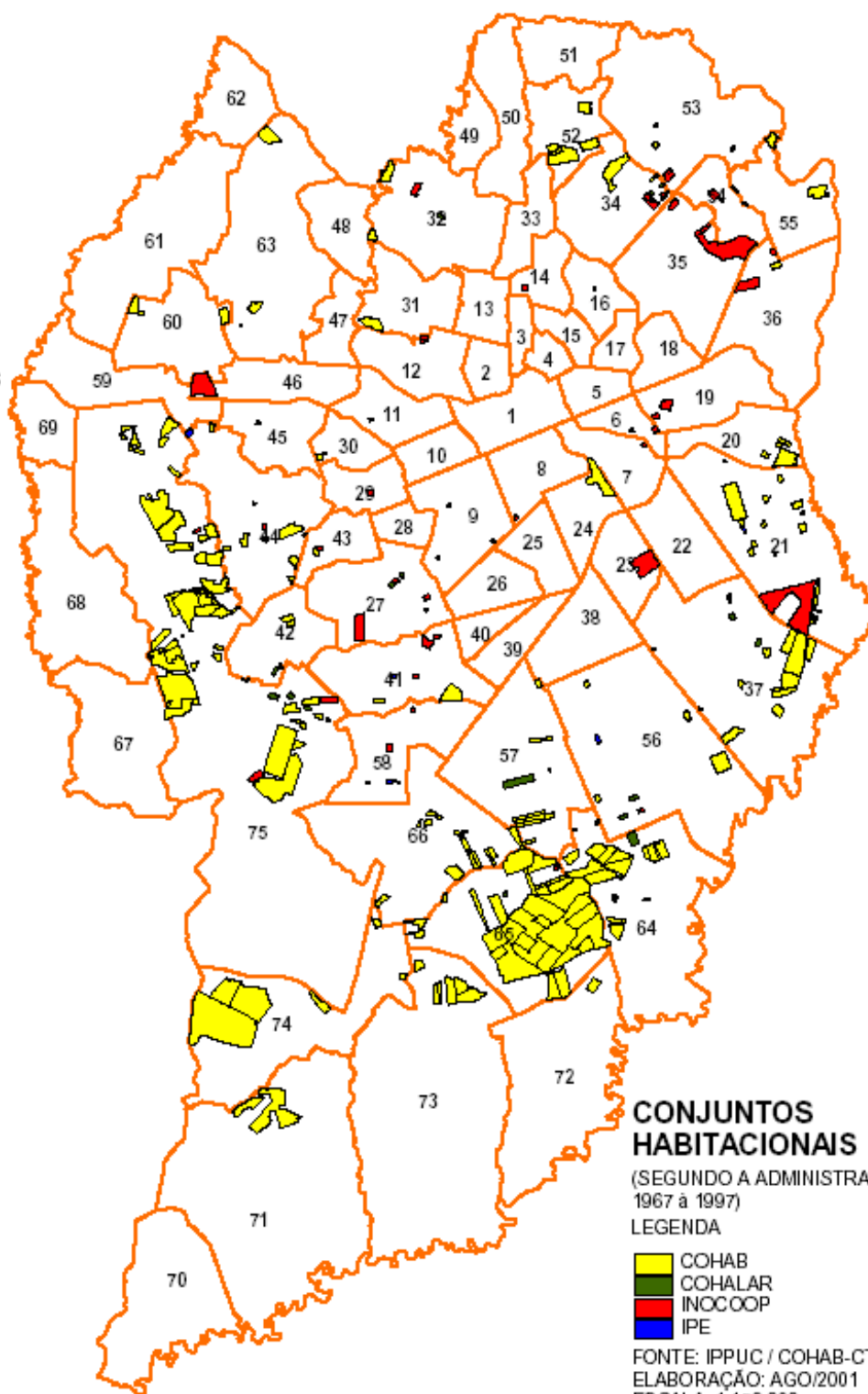
No entanto sabe-se que nem todas as famílias moradoras das favelas foram alocadas em Conjuntos Habitacionais, pois houve famílias que não aceitaram a mudança para outros locais. Pois de acordo com Boschi & Valladares (1983, p. 113) “Durante a política de erradicação só duas favelas chegaram a ser inteiramente removidas; até 1978 apenas 792 barracos foram erradicados.”

A seguir verifica-se a disposição dos conjuntos habitacionais que foram construídos para atender a população que era realocada das favelas:

¹⁵ Entrevista concedida no dia 03/09/2007. A entrevista não foi gravada porém a entrevistada autorizou a divulgação de seu nome na pesquisa. Atualmente, Joselita Maria Nogueira continua trabalhando como educadora na creche Gramados.

BAIRROS

01-CENTRO
 02-SÃO FRANCISCO
 03-CENTRO CÍVICO
 04-ALTO DA GLÓRIA
 05-ALTO DA RUA XV
 06-CRISTO REI
 07-JARDIM BOTÂNICO
 08-REBOUÇAS
 09-ÁGUA VERDE
 10-BATEL
 11-BIGORRILHO
 12-MERCÊS
 13-BOM RETIRO
 14-AHÚ
 15-JUVEVÊ
 16-CABRAL
 17-HUGO LANGE
 18-JARDIM SOCIAL
 19-TARUMÁ
 20-CAPÃO DA IMBUÍTA
 21-CAJURU
 22-JARDIM DAS AMÉRICAS
 23-GUABIOTUBA
 24-PAROLIN
 25-GUAÍRA
 27-PORTÃO
 28-VILA IZABEL
 29-SEMINÁRIO
 30-CAMPINA DO SIQUEIRA
 31-VISTA ALEGRE
 32-PILARZINHO
 33-SÃO LOURENÇO
 34-BOA VISTA
 35-BACACHERI
 36-BAIRRO ALTO
 37-UBERABA
 38-HAUER
 39-FANNY
 40-LINDÓIA
 41-NOVO MUNDO
 42-FAZENDINHA
 43-SANTA QUITÉRIA
 44-CAMPO COMPRIDO
 45-MOSSUNGUÊ
 46-SANTO INÁCIO
 47-CASCATINHA
 48-SÃO JOÃO
 49-TABOÃO
 50-ABRANCHES
 51-CACHOEIRA
 52-BARREIRINHA
 53-SANTA CÂNDIDA
 54-TINGOI
 55-ATUBA
 56-BOQUEIRÃO
 57-XAXIM
 58-CAPÃO RASO
 59-ORLEANS
 60-SÃO BRAZ
 61-BUTIATUVINHA
 62-LAMENHA PEQUENA
 63-SANTA FELICIDADE
 64-ALTO BOQUEIRÃO
 65-SÍTIO CERCADO
 66-PINHEIRINHO
 67-SÃO MIGUEL
 68-AUGUSTA
 69-RIVIERA
 70-CAXIMBA
 71-CAMPO DE SANTANA
 72-GANCHINHO
 73-UMBARÁ
 74-TATUQUARA
 75-CIDADE INDUSTRIAL



CONJUNTOS HABITACIONAIS

(SEGUNDO A ADMINISTRAÇÃO 1967 à 1997)

LEGENDA

COHAB
 COHALAR
 INOCOOP
 IPE

FONTE: IPPUC / COHAB-CT MAI/1998

ELABORAÇÃO: AGO/2001

ESCALA: 1:150.000

1000 0 1000 2000 3000 Metros



IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA

SUPERVISÃO DE INFORMAÇÕES

SETOR DE GEOPROCESSAMENTO

Rua Bom Jesus, 669 - Cabral - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP 80.035-010 - Fone: (55 41) 3250-1414 - Fax: (55 41) 3254-8661 - E-mail: geo@ippuc.org.br

CE

MAPA 5 - CONJUNTOS HABITACIONAIS EM CURITIBA 1967-1997

O mapa apresentado, referente às construções de conjuntos habitacionais na cidade, aponta que a maioria destes conjuntos foi feito pela COHAB (Companhia de Habitação Municipal) e que foram erguidos na região sul da cidade em sua maioria, como por exemplo nos atuais bairros do Sítio Cercado (bairro que é composto quase que em sua totalidade por conjuntos habitacionais), no Campo do Santana, no Tatuquara, no Umbará, no alto Boqueirão, no Boqueirão, no Xaxim, na CIC (que apresenta vários conjuntos habitacionais), no Uberaba, no Cajuru e no Pinheirinho.

Após a implantação do Plano de Desfavelamento (1976), o então prefeito Jaime Lerner editou em 31/03/1980 a “Carta das Favelas”¹⁶, documento que propunha estratégias para o tratamento das questões necessárias às condições de vida da população nestes núcleos de moradias. Neste documento já eram perceptíveis as diretrizes para o tratamento dado à educação infantil:

Modificar a situação da favela é urgente, principalmente porque, entre a população favelada, o *contingente infantil é o mais significativo*, e, ao mesmo tempo, o mais vulnerável aos riscos oferecidos pela insatisfatória situação de vida. Está aí um problema social que Curitiba vai assumir. Por uma questão de justiça e de consciência, é nosso dever impedir que gerações de brasileiros continuem sendo forjadas em condições onde a própria dignidade humana se vê comprometida. (...) *As dez creches que a Prefeitura está construindo, específicas para os núcleos de favelas, atenderão a partir deste ano, do ponto de vista alimentar e educacional, a cerca de 900 crianças* (JORNAL EXPRESSO, 31/03/1980, grifos meus).

Observa-se no teor da Carta, que o poder público tinha conhecimento sobre as dificuldades das pessoas que viviam nas favelas em Curitiba. Percebe-se também uma preocupação com as crianças, mas não se observa um programa educativo para os jovens e adultos. Há uma preocupação em cuidar do futuro adulto.

A repercussão desta carta na imprensa curitibana, indica que o programa destinado às favelas em Curitiba, era limitado segundo o Jornal Correio de Notícias, que anunciava: “Existem atualmente 31 mil favelados em Curitiba, distribuídos em 51 aglomerados, espalhados por todas as regiões da cidade (...) representam um retrato do êxodo rural que se deu no Paraná nos últimos 5 anos. Os planos de desfavelamento atingiram apenas mil pessoas até o momento” (1º/04/1980, p. 8).

Neste sentido, tal programa já recebia algumas críticas da imprensa e por outro lado, intimidava os moradores das favelas como nos mostra Neves (1995, p.27): “Após o anúncio da ‘Carta das Favelas’ a PMC reforça a vigilância das áreas

¹⁶ A Carta consta no Anexo 1 , com o texto na íntegra.

ocupadas, exerce um rígido controle numerando os barracos, proibindo reformas, ampliações ou novas construções”.

O movimento das “Associações de Moradores e Amigos de Bairros”, também fez circular um documento de repúdio à ‘Carta da favela’, *Por que o prefeito Jaime Lerner apresentou a carta da favela sem discutir com as Associações de Moradores de Bairros*. Neste documento, que entre outras questões trazia a problemática da creche, a Associação fazia críticas à administração do então prefeito e salientava:

Ao contrário do que se afirma na ‘Carta da favela’, as Associações de Moradores não foram ouvidas (...) É preciso que se diga que as 10 creches já construídas atenderão a uma parcela mínima do total de crianças existentes em nossas vilas. Mais grave ainda é o fato do Departamento de Desenvolvimento Social da PMC ter se recusado a ouvir nossas sugestões sobre o plano das creches (ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E AMIGOS DE BAIRROS E VILAS DE CURITIBA, 1980, p. 1-2).

Neste sentido, constata-se que neste período as tensões entre a administração municipal e os movimentos sociais estavam evidentes, o que corrobora com a hipótese da pesquisa, que foi também pela ação e luta dos movimentos sociais junto ao órgão executivo municipal que as creches públicas foram instaladas em Curitiba.

Já a administração do PMDB, na figura do prefeito Maurício Fruet (1983-1985), foi marcada por ações que privilegiaram a participação social dos moradores da cidade. Esta administração acabou por secundarizar as ações de planejamento urbano pretendidas pelo IPPUC e primar por ações de urbanização que atendessem à demanda nascente dos movimentos sociais.

Como Oliveira (1995, p.78) indica: “O estilo de administração imposto pelo PMDB lança uma série de políticas setoriais, de marcado apelo social. Realizações como um ambicioso programa de creches, de mercados populares, de recuperação de menores abandonados”.

É, pois, neste cenário que a oficialização do atendimento público em creches teve início na cidade de Curitiba: em meio ao processo de inserção da mulher no mercado de trabalho¹⁷, das associações de moradores de bairros¹⁸ e também com o

¹⁷ Ver ROSEMBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. *Cadernos de Pesquisa*, n. 51, p. 73-79, nov. 1984.

¹⁸ Ver GOHN, M. G. *Teorias dos movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2002.

propósito de “educar”¹⁹ estas famílias migrantes para a vivência em um município urbanizado.

1.2 O PLANO DE DESFAVELAMENTO E AS CRECHES PÚBLICAS EM CURITIBA

O IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – em 1975, pressionado tanto pela execução do Plano de Urbanização da cidade, como pela discussão nacional sobre educação da infância e também pela pressão da população associada aos movimentos sociais, elaborou e divulgou o documento intitulado: *Educação pré-escolar – Tentativa de Enfoque na Prefeitura Municipal de Curitiba*, documento este relacionado diretamente ao Departamento do Bem Estar Social. O referido documento apresentou como linha geral o seguinte princípio: “Atingimento da comunidade de modo a dar-lhe melhores condições de vida, com a criação e desenvolvimento de bons hábitos, bem como atendimento educacional, sanitário e social” (1975, p. 2).

Tal proposta, foi escrita com base em princípios de uma educação compensatória e assistencialista, corroborando com as idéias vigentes em âmbito nacional. OLIVEIRA (1993) alerta para esta perspectiva, na qual a educação está centrada no assistencialismo e na compensação da carência familiar.

No ano de 1976, através do documento *Favelas: Súmula da Proposta de desfavelamento de Curitiba*, a Prefeitura Municipal de Curitiba incluiu em seu projeto o Programa “Educação: Atendimento pré-escolar”, com o objetivo de “proporcionar às crianças o desenvolvimento psico-físico-social” (1976a, sem paginação).

Neste programa de educação voltado para a população alocada nas favelas, percebe-se a intenção da PMC em consolidar seu formato de administração, no qual, estes núcleos comunitários continuariam na busca de uma integração de sua população à cidade urbanisticamente pensada, como se pode verificar no conteúdo da proposta: “Os programas serão desenvolvidos e o comportamento da população acompanhado e avaliado até que se consolide sua integração ao meio urbano” (IPPUC, 1976b, p. 18).

O Plano de Desfavelamento foi organizado desdobrando-se em vários aspectos, um deles tratava dos *Aspectos Sociais do Plano de Desfavelamento de*

¹⁹ Ver KRAMER, S. Privação Cultural e Educação Compensatória: uma análise crítica. *Cadernos de Pesquisa*, n. 42, p. 54-62, ago. 1982.

Curitiba, organizado pelo Departamento do Bem Estar Social. Neste documento o município de Curitiba apresentou as diretrizes para a organização do seu sistema de atendimento a crianças de 0 a 6 anos, apresentando este formato:

...o Centro de Atendimento Infantil, além de proporcionar às crianças, de até 6 anos, a proteção necessária ao seu desenvolvimento e contribuir sensivelmente para a melhoria dos índices de higiene e alimentação, tem ainda o importante objetivo de liberar a mulher do trabalho doméstico, para que passe a exercer uma atividade lucrativa fora do lar, num esforço ao orçamento familiar, tendo garantida a assistência e cuidados aos filhos menores (IPPUC, 1978, sem paginação).

Neste contexto, a Prefeitura Municipal, através do Plano de Desfavelamento e do Departamento do Bem Estar Social, iniciou a oficialização das creches na cidade de Curitiba. Tal plano apresentava como objetivo: “a transferência da população moradora em favelas para vários bairros da cidade, onde seriam construídas habitações e instalados equipamentos²⁰ que permitissem a adaptação dessa população aos hábitos e valores do espaço urbano” (IPPUC, 1992, p. 3).

A PMC realizou neste período diferentes estudos acerca da situação populacional da cidade, principalmente no que dizia respeito a inserção da mulher no mercado de trabalho, chegou a algumas conclusões como esta, por exemplo:

ocorre que este processo de inserção da mulher no sistema produtivo não foi acompanhado pela proposição e crescimento de uma rede de serviços que substituíssem o trabalho feminino isolado em cada unidade familiar, por uma estrutura coletiva. Assim é que, os problemas sociais criados por este processo acumulam-se requerendo um esforço conjunto do Estado, das populações envolvidas e do setor privado, com vistas a criar a infraestrutura coletiva que se coloque como contrapartida às exigências do desenvolvimento econômico (IPPUC, 1979a, sem paginação).

Nota-se que o Estado, por meio do poder público municipal, verificou que havia a necessidade de organizar uma infra-estrutura na qual ele pudesse atender a substituição da figura feminina.

O programa de Desfavelamento proposto pela PMC para atender a esta população – as mulheres instaladas nas comunidades carentes, formalizou a necessidade e posterior efetivação da construção e inauguração das primeiras

²⁰ Equipamento: nome dado a toda edificação da Prefeitura Municipal de Curitiba, que atende a população.

creches oficiais da PMC, dentro dos conjuntos habitacionais para os quais este programa foi pensado.

Em março de 1977, foram inauguradas as quatro primeiras creches oficiais de Curitiba: Vila Camargo, Jardim Paranaense, Vila Hauer e Xaxim. Ainda nesta época, trabalhando com recursos do Plano de Desfavelamento foram inauguradas em 1979, mais quatro creches: Gramados, Hortências, Meia Lua e Pinheirinho (IPPUC, 1992, p. 3).

A inauguração destas creches – Vila Camargo, Jardim Paranaense, Vila Hauer e Xaxim - marcou um período no qual a PMC, atendeu a uma demanda da população para o atendimento da faixa etária de 0 a 6 anos, de acordo com o documento *Aspectos Sociais do Plano de Desfavelamento de Curitiba*: “Serão atendidas crianças na faixa etária de 3 meses a 6 anos... divididas em três grupos: berçário – crianças de 3 meses a 2 anos; maternal – crianças de 2 anos a 4 anos; jardim de infância: crianças de 4 anos a 6 anos.” (IPPUC, 1978, s.p.).

Nesses núcleos de favelas, cada vez mais os movimentos sociais iam se organizando e a posição do poder público na construção de creches foi uma resposta aos movimentos de associação de bairros. “As creches instaladas nas favelas resultaram das pressões, por parte do Movimento de Associações de Curitiba, em fins da década de 1970, como resposta às reivindicações do Movimento” (ROSA, 1991, p.136).

A proposta de creches da PMC estava ligada à idéia denegrida da imagem da família, a qual foi apontada como não apta para atender adequadamente seus filhos, de acordo com os critérios estabelecidos pela cidade. É possível fazer tal afirmação, quando se lê no referido documento este objetivo:

Atender às crianças de três a seis anos, permitirá *recuperar* provavelmente um grande número das que, devido ao *baixo nível intelectual e socioeconômico dos pais* ou à subnutrição, não recebem estímulos suficientes para o desenvolvimento de sua estrutura mental (IPPUC, 1975, p. 3, grifos meu).

Esta associação feita pela PMC entre pobreza e incapacidade das famílias e crianças que seriam atendidas nas creches pode sugerir que a PMC tinha esta população como incapaz e sem condições para educar adequadamente os filhos, e, para resolver tal situação, a creche se colocaria em condições próprias para prestar uma boa educação a essas crianças.

Tal proposta se baseia em um modelo de educação compensatória, vinculada aos órgãos assistenciais do governo, onde o Estado espera suprir as deficiências familiares através do atendimento à criança e à família. KUHLMANN Jr (1998) aponta esta questão:

A vinculação administrativa aos órgãos de assistência é um dos elementos sustentadores da concepção educacional assistencialista, pois desde o início já define o atendimento como exclusivo aos pobres que, por serem pobres, não teriam condições de educar adequadamente seus filhos (p. 204).

Ainda neste sentido, CAMPOS mostra a escolha feita pelo Estado, por um modelo compensatório de educação que desconsidera aquilo que as famílias vivenciam e denota que o mesmo Estado precisa suprir as deficiências e carências destas famílias, em sua grande maioria, pobres. Ela escreve:

... esta visão compensatória trazia implícita a idéia de que as falhas estavam contidas nas crianças e nas famílias pobres. Não se questionavam nem a adequação da escola, nem da sociedade, pois inadequada era a própria criança que fracassava. Isto é, a causa do problema era localizada nos indivíduos mal sucedidos e os programas eram montados para agir junto a estes indivíduos. Nem o diagnóstico nem as reformas eram levados mais adiante (1979, p. 55).

EARP (1998, p. 75), também indica a opção estatal por este modelo compensatório:

é interessante perceber que na Ditadura Militar o discurso sobre assistência à criança pobre não só traz a marca da culpabilização da família, que inaugurou o discurso da assistência filantrópica do início do século, como também contém e acirra a tese da desagregação familiar como causadora do problema.

Dessa forma o modelo de educação compensatória proposto pela PMC nas creches de Curitiba seguia uma proposta nacionalmente difundida e criticada por diferentes autores da área da educação. Modelo educacional este, que esteve presente nos documentos nacionais destinados a educação infantil, que tinham como maior objetivo a prevenção do fracasso escolar no 1º Grau²¹ e que apenas

²¹ De acordo com a Lei 5692/1971 a educação básica era organizada em 1º Grau (obrigatório dos 7 aos 14 anos) e 2º Grau.

posteriormente traziam embutida a questão da liberação da mulher para o trabalho e a necessidade de oferecer atendimento às crianças menores de 7 anos.

Interessante observar os dados do Censo Escolar de Curitiba, realizado no ano de 1979, pelo Departamento Estadual de Estatística, a respeito da população infantil da cidade:

IDADE	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO ESCOLARIZADA
2	15.835	148
3	15.751	780
4	15.688	1456
5	16.107	2616
6	15.803	4463

QUADRO 2 - POPULAÇÃO CURITIBANA DE 2 A 6 ANOS ESCOLARIZADA

FONTE: IPPUC, 1979A, SEM PAGINAÇÃO.

Como se observa no quadro apresentado, uma parcela pouco significativa do total de crianças estava sendo atendida na cidade, na condição escolar, neste período. Vale ressaltar que mesmo as crianças que freqüentavam creches, estavam matriculadas não apenas em unidades públicas municipais, mas também em unidades particulares.

É possível aferir esta afirmação, pois somente no ano de 1977 foram inauguradas as primeiras creches oficiais na cidade. Nota-se aí que a PMC até esse momento não havia realizado um levantamento sobre o contingente de crianças, assim como a demanda das famílias por tal atendimento, tendo em vista a necessidade das mães de terem um local para deixar seus filhos em virtude de sua saída para o mercado de trabalho.

De acordo com a assistente social da PMC Dacylia Vieira dos Santos²², então Diretora do Serviço Social da prefeitura, o objetivo proposto para as creches naquele período era:

...dar um lugar seguro para que estas crianças ficassem, sendo cuidadas, ali elas teriam condições, inclusive, vamos dizer, adequadas, de uma alimentação sadia, um acompanhamento da atendente e com isso, o quê? Liberaria a mãe durante o período do dia pra que ela pudesse trabalhar

²² Entrevista concedida no dia 25/10/2007. A entrevista foi gravada e a entrevistada autorizou a divulgação de seu nome na pesquisa. Dacylia Vieira dos Santos, atualmente é diretora do IPCC – Instituto Pró Cidadania de Curitiba.

e/ou aquela que naquela ocasião não tinham trabalho, pra que elas pudessem procurar um trabalho e ser liberada, elas tinham, inclusive, as crianças em condições. (...) Na implantação deste projeto, ele tinha o objetivo de cuidar, sim de cuidar, do cuidado físico, do cuidado mental e de dar uma condição segura pra que essa criança ficasse ali sendo atendida e desenvolvida, e, principalmente pra dar a mãe a oportunidade de trabalhar com tranquilidade (SANTOS, 2007).

Observa-se no relato da depoente a questão central na qual a creche é concebida numa perspectiva de substituição da figura da mãe no cuidado com a criança. Rosenberg (1989, p.91) aponta para a problemática de compreender a creche como instituição substituta da mãe:

Isto acarreta um não reconhecimento e uma desvalorização do trabalho do pessoal, pois a creche aparece como um mal menor e não como um local específico tendo valor próprio. Esta confusão de papéis não ajuda a resolver o problema da rivalidade entre pais e pessoal, pois ambos acabam se colocando no mesmo papel, no mesmo terreno. (...) Por outro lado, por ser tida como instituição de emergência e substituta, respondendo apenas a uma necessidade circunstancial, a posição que a creche tem ocupado nos planos governamentais – a verba que lhe tem sido alocada, a previsão de expansão de suas vagas, a criação de serviços que lhe sejam indispensáveis (por exemplo, cursos de formação para seus profissionais) – não corresponde a uma avaliação intrínseca de quais sejam as necessidades da criança socializada nesta instituição.

Ainda nesta perspectiva que traz a creche como local da compensação de carências, de substituição da figura materna, discurso este que se faz presente tanto na proposta da PMC, quanto na solicitação do movimento social por creches, em 1978, duas novas creches, com nomenclatura diferenciada, foram inauguradas: Centro de Atendimento ao Pré-Escolar – CAPE – nos bairros do Atuba e Tapajós, estes centros atendiam crianças de 0 a 12 anos. “As crianças de 0 a 6 anos são atendidas em período integral, recebendo alimentação, atendimento à saúde e pedagógico. As crianças de 7 a 12 anos freqüentam as unidades em período parcial, recebendo alimentação, recreação e orientação educacional complementar à escola” (IPPUC, 1983, s.p.).

Tais instituições foram construídas por solicitação do Instituto de Assistência ao Menor²³ – IAM – tendo em vista que “estes bairros (Atuba e Vila Hauer) tinham uma população extremamente carente, e por muitas vezes recorria aos serviços de assistência e internamento do IAM” (IPPUC, 1980, p. 1).

²³ O IAM era um órgão do governo estadual criado em 16/06/1962, através da Lei 4617, que tinha como finalidade “...a formulação e execução da política governamental de assistência ao menor” (DIÁRIO OFICIAL, 16/07/1962, p.1)

Assim sendo, ao final do ano de 1978, Curitiba contava com 6 creches públicas, totalizando 900 vagas para crianças.

1.3 ORGANIZAÇÃO DA REDE DE CRECHES

A organização da rede de creches²⁴ públicas em Curitiba foi ao encontro da divulgação de documentos e ações do âmbito federal no que diz respeito ao atendimento a crianças de 0 a 6 anos. Em 1975 o MEC criou a COEPRE – Coordenadoria de Educação Pré-Escolar, caracterizada, segundo SOUZA por propostas de educação pré-escolar que deveriam adotar métodos que garantissem o atendimento a um grande número de crianças, a um baixo custo (1984).

Esta coordenadoria elaborou o documento intitulado *Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-escolar no Brasil*, no qual apresentava algumas diretrizes para o atendimento à faixa etária de 0 a 6 anos, assim como realizou um levantamento de como esta faixa da população infantil vinha sendo atendida.

²⁴ No país neste período entre as décadas de 1970 e 1980 as administrações municipais constituíram seus sistemas de atendimento às crianças de 0 a 6 anos. Nos trabalhos a seguir, pode-se verificar como este movimento ocorreu em diferentes estados. **Mato Grosso do Sul:** SILVA, A. S. da (1997) – Políticas de atendimento à criança pequena em MS – 1983-1990 – Campinas/SP: UNICAMP, dissertação de mestrado. **Sobre o estado de Minas Gerais:** VEIGA, M. M. (2001) – O Movimento de Luta pró-creche e a política de Educação Infantil em Belo Horizonte – Belo Horizonte/MG: UFMG, dissertação de mestrado. **Sobre o estado do Pará:** MENDES RODRIGUES, R. L. (1997) – Educação Infantil: da necessidade histórica da pré-escola às lutas pela sua difusão atual – o caso de Belém do Pará – Campinas/SP: PUC, dissertação de mestrado. **Sobre o estado do Rio de Janeiro:** PICANÇO, M. B. M. de (1997) – A creche na rede pública municipal (1978-1996) – Rio de Janeiro/RJ: UFF, dissertação de mestrado. **Sobre o estado do Rio Grande do Sul:** SOUZA, J. F. de (2000) – Governando Mulheres e Crianças: Jardins de Infância em Porto Alegre na primeira metade do século XX – Porto Alegre/RS: UFRGS, tese de doutorado. **Sobre o estado de São Paulo:** ANDRADE, M. V. B. (1996) – Cem anos de pré-escola pública paulista: a história de sua expansão e descentralização – Marília/SP: UNESP, dissertação de mestrado. BATISTA, M. A. C. (1996) – O Primeiro 'Kindergarten' de São Paulo visão da família e educação dos Protestantes Americanos e a Metodologia Froebeliana – São Paulo/SP: USP, dissertação de mestrado. FARIA, A. L. G. de (1994) - Direito à Infância: Mario de Andrade e os Parques Infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938) – São Paulo/SP: USP, tese de doutorado. GOMES, M. O. de (1996) – As Creches na trajetória de Governos Democráticos: a experiência de Diadema-SP (1983-1996) – São Paulo/SP: USP, dissertação de mestrado. GUIMARÃES, H. G. (1999) – Canto e Ocupação no Jardim de Infância anexo a Escola Normal de São Paulo nas Primeiras Décadas da República – São Paulo/SP: PUC, dissertação de mestrado. HERMANN, J. N. (1995) – Poder Local e Educação Infantil em Piracicaba, SP: 1977 a 1995 – Campinas/SP: UNICAMP, tese de doutorado. MARCON, I. (1999) – A creche como Instituição Educacional: um estudo documental Votorantim/MG – São Paulo/SP: PUC, dissertação de mestrado. MELLO, A. M. A. (1999) – A História da Creche Carochinha: uma experiência para a educação de crianças abaixo de três anos em creche – Ribeirão Preto/SP: USP, dissertação de mestrado. MONÇÃO, A. A. C. (1995) – A política de Educação Infantil no município de Piracicaba: o discurso pedagógico – 1989 a 1992 – Piracicaba/SP: UNIMEP, dissertação de mestrado. RAMOS, M. M. S. (2001) – História da Educação Infantil Pública Municipal de Campinas – 1940-1990 – Bragança Paulista/SP: USF, dissertação de mestrado. SERRÃO, C. R. B. (2000) – Atos, Sombras e Fatos: o programa creche/pré-escola Secretaria do Menor – São Paulo (1987-1995) – São Paulo/SP: USP, dissertação de mestrado.

Neste documento, o MEC apresentou uma organização de acordo com a idade das crianças, estabelecendo uma nomenclatura para cada faixa etária. Considerando a educação pré-escolar como: “organizada, normalmente, a partir de dois anos de idade da criança, até os seis anos e 11 meses” (BRASIL, 1975, p. 50).

A seguir quadro demonstrando tal organização etária:

Nomenclatura atribuída	Faixa etária
Creches	0 a 2 anos
Escolas Maternais	2 a 4 anos
Jardins de Infância	4 a 6 anos

QUADRO 3 - ORGANIZAÇÃO DAS CRIANÇAS DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA

FONTE: BRASIL, 1975, P. 50

Pode-se notar que estas nomenclaturas e faixas etárias estabelecidas pelo referido documento são as utilizadas usualmente nas orientações dos estados e municípios, assim como nos documentos referentes ao atendimento infantil feito em Curitiba. As faixas etárias marcadas, também são as mesmas encontradas nos documentos pesquisados em Curitiba.

Vale ainda observar que há neste documento - *Diagnóstico preliminar da educação pré-escolar no Brasil* - um discurso centrado na idéia de que a educação para as camadas pobres deveria estar relacionada com a proposta de compensar as necessidades da família e a sua possível incompetência ao cuidar dos filhos. Por meio da educação pré-escolar, oferecida pelo Estado, esta problemática de um possível fracasso escolar no ensino primário obrigatório seria evitada.

Acredita-se, com base em pesquisas nacionais e de outros países, que a educação pré-escolar, apropriada para as crianças de ambientes pobres, poderá permitir-lhes *que recuperem grande parte do atraso de que são sujeito e vítima*. Os educadores estão certos de que o desempenho dessas crianças na escola de 1º Grau será muito superior ao atual, após receberem uma educação pré-escolar que lhes tenha oferecido, concomitantemente, assistência nutricional, de saúde e estímulo ao seu desenvolvimento psicomotor, afetivo e cognitivo e que se preocupe também com a educação e a assistência familiar (BRASIL, 1975, p. 35, grifos meus).

Esta perspectiva educacional que é permeada de uma leitura preconceituosa das camadas populares que coloca a criança como *sujeito e vítima* de um atraso relacionado aos aspectos nutricional, de saúde, psicomotor, afetivo e cognitivo, ocasionado, de acordo com esta perspectiva, por uma falha na família por ela não ter condições econômicas para fazê-lo é percebida nas fontes consultadas, gerando também a preocupação em compensar estas falhas na família.

No que diz respeito à avaliação feita por tal documento com relação aos municípios e regiões com maior necessidade de atendimento a crianças de 0 a 6 anos, quando tratando da região Sul/ Paraná/ Curitiba, verifica-se, justamente, alguns bairros que posteriormente foram atendidos pela Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) na construção das creches em Curitiba durante o período estudado.

Bairro	População
Jardim Urano	13 034
Santa Quitéria	19 553
Uberaba	17 518
Jardim Ipiranga (COHAB)	20 498

QUADRO 4 - LOCAIS COM MAIOR CONCENTRAÇÃO E NECESSIDADE DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA – CURITIBA

FONTE: BRASIL, 1975, P. 54.

Os bairros do Jardim Urano e Santa Quitéria foram atendidos pela PMC com a construção da creche Jardim Urano e Creche Santa Quitéria, respectivamente, em 1980. Já o bairro do Uberaba foi contemplado pela construção da creche, com o mesmo nome em 1981. Nos dados da PMC, no período estudado, entre 1977 e 1986, o bairro Jardim Ipiranga não aparece recebendo a instituição da creche pública. Percebe-se que somente após cinco anos da publicação dos estudos do MEC é que a PMC contemplou essa necessidade de creches apontada por este documento.

1.4 PARCERIAS DOS ÓRGÃOS FEDERAIS COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Em 1979, por meio do *Levantamento da Situação demográfica, sócio-econômica e escolar de Curitiba* o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, constatou que em média 85% das crianças entre 2 a 6 anos, moradoras da cidade não tinham acesso às creches, e, iniciou, pressionado por estes números, a construção e adequação de centros de atendimento infantil para a freqüência das crianças aos mesmos.

Neste mesmo ano, foi criado o Departamento de Desenvolvimento Social²⁵ – DDS - que assumiu a tarefa de organizar e gerir as questões pedagógicas presentes no atendimento a crianças de 0 a 6 anos.

Tal Departamento buscou parcerias com a comunidade, inaugurando as chamadas *Creches Vizinhança ou Comunitárias*, que eram unidades mantidas por Associação de Moradores, que através de convênios com a Legião Brasileira de Assistência – LBA, garantiam uma parte das despesas com alimentação, deixando parte do pagamento e orientação técnica dos funcionários a cargo da Prefeitura Municipal de Curitiba.

A Legião Brasileira de Assistência – LBA²⁶ - iniciou suas atividades em 1942 no âmbito nacional, com responsabilidade de organizar o atendimento à infância no Brasil.

A LBA foi criada em 1942, tendo como objetivo inicial amparar os convocados para a II Guerra Mundial e suas famílias. Porém, desde a sua criação, suas metas previam sua fixação como instituição destinada a desenvolver serviços de assistência social. Sua vocação para abranger o Território Nacional se evidencia desde o início (CAMPOS, 1993, p. 30).

Foi somente na década de 1970 que a LBA sistematizou sua atuação na área de creche com a criação do Projeto Casulo (1977), que de início funcionou em caráter experimental, mas aos poucos foi implementado para todo o país. Implantado oficialmente em março de 1977, numa primeira etapa, nos estados de

²⁵ Criado pela Lei 98 de 22/06/1979. Este órgão apresentava uma diretoria geral, subdividida em duas outras diretorias: Diretoria de Promoção Social e Diretoria de Desenvolvimento Comunitário.

²⁶ Para discutir a ação da LBA no país, consultar: LIMA, M. F. E. M. *LBA: tratamento pobre para o pobre*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1994. e VIEIRA, L. M. F. *Creches no Brasil: de mal necessário a lugar de compensar carências. Rumo à construção de um projeto educativo*, Dissertação de Mestrado. Minas Gerais: UFMG, 1986.

Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Tal projeto tinha como objetivo:

Prestar assistência ao pré-escolar carente na faixa de 0 a 6 anos, proporcionando-lhe condições que favoreçam seu crescimento e desenvolvimento normal, prevenindo sua marginalização social e enfatizando os aspectos: nutrição, saúde, recreação, socialização, segurança, educação e assistência jurídica (BRASIL, MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, 1977, p. 9).

Vieira (1986, p. 247) descreve como o projeto Casulo era organizado:

O programa de creches – creches casulo – é um tipo de iniciativa da LBA, que, predominantemente através de convênios com entidades filantrópicas, comunitárias ou com órgãos públicos (Prefeituras e Secretarias de Estado), repassa aos mesmos recursos financeiros na forma de per-capta, destinados a cobrir despesas com alimentação, material de consumo e alguns equipamentos.

Nas fontes consultadas sobre a rede de creches da PMC não foi localizada esta parceria entre LBA e PMC para financiamento das creches na modalidade *Casulo*.

Silva (1979, p. 3), em seu trabalho também explora os objetivos propostos no Projeto Casulo: “proporcionar cuidados de ordem higiênica, médico odontológica, nutricional, atentando para o desenvolvimento biopsicossocial: o menor será visto e atendido em seu universo família-comunidade”.

No mesmo ano de instalação da LBA no Brasil, no dia 17 de setembro de 1942 foi inaugurada a Superintendência da LBA no estado do Paraná, com sede em Curitiba²⁷. No ano de 1980, a LBA estava presente em 15 municípios do Paraná, em 236 unidades (diretas e indiretas) de Creches Casulo atendendo a 10 090 crianças (direta e indiretamente). (BRASIL, 1980).

De sua criação até 1987, o programa de creches da LBA em nível nacional apresentou características estáveis, como afirma CAMPOS (1993, p. 32) “tratava-se de um programa nacional, que atuava através de convênios, repassando verbas às prefeituras ou às instituições privadas, atendendo a população de baixa renda, as creches recebiam orientação por uma concepção preventiva e compensatória de atendimento infantil”.

Estes programas de atendimento à criança pequena organizados pela LBA em parceria com Organizações Não Governamentais ou por meio de convênios com

²⁷ Sobre este assunto ver: BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Relatório Geral – 1980. Espírito Santo: Fundação LBA, 1980.

instituições privadas, receberam críticas, no sentido de que tratavam as crianças de forma imediatista, com forte caráter compensatório LIMA (1994) e ROSEMBERG (1997).

Lima (1994, p. 132) revela de que forma as propostas de atendimento em creches são organizadas:

O serviço de creche é proposto como uma alternativa à prevenção da marginalidade, à falta da família e à educação dos pobres; um equipamento emergencial e vulnerável, limitando-se a um tratamento pobre para o pobre, configurando-se como uma prática discriminatória decorrente do estigma da pobreza... A concepção de atendimento à criança pequena assume uma função assistencialista, onde a relação com o usuário é considerada um favor e não um direito.

Nesta perspectiva compensatória de educação, como continuidade de resolução para a problemática apresentada pela população acerca do número insuficiente de creches existentes na cidade de Curitiba, com recursos da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM – em 1980, houve a inauguração de dez creches para o atendimento das crianças: Autódromo, Cajuru, Estrela, Jardim Urano, Vila Formosa, Barigui, São Carlos, Sibisa, Santa Quitéria e Vila Pinto (atual Vila Torres); com características e nomes diferenciados das primeiras: atendendo a crianças de 3 a 12 anos e com o nome de Programa dos Centros de Estudos do Menor e Integração à Comunidade – CEMIC.

O programa CEMIC estava vinculado ao governo estadual através do IAM e ao governo federal, por meio da FUNABEM. Em Curitiba, este programa centrou-se no atendimento às crianças de 0 a 6 anos, objetivava a atuação imediata nas áreas faveladas a fim de: “1) atender às crianças, orientando para as áreas de saneamento, saúde e recreação e 2) organizar os moradores” (IPPUC, 1979, s.p.).

As regiões onde foram erguidas a Creche Estrela e a Creche Jardim Urano são representadas nas fotos a seguir:



FOTOGRAFIA 6: RUELA DA VILA ESTRELA, NO BAIRRO FAZENDINHA

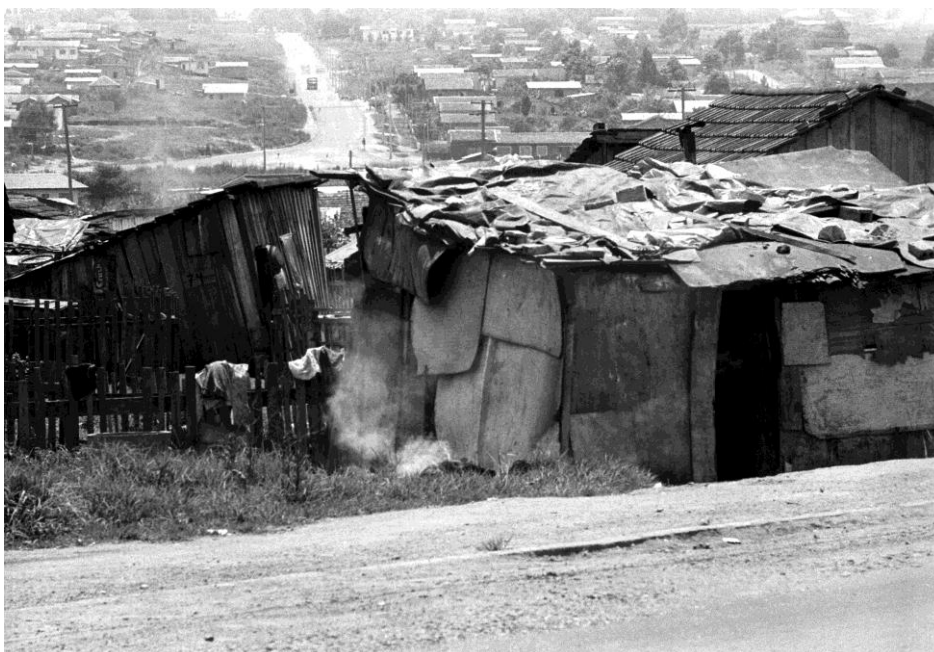
FONTE: ACERVO DA CASA DA MEMÓRIA/ DIRETORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL / FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, NG 9849



FOTOGRAFIA 7 - VILA ESTRELA, SITUADA NO BAIRRO FAZENDINHA

FONTE: ACERVO DA CASA DA MEMÓRIA/ DIRETORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL / FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA – NG 9865

Estas fotografias representam a comunidade na qual a creche Estrela foi instalada no ano de 1980. Na época, esta região não era considerada um bairro, pois se tratava de uma ocupação irregular, porém com todas as demandas por equipamentos sociais, tais como creches, escolas, postos de saúde, transporte, água encanada e luz elétrica.



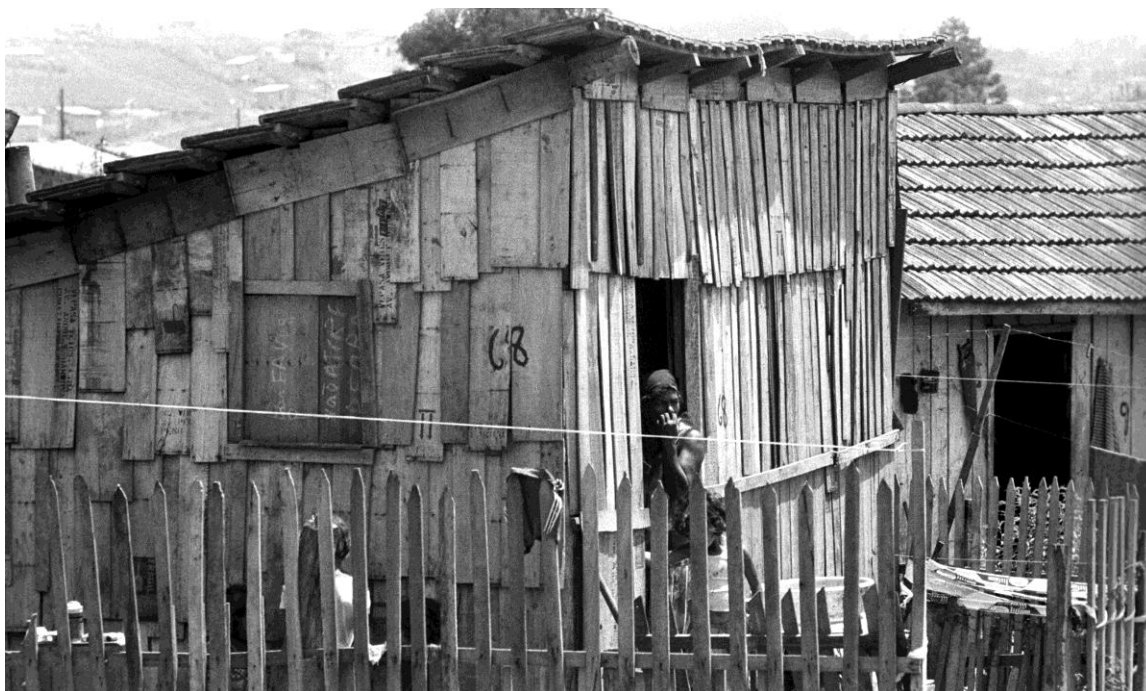
FOTOGRAFIA 8 - FAVELA DA VILA SÃO PEDRO - JANEIRO DE 1980

FONTE: ACERVO DA CASA DA MEMÓRIA/ DIRETORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL / FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA – NG, 1153



FOTOGRAFIA 9 - FAVELA DA VILA SÃO PEDRO, JANEIRO DE 1980

FONTE: ACERVO DA CASA DA MEMÓRIA/ DIRETORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL / FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA – NG, 1154



FOTOGRAFIA 10 - FAVELA DA VILA SÃO PEDRO, JANEIRO DE 1980

FONTE: ACERVO DA CASA DA MEMÓRIA/ DIRETORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL / FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA – NG, 1154

Estas fotografias da região da Vila São Pedro, representam a comunidade na qual houve a construção da Creche Jardim Urano, no bairro do Xaxim.

Os recursos recebidos através do convênio com a FUNABEM foram importantes para que as creches fossem instaladas nas regiões de ocupação. A FUNABEM foi criada em 1964 e tinha como objetivo principal a tarefa de suprir a carência das famílias através do atendimento público às crianças, organizando suas atividades com base no atendimento às defasagens culturais, motoras, lingüísticas, entre outras, apresentadas pela população. Como CAMPOS indica: "... a FUNABEM teve por finalidade formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema, o planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executam essa política" (1993, p. 38).

Após a efetivação das propostas do Plano de Desfavelamento para o atendimento a crianças de 0 a 6 anos, "no ano de 1980, a PMC contava com uma estrutura de 20 creches oficiais, atendendo 2235 crianças e 3 creches da vizinhança²⁸, atendendo 190 crianças" (IPPUC, 1980, p.2).

²⁸ Creche da Vizinhança era uma instituição que recebia auxílio financeiro da Prefeitura Municipal de Curitiba, mas sua gestão era realizada pela comunidade na qual estava inserida, mais comumente pela Associação de Moradores.

A seguir, listagem das creches deste período:

Creche	Localização quando da sua inauguração	Data da Inauguração	Administração Municipal à época
Vila Camargo	Rua Paulo de Frontin, 434 Bairro: Cajuru	22/08/1977	Saul Raiz
Jardim Paranaense	Rua Pedro Nabosne, 47 Bairro: Alto Boqueirão	22/08/1977	Saul Raiz
Vila Hauer	Rua Padre Dehon, 1871 Bairro: Hauer	22/08/1977	Saul Raiz
Xaxim	Rua Wilson Daucheux, Pereira 183 Bairro: Alto Boqueirão	22/08/1977	Saul Raiz
Atuba	Rua Rio Jarí, 411 Bairro: Atuba	29/03/1978	Saul Raiz
Tapajós	Rua Chanceler Oswaldo Aranha, 965 Bairro: Vila Hauer	29/03/1978	Saul Raiz
Gramados	Rua Doutor Pedro Zavaski, 1285 Bairro: Pinheirinho	03/1979	Jaime Lerner
Hortência	Rua Marilândia do Sul, 1183 Bairro: Alto Boqueirão	03/1979	Jaime Lerner
Meia Lua	Rua Romeu Bach, 20 Bairro: Boqueirão	03/1979	Jaime Lerner
Pinheirinho	Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, 270 Bairro: Pinheirinho	03/1979	Jaime Lerner
Autódromo*	Rua Avenida do Trabalhador, 72 Bairro: Cajuru	07/1980	Jaime Lerner
Cajuru*	Rua São Vicente Palloti, 3631 Bairro: Cajuru	07/1980	Jaime Lerner
Estrela*	Rua Professor Elevir Dionyzio, 434 Bairro: Fazendinha	07/1980	Jaime Lerner
Jardim Urano*	Rua Nova Fátima, 219 Bairro: Xaxim	07/1980	Jaime Lerner
Vila Formosa*	Rua Coronel Herculano de Araújo, 1193 Bairro: Novo Mundo	07/1980	Jaime Lerner
Barigui*	Rua Arthur Martins Franco, 5561 Bairro: CIC	07/1980	Jaime Lerner
São Carlos*	Rua Doutor Plínio Gonçalves Marques 150 Bairro: Pinheirinho	07/1980	Jaime Lerner
Sibisa*		07/1980	Jaime Lerner
Santa Quitéria*	Rua Divina Providência, 1680 Bairro: Santa Quitéria	07/1980	Jaime Lerner
Vila Pinto (atual Vila Torres)*	Rua Manoel Martins de Abreu, 35 Bairro: Prado Velho	07/1980	Jaime Lerner

conclusão

QUADRO 5 - CRECHES OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA INAUGURADAS NO PERÍODO DE 1977 A 1980²⁹

FONTE: IPPUC, 1992; www.aprendercuritiba.org.br e www.curitiba.pr.gov.br.

* Estas instituições foram inauguradas sob a nomenclatura de CEMIC, sendo, posteriormente alteradas para creches.

²⁹ Todas as creches do quadro continuam em funcionamento, com exceção da creche Sibisa desativada no ano de 1990, devido, segundo a PMC, a ociosidade de vagas na região onde a creche estava localizada.

A seguir, apresenta-se o registro iconográfico da imprensa local com relação à inauguração das creches Barigui, Sibisa e Santa Quitéria.



FOTOGRAFIA 11 - INAUGURAÇÃO DA CRECHE SANTA QUITÉRIA

FONTE: JORNAL DIÁRIO DO PARANÁ 11/03/1980



FOTOGRAFIA 12 - INAUGURAÇÃO DA CRECHE SIBISA

FONTE: JORNAL DIÁRIO DO PARANÁ 26/08/1980



FOTOGRAFIA 13 - INAUGURAÇÃO DA CRECHE BARIGUI

FONTE: JORNAL DIÁRIO POPULAR 19/10/1980.

Verifica-se nas imagens – 11 e 13 – feitas pela imprensa estadual a presença do então prefeito Jaime Lerner na inauguração das creches, bem como da comunidade, possivelmente do local onde as creches foram inauguradas. Na imagem 12 não é verificada a presença do prefeito, pois segundo o Jornal Diário do Paraná de 26/08/1980 “não pôde comparecer devido a uma forte gripe e enviando como seu representante o chefe de gabinete, Nireu José Teixeira.” (JORNAL DIÁRIO DO PARANÁ de 26/08/1980). Na imagem nº 13, visualiza-se a presença de crianças, também ouvindo o discurso do prefeito.

Na década de 1980, em âmbito nacional, houve um movimento para discussão acerca das questões relativas ao atendimento em creches, assim como a oferta de vagas públicas para a faixa etária de 0 a 6 anos.

Haja visto que no período de 21 a 23 de setembro de 1981 aconteceu em São Paulo o primeiro Encontro Nacional Sobre Creches, organizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC)³⁰, que contou com a participação de representantes do estado

³⁰ Encontro organizado pela Fundação Carlos Chagas – FCC, pelo Departamento de Pesquisas Educacionais, sob responsabilidade das pesquisadoras Elvira Souza Lima, Fúlvia Rosemberg, Maria Malta Campos, Marlene Goldenstein e Regina P. Pinto.

de São Paulo, Amazonas, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará, Pará, Bahia, Paraíba e do Distrito Federal.

O objetivo do referido encontro foi o: “Relato de experiências, intercâmbio de idéias de pessoas diretamente envolvidas no planejamento, administração e execução de serviços de atendimento a crianças de 0 a 6 anos” (ENCONTRO NACIONAL SOBRE CRECHES, 1981, p. 1).

Como produto das questões debatidas durante o Encontro Nacional sobre Creches houve a elaboração do *Relatório Final das Discussões*, trazendo à tona, por mais uma vez, o incômodo binômio demanda x oferta e o papel do Estado, neste sentido: “O plenário se posicionou insistindo que a creche é um problema educacional e se insere na luta mais ampla da população pelo direito à educação, entendida como dever do Estado” (ENCONTRO NACIONAL SOBRE CRECHES, 1981, p. 14).

Tal constatação acerca da oferta e demanda de vagas em creches públicas também esteve presente no âmbito das pesquisas acadêmicas acerca da educação de crianças pequenas. Como afirma Rosa (1986, p.120):

Uma rápida visão de pré-escola no Brasil permite fazer, entre outras, algumas constatações: defasagem muito acentuada entre oferta e demanda; defasagem entre o número de crianças a ser atendido e a quantidade de recursos humanos capacitados formalmente, devido a falta de cursos de formação específica.

Como contraponto a esta análise, observa-se que no ano de 1981 outras creches foram construídas em Curitiba, de acordo com a proposta de Centros Sociais Urbanos³¹. De acordo com a instrução do programa, o Centro Social Urbano deveria constituir-se como: “prestador de serviço de natureza social: educação e cultura, desporto, saúde e nutrição, trabalho, previdência e assistência social e recreação e lazer” (IPES, 1979, p.4).

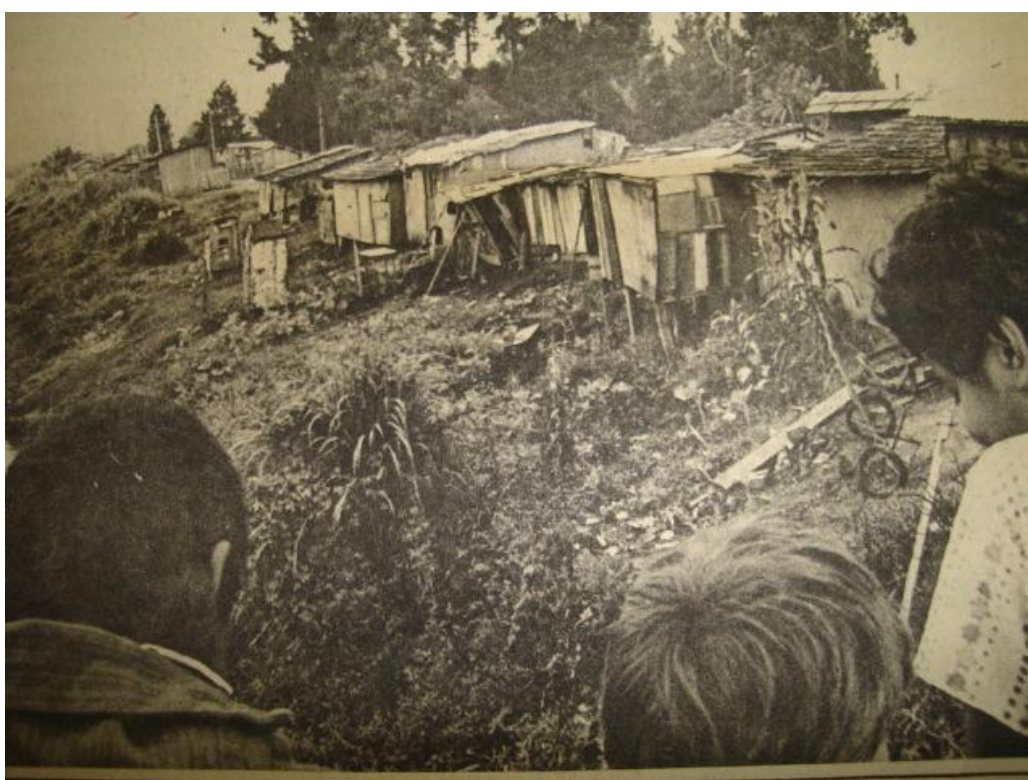
O programa dos Centros Sociais Urbanos em nível estadual, tinha a finalidade de “promover a integração social das cidades, através do desenvolvimento de atividades comunitárias nos campos da educação, cultura, desporto, saúde, nutrição,

³¹ O Programa de Centros Sociais Urbanos era de nível federal, criado pelo decreto 75922 de 01/07/1975. Trazia suas diretrizes através do instituto de Planejamento Econômico e Social. O Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos foi extinto pelo decreto 89501 de 30/03/1984. Os Centros sociais Urbanos foram instituídos no Governo Estadual no ano de 1982, pelo decreto 5230 de 08/07/1982.

trabalho, previdência, assistência social, recreação e lazer” (DIÁRIO OFICIAL, 08/07/1982, p.5).

As instituições inauguradas que atenderam a esta proposta foram: creche Fazendinha, creche Uberaba, creche Tia Eva, creche Santa Amélia, creche Palmeiras e creche Moradias Belém. Estas instituições pretendiam: “o envolvimento em atividades comunitárias nas áreas de: educação e cultura, saúde e nutrição, desportos, trabalho, previdência e assistência social, recreação e lazer” (IPPUC, 1992, p. 4).

A seguir uma foto da Favela Moradias Belém, comunidade na qual houve a construção da creche com o mesmo nome:



FOTOGRAFIA 14 - FAVELA MORADIAS BELÉM

FONTE: JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS 21 E 22/10/1979

Na imagem acima se observa a precariedade das construções na favela e a presença de crianças. Fica nítida a necessidade de intervenção municipal no sentido de melhorar as condições de vida das famílias ali alocadas. Esta favela é mencionada como local do qual três entrevistados³² foram realocados em Conjuntos Habitacionais da cidade.

³² Joselita Maria Nogueira, Anildo Lisboa e Leonilda Lisboa.

As creches inauguradas no ano de 1985 na gestão do então prefeito Mauricio Fruet, foram construídas com verbas do Projeto CURA I – Programa de Complementação Urbana. Este projeto era de âmbito nacional e seu objetivo era: “promover a melhoria das condições de vida urbana das comunidades, através da alocação de recursos para aplicação em infra-estrutura e equipamentos urbanos, de acordo com as possibilidades econômicas e as aspirações da população” (BNH, 1973, p.1).

As instituições, inauguradas no período estudado, estavam localizadas efetivamente na periferia da cidade, em locais indicados para o programa de desfavelamento proposto para Curitiba.

Entre 1981 a 1986, 16 creches oficiais foram inauguradas em diferentes regiões da cidade. Verifica-se no quadro a seguir:

Creche	Localização quando da sua inauguração	Data da Inauguração	Administração Municipal à época
Fazendinha*	Rua Eloi Micheletto, 9 Bairro: Fazendinha	07/1981	Jaime Lerner
Uberaba*	Rua Capitão Leônidas Marques, 2171 Bairro: Uberaba	07/1981	Jaime Lerner
Tia Eva*	Rua Denilson Felipe de Lima, 113 Bairro: CIC	07/1981	Jaime Lerner
Santa Amélia*	Rua Fernando Souza Costa, 102 Bairro: Fazendinha	08/11/1981	Jaime Lerner
Palmeiras*	Rua João Batista Burbello, 540 Bairro: Tatuquara	16/11/1981	Jaime Lerner
Moradias Belém*	Rua Diogo Mugiaty, 560 Bairro: Boqueirão	11/1981	Jaime Lerner
Tiradentes	Rua Francisco Ceccon, 153 Bairro: Alto Boqueirão	01/1984	Maurício Fruet
Santa Helena	Rua José Batista dos Santos, 2496 Bairro: CIC	06/1984	Maurício Fruet
Liberdade	Rua Rio Jari, 1481 Bairro: Bairro Alto	07/1985	Maurício Fruet
União das Vilas	Rua Miguel Novicki, 07 Bairro: São Braz	08/1985	Maurício Fruet
Coqueiros	Rua David Tows, 880 Bairro: Xaxim	26/10/1985	Maurício Fruet
Vila Vitória	Rua Carlos Roberto Ferreira, 148 Bairro: Sítio Cercado	26/10/1985	Maurício Fruet
Eucaliptos	Rua Coronel Hermínio, Alves Cabral 157	09/11/1985	Maurício Fruet continua

	Bairro: Alto Boqueirão		
Itamarati	Rua Tem. Antônio Pupo, 527 Bairro: Xaxim	86	Roberto Requião
Jardim Esmeralda	Rua Leônicio Lopes Cortiano, 100 Bairro: Xaxim	86	Roberto Requião
Rio Negro	Rua Madre Emília Riquelme, 30 Bairro: Sítio Cercado	86	Roberto Requião
Olga Benário Prestes	Rua José Manoel Voluz, 40 Bairro: Pinheirinho	86	Roberto Requião
Jardim Paraná	Rua Fernandes Vieira, 400 Bairro: Alto Boqueirão	86	Roberto Requião
conclusão			

QUADRO 6 - CRECHES OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA INAUGURADAS NO PERÍODO DE 1981 A 1986³³

FONTE: IPPUC, 1992, www.aprendercuritiba.org.br, www.curitiba.pr.gov.br.

* Estas instituições foram inauguradas sob a nomenclatura de Centro Social Urbano, sendo, posteriormente alteradas para creches.

Desta forma, ao final do ano de 1986 a cidade de Curitiba contava com 38 creches para receber as crianças de 0 a 6 anos de idade. A seguir, vê-se o registro da inauguração das creches Liberdade e Eucaliptos.



FOTOGRAFIA 15 - INAUGURAÇÃO DA CRECHE LIBERDADE

FONTE: JORNAL GAZETA DO POVO 13/04/1985.

³³ Todas as creches do quadro continuam em funcionamento.



FOTOGRAFIA 16 - INAUGURAÇÃO DA CRECHE EUCALIPTOS

FONTE: JORNAL DIÁRIO POPULAR, 12/11/1985.

A imprensa estadual registrou a presença do prefeito Maurício Fruet bem como de crianças e da comunidade em geral na solenidade de inauguração das creches referidas. O momento destacado, diz respeito ao pronunciamento do prefeito às pessoas presentes.

Tal registro pode demonstrar a importância da inauguração da creche tanto para a comunidade quanto para a administração pública, que faz a inauguração do equipamento com a honra possível a este momento.

A seguir, tabela com o número de creches oficiais inauguradas na cidade no período de 1977 a 1986:

ANO	NÚMERO DE CRECHES
1977	4
1978	2
1979	4
1980	10
1981	6
1984	2
1985	5
1986	5
TOTAL	38

QUADRO 7 - CRECHES MUNICIPAIS DE CURITIBA INAUGURADAS ENTRE 1977 E 1986

FONTE: IPPUC, 1992, P. 9.

A partir do quadro, pode-se verificar que em 10 anos o número de creches na cidade passou de 4 para 38. Vê-se que em média, foram inauguradas 3 creches por ano. No entanto, este número foi considerado insuficiente pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano³⁴ de 1985.

Neste plano aparecem dados referentes ao número insuficiente de creches na cidade, mas, no entanto, não foram traçadas metas de construção de instituições para crianças de 0 a 6 anos. O problema da falta de vagas nas creches era assim descrito: “O pequeno número de creches existentes e a demanda crescente colocam ao serviço público, a necessidade de encontrar, a curto prazo, alternativas para ampliar significativamente o serviço de atendimento à infância e determinar prioridades para a atenção imediata” (IPPUC, 1985, p.68).

A partir desses dados compreende-se que as tentativas da PMC no que diz respeito ao sistema de creches, ainda eram tímidas, segundo a análise da própria gestão municipal, e que, com certeza, necessitavam de uma política pública mais abrangente para que a população de crianças de 0 a 6 anos fosse atendida em instituições oficiais.

³⁴ Este Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano foi lançado pelo IPPUC em 1985, com dados referentes a todas as questões urbanas da cidade, na gestão do então prefeito Maurício Fruet. (1983-1985).

CAPÍTULO 2

OS SUJEITOS SOCIAIS³⁵ PRESENTES NAS CRECHES PÚBLICAS DE CURITIBA

2.1 A INFÂNCIA E A FAMÍLIA PRESENTES NA PROPOSTA DE CRECHES

A forma com a qual as crianças e as famílias das crianças atendidas nas creches de Curitiba é retratada nos documentos oficiais denota para que tipo de população as creches foram pensadas em Curitiba e como a Prefeitura Municipal incorporou o discurso nacional sobre a proposta educacional da compensação de carências.

A apropriação feita pela Prefeitura Municipal de Curitiba daquilo que considerava necessário para um bom tratamento das crianças de 0 a 6 anos, assim como as representações implícitas e explícitas nos documentos relativos a este atendimento, são fundamentais para que se possa compreender a que tipo de criança a PMC estava se referindo, assim como a que tipo de família este atendimento era direcionado.

Nas diferentes administrações municipais que se seguem no período de estudo deste trabalho, observa-se uma constância no que diz respeito a proposta educacional, assim como percebe-se um aumento considerável do número de vagas ofertada na década de 1980:

Administração Municipal	Nome da creche	Número de vagas abertas
1977 – Saul Raiz	Vila Camargo	110
	Jardim Paranaense	120
	Vila Hauer	120
	Xaxim	120
1978 – Saul Raiz	Atuba	205
	Tapajós	225
1979 – Jaime Lerner	Gramados	130
	Hortência	130 continua

³⁵ Sujeito social aqui compreendido na perspectiva de Thompson: “[...] uma categoria que, por mais imperfeita que seja é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. Com a utilização do conceito de experiência] a estrutura é transmutada em processo,e o sujeito é reinserido na história.” (THOMPSON, E. P. 1981, p. 15).

	Meia Lua	130
	Pinheirinho	130
	Autódromo	75
	Cajuru	75
1980 – Jaime Lerner	Estrela	75
	Jardim Urano	75
	Vila Formosa	75
	Barigui	75
	São Carlos	75
	Sibisa	75
	Santa Quitéria	75
	Vila Pinto (atual Vila Torres)	140
1981 – Jaime Lerner	Fazendinha	60
	Uberaba	120
	Tia Eva	Não consta
	Santa Amélia	135
	Palmeiras	150
	Moradias Belém	110
1984 – Mauricio Fruet	Tiradentes	50
	Santa Helena	60
1985 – Mauricio Fruet	Liberdade	120
	União das Vilas	120
	Coqueiros	150
	Vila Vitória	135
	Eucaliptos	120
1986 – Roberto Requião	Itamarati	120
	Jardim Esmeralda	120
	Rio Negro	120
	Olga Benário Prestes	120
	Jardim Paraná	60 conclusão

QUADRO 8 - NÚMERO DE VAGAS ABERTAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA EM CRECHES, ENTRE 1977 E 1986

FONTE: IPPUC, 1981, P. 5-6; IPPUC, 1998, P. 1-36.

Segundo o *Levantamento da situação demográfica, socioeconômica e escolar de Curitiba* (1979), havia na cidade, 15 803 crianças entre 2 e 6 anos. De acordo com o número de vagas ofertado nas creches inauguradas entre 1977 e 1979, apenas 1570 crianças eram atendidas no ano de 1979, dessa forma, pode-se

considerar que o número de crianças atendidas em creches públicas neste período era baixo.

No quadro a seguir verifica-se como o número de crianças atendidas nas creches cresceu concomitantemente ao crescimento do número de crianças que viviam na cidade:

Ano	Número de crianças na cidade de 0 a 4 anos	Número de crianças na cidade de 5 a 9 anos	Número de crianças atendidas nas creches públicas de Curitiba por ano
1970	75 231	76 530	0
1980	123 783	106 371	2 235

QUADRO 9 - NÚMERO DE CRIANÇAS NA CIDADE DE CURITIBA/NÚMERO DE CRIANÇAS ATENDIDAS EM CRECHES PÚBLICAS

FONTE: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 1985, P. 54 E 56.

Analisando os dados acima, pode-se visualizar que o número de crianças atendidas pela iniciativa pública em Curitiba era pequeno em relação ao número de crianças que havia na cidade. Nota-se de acordo com o Quadro 5, apresentado anteriormente, que no ano de 1980 já havia na cidade 20 creches públicas para crianças de 0 a 6 anos. Mesmo assim, o número de crianças atendidas ainda não chegava a 2% do total das crianças da faixa etária de 0 a 4 anos que freqüentava a creche.

Para estas crianças que freqüentariam as creches em Curitiba, observa-se no fragmento do documento intitulado *Aspectos sociais do plano de desfavelamento de Curitiba (1978)*, o seguinte objetivo: “Visando prevenir o processo de marginalização social de que facilmente seriam objeto as crianças ainda não em idade escolar, é que se pensa a criação das creches em Curitiba...” (IPPUC, 1978, sem paginação).

Esta passagem nos permite inferir que a PMC considerava a criança que iria ser atendida nas creches municipais, como um possível fracassado, caso não tivesse acesso a esta instituição. Dessa forma a PMC demonstrava a que camada da população a creche estava destinada, ou seja, a população de baixa renda.

Tal proposição é percebida em várias fontes consultadas, como consta abaixo:

... a iniciativa do município em estender sua atuação educativa à criança de três a seis anos, permitirá, recuperar, provavelmente um grande número das que, devido ao baixo nível intelectual e socioeconômico dos pais ou à subnutrição, não recebem estímulos suficientes para o desenvolvimento de sua estrutura mental (IPPUC, 1975, p.3).

As crianças pertencentes às camadas sociais menos favorecidas e já carentes (carências nutritivas e emocionais e de saúde) encontram um ambiente familiar falho, com deficiente estimulação intelectual (IPPUC, 1975, p.11).

... preencher as lacunas ou deficiências da educação familiar, através do desenvolvimento do equilíbrio emocional e psicológico (PMC. DEPARTAMENTO DO BEM ESTAR SOCIAL, 1975b, p. 161).

Partindo do princípio de que a educação pré-escolar é um dos aspectos mais importantes para a formação geral do indivíduo e de que os pais, na maioria das vezes não são capazes de assumir a responsabilidade da educação de seus filhos na fase pré-escolar, cada vez é maior essa necessidade (PMC. DEPARTAMENTO DO BEM ESTAR SOCIAL, 1975c, p. 38).

Nestes documentos, que são Planos de Educação, percebe-se que o conhecimento e as vivências da criança retratada são considerados deficientes ou insuficientes de acordo com os parâmetros estabelecidos pela PMC, é uma criança que, caso não recebesse atendimento governamental teria problemas no seu desenvolvimento e estaria fadada ao fracasso na sua vida adulta.

Tratando deste tema, Veiga & Faria Filho demonstram qual é a intenção do Estado quando estabelece padrões ideais de crianças:

A criança desamparada ou carente não nos incomoda pelo que ela é, mas pelo adulto que será ou não. O medo dos educadores, dos gestores da cidade, de sua civilização e regulamentação não é dessas crianças, mas do adulto que nelas está germinado. (VEIGA & FARIA FILHO, 1999, p. 14-15).

Embora Veiga & Faria Filho, neste trecho do texto, se refiram ao início do século XX, em uma outra localidade, nota-se que esta concepção de infância apresenta permanências nas décadas de 1970 e 1980 na cidade de Curitiba.

A imagem da família da criança atendida em creches também foi denegrida tendo em vista, que a PMC partiu do princípio de que as famílias carentes não tinham condições intelectuais, financeiras e emocionais para criar seus filhos, fazendo-se necessária uma intervenção imediata do poder público neste sentido.

Outro aspecto a ser destacado, no tipo de representação que a PMC tinha das crianças que seriam atendidas nas creches municipais, diz respeito ao nível socioeconômico, como podemos detectar no trecho a seguir:

Inicia-se aí, antes da interferência da escola, a defasagem entre o desenvolvimento dos diversos tipos de crianças. Assim quando a criança de nível social inferior ingressa na escola, o faz fadada ao fracasso frente a colegas mais favorecidos, que já superaram nas etapas de educação pré-escolar, estágios de desenvolvimento que ela ainda nem iniciou (PMC/IPPUC, 1975, p.11).

Esta era uma corrente de pensamento pedagógico vigente no país de um modo geral. Os documentos do MEC (BRASIL, 1975, 1977, 1979 e 1980) trazem claramente em seu contexto e em seu conteúdo que o atendimento a ser oferecido a crianças das camadas menos favorecidas era o de prevenção do fracasso escolar, assim como de adequação dela à sociedade, já que a família não tinha condições de fazê-lo sozinha.

Essa perspectiva de atendimento da criança, focada na prevenção do fracasso escolar pelo poder público é difundida, neste período, em todo o país. Pesquisadores apontam a problemática inserida nesta perspectiva:

A partir dos anos 60, surgem novas explicações para o fracasso escolar. As teses, agora, focalizam os fatores sociais na explicação do futuro escolar das crianças. As dificuldades escolares se devem ao fato das crianças serem desfavorecidas, marginalizadas e privadas sócio e culturalmente, o que não permite sua inserção no sistema escolar. A patologização não é mais da criança, mas da família e seu meio (BRANDÃO, ABRAMOVAY & KRAMER, 1981, p.43).

Assim sendo, pode-se verificar que um dos critérios para a criança ser atendida nas creches públicas de Curitiba, era o nível socioeconômico das famílias, critério que fica explícito no documento *Proposta de Expansão do Programa de Atendimento Infantil para Curitiba (1980)*:

“O programa de Atendimento Infantil do Departamento de Desenvolvimento Social da PMC destina-se a atender prioritariamente as crianças e adolescentes cujas famílias apresentem renda familiar inferior a 3 salários mínimos” (IPPUC, 1980, p. 10).

Tal informação também pode ser verificada no Jornal Folha de Curitiba: “As normas básicas para admissão do candidato dizem respeito à renda familiar, que não deve ultrapassar 3 salários mínimos” (JORNAL FOLHA DE CURITIBA, 20/06/1984). Neste sentido, com estas regras, a PMC define claramente a população alvo do programa de creches em Curitiba, famílias que possuem baixa renda.

Esta família atendida pela PMC, aparece nas fontes consultadas como sujeito de inquirição frente às propostas oferecidas pelo poder público municipal, ou seja, a família pobre precisa apresentar um esforço e um movimento no qual apresente-se num processo de mudança de comportamento de acordo com a normalização do poder público. Assim, havia entrevistas para comprovar a real necessidade da família para o atendimento em creches, tanto quanto o acompanhamento para que estas não se desviassem dos preceitos colocados pela PMC. Verificam-se tais preocupações nas fontes consultadas:

Antecede ao ingresso das crianças no setor de Atendimento infantil uma entrevista dos pais ou responsáveis com a equipe de serviço Social para a comprovação da real necessidade da colocação da criança na creche.... (IPPUC, 1978, sem paginação).

O Serviço Social realiza, junto aos pais e responsáveis pelas crianças colocadas na creche, todo um trabalho, quer através de entrevistas individuais ou reuniões de grupo, com o objetivo de garantir a continuidade, na família, do trabalho sócio-educativo realizado no Centro (IPPUC, 1978, sem paginação).

Neste sentido, pode-se inferir que a família a qual a creche estava destinada, precisava, por meio das entrevistas comprovar a sua real necessidade para que os seus filhos tivessem acesso a uma vaga nesta instituição pública.

Em contrapartida, nas mesmas fontes, nota-se em algumas passagens, uma preocupação com a aprendizagem das crianças e de certa forma, concepções relevantes acerca da importância do atendimento a estas crianças e a necessidade premente do poder público em atendê-las, embora não fosse obrigatório de acordo com a legislação vigente de educação – Lei 5692/1971.³⁶

Neste sentido, observam-se as seguintes preocupações para o atendimento em creches na rede municipal de Curitiba

³⁶ A Lei 5692/1971 trata do Ensino de 1º Grau (7 a 14 anos, obrigatório) e do Ensino de 2º Grau, com relação a crianças de 0 a 6 anos, traz apenas referência aos tipos de instituição em que elas seriam atendidas. “Art. 19. § 2º Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes.” A educação pré-primária também foi citada na LDB 4024/1961, nos artigos 23 e 24: “Art. 23. A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância. Art. 24. As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária” (LDB 4024/61).

... oferecer a cada criança, tratamento adequado à sua fase evolutiva, sua vivência, capacidade e necessidades (PMC, 1975b, p. 161).

A educação pré-primária deve fundamentar-se no aproveitamento das tendências naturais da criança, compatíveis com os fins educacionais, isto é, respeitar a personalidade infantil, procurando desenvolvê-la de modo integral e harmônico em consonância com os ideais da educação (PMC, 1975a, p. 85).

Será especialmente baseada na observação, na experiência e capacidade criadora do educando, e deverá considerar os aspectos: físico, intelectual, estético, moral e espiritual da personalidade infantil (PMC, 1975a, p. 85).

Tais especificações para o ensino de 0 a 6 anos apontam o caráter pedagógico pensado para elas. Muitas vezes as propostas para creches de Curitiba associam-se às propostas para a pré-escola, pois no período estudado não há uma clara separação entre uma e outra. Dessa forma, em algumas fontes, como a citada anteriormente, embora cite a educação pré-primária, está se referindo a crianças de 0 a 6 anos.

Ainda que a PMC demonstrasse ter uma representação da criança pobre como incapaz, em contrapartida, trazia indicações pedagógicas para seu atendimento, que embora focadas numa perspectiva evolucionista, procuraram estabelecer critérios para o atendimento na rede de creches curitibana.

Um ponto relevante proposto no documento *Unidade de Atendimento infantil: algumas alternativas* (1979), é a proposta de valorização daquilo que as crianças trazem como cultura local, que deveria ser inserido no contexto de atendimento à criança proposto pelo educador:

A educação infantil nesta idade é um processo indissociável da condição familiar. O dado cultural, impregnado de valores de vida, se manifesta nas relações entre adultos e crianças em suas atitudes e procedimentos de modo muito mais acentuado do que nas informações e técnicas que se venha a fornecer às crianças. As habilidades que porventura a criança venha a adquirir cedem lugar em importância às condutas de segurança e ousadia emocionais, intelectuais e físicas. Essas condutas não podem ser fragmentadas no momento da 'escola' e no momento da casa. A vida da criança é um continuum onde a ruptura entre as condições familiares e escolares podem se revestir de certo grau de violência. Para que isto seja evitado, deverá haver a integração dos elementos de cultura existentes em qualquer comunidade, por mais carente que se apresente, incorporando-os à situação de educação sistemática das crianças. Será a partir desses elementos que novos dados poderão ser agregados. Por outro lado, essa mesma condição da comunidade deve ser enriquecida com as possibilidades do acervo cultural a que professores têm maior acesso. Neste sentido, a integração de elementos da comunidade em trabalhos com as crianças e o seu desenvolvimento com a responsabilidade sobre as tarefas e orientação dos centros de atendimento infantil, poderão se

constituir em uma forma de elevação cultural de toda aquela comunidade (IPPUC, 1979b, sem paginação).

Tais afirmações indicam proposições complementares, já que na maioria dos documentos pode-se visualizar um movimento de educação compensatória, que de acordo com as fontes consultadas foi uma prática. A proposta na qual observa-se a preocupação com a relação entre família e creche, assim como a valorização da cultura da comunidade é uma perspectiva isolada se comparada com aquelas já comentadas.

Em outra passagem, pode-se observar uma preocupação com o mercado de trabalho e a qualificação para o mesmo:

... oportunizar treinamento profissional, concomitantemente ao ensino à população em idade escolar, possibilitando seu futuro acesso *qualificado* no mercado de trabalho (IPPUC, 1976a, sem paginação, grifos meus).

... motivação dos favelados para que encaminhem seus filhos à escola e aos programas de treinamento profissional (IPPUC, 1976b, sem paginação).

Tal preocupação com o mundo do trabalho poderia estar atrelada à questão da preparação da mão de obra, para evitar a desqualificação dos futuros trabalhadores, diferentemente da situação de seus pais. A *qualificação* referida na fonte consultada, poderia destinar-se às crianças de 7 a 12 anos, que freqüentavam a creche no período contrário ao da escola, pois neste período a creche também era destinada para esta faixa etária.

O apontamento do nível socioeconômico da população ao qual a creche foi destinada pela PMC, fica claro nas fontes consultadas, quando afirmava de diferentes maneiras que este atendimento seria ofertado para que a mulher fosse liberada para o mercado de trabalho:

... oportunizar às mães possibilidades de participação no mercado de trabalho com vistas à melhoria de renda familiar (IPPUC, 1976a, sem paginação).

O trabalho da mulher fora do núcleo familiar, fez com que se desarticulasse o esquema de sustentação, causando sérias disfunções dentro de cada família e conseqüentemente aumentando o rol dos problemas a serem enfrentados pela sociedade. (...) Assim é que os problemas sociais criados por este processo acumulam-se requerendo um esforço conjunto do Estado, das populações envolvidas e do setor privado com vistas a criar a infra-estrutura coletiva que se coloque como contrapartida às exigências do desenvolvimento econômico (IPPUC, 1979b, sem paginação).

O cuidado com os filhos, tradicionalmente, tarefa da mãe, passa a ser um dos principais problemas a ser enfrentado atualmente. 'A criança abandonada com pais' deixa de ser uma expressão contraditória, assumida, principalmente nas áreas periféricas da cidade, a dimensão de um grave problema urbano (IPPUC, 1979b , sem paginação).

.... o Centro de Atendimento Infantil, além de proporcionar às crianças, de até 6 anos, a proteção necessária ao desenvolvimento e contribuir sensivelmente para a melhoria dos índices de higiene e alimentação, tem ainda o importante objetivo de liberar a mulher do trabalho doméstico, para que passe a exercer uma atividade lucrativa fora do lar, num reforço ao orçamento familiar, tendo garantida a assistência e cuidados aos filhos menores (IPPUC, 1978, sem paginação).

A idéia, apresentada nestes documentos, de que a mulher precisava ser *liberada* para o mercado de trabalho trouxe consigo a perspectiva de que a PMC estava preocupada com esta necessidade, conforme as fontes consultadas. Exprimindo de forma velada o momento vivido pelos movimentos sociais da época, os quais faziam coro para a necessidade da abertura de vagas em creches tendo em vista a necessidade de a mulher ir ao mercado de trabalho.

2.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM BUSCA DO ATENDIMENTO PÚBLICO ÀS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS

Curitiba, como capital do Estado, apresentou nas décadas de 1970 e 1980 a forte presença dos movimentos sociais urbanos, que tinham como bandeira inicial de luta a questão da moradia. No bojo destes movimentos a presença feminina foi marcante e trouxe consigo reivindicações a favor do atendimento público e institucional para seus filhos.

Assim, juntamente com os movimentos sociais de luta por moradia, transporte e saúde, emergia a luta por creches. “Seja no movimento de mulheres, seja no movimento feminista, aparece desde logo a reivindicação por creche, reivindicação praticamente desconhecida até então.” (ROSEMBERG, 1989, p. 96).

Neste período caracterizado pela forte e maciça entrada da mulher no mercado de trabalho, revelou-se um problema: não havia espaços/instituições para que seus filhos ficassem enquanto trabalhavam, sendo assim houve um aumento da participação feminina nos movimentos populares e nos espaços públicos. “A presença feminina nesses movimentos foi expressiva, pois era quem participava

mais ativamente na vida do bairro e a ela cabia articular as diferentes práticas do cotidiano em formas de ação que se traduziam nas lutas por melhores condições de sobrevivência” (LÚCIA, 2003, p. 90).

Neste cenário, começam a emergir os movimentos populares³⁷ em Curitiba, que buscavam atender às necessidades de suas comunidades, assim como a urbanização dos espaços que foram ocupados. “As primeiras manifestações das Associações de Moradores datam de 1978. Entre outubro e dezembro são fundadas as Associações de Moradores da Vila Maria, a Associação de Moradores da Vila Formosa e a Associação de Moradores do Parque Industrial” (PMC/FREI, 1992, p. xxiv).

Os movimentos populares foram o reflexo de grupos da população que não tinham suas demandas atendidas e por este motivo se organizavam em associações para que ganhassem força e voz frente ao Estado. Maria da Glória Marcondes Gohn (1985, p. 13) caracteriza estes grupos:

As características principais dos movimentos sociais urbanos têm sido apontadas como sendo sua heterogeneidade social, em relação a providência de suas demandas; a diversidade de práticas e canais utilizados; o fato de se moverem fundamentalmente no campo da política; a formulação de demandas reivindicatórias a partir de condições de consumidores; o encaminhamento das demandas ao Estado, na maioria das vezes, enquanto responsável pela produção dos bens coletivos; o questionamento das políticas estatais autoritárias; o reconhecimento da presença dos oprimidos e subordinados na cena política; o desenvolvimento de ações renovadoras e transformadoras que exercem sobre os partidos e os sindicatos.

Rosemberg, Campos e Pinto (1985), apontam o papel da mulher no contexto de movimento popular pela luta por condições de sobrevivência, assim como a luta por creches:

as mudanças sociais e econômicas que atingem as famílias aparecem também no campo político e se refletem no surgimento dos movimentos populares ligados ao local de moradia, que reivindicam junto ao Estado serviços de saúde, educação, transporte, habitação, luz, água, esgoto, enfim, toda a infra-estrutura urbana (ROSEMBERG, CAMPOS E PINTO, 1985, p. 25).

Em todo país as associações das mulheres tiveram um papel muito importante no sentido de pressionar o Estado no que diz respeito à instalação de

³⁷ Sobre este assunto em Curitiba, consultar: ROLIM, M. C. M. B. *Favelas, movimento associativo e planejamento urbano em Curitiba*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1985.

unidades de atendimento para crianças de 0 a 6 anos. Segundo Campos (1981, p. 37)

O movimento de Luta por Creches tem recolocado toda esta problemática como um direito da mulher e da criança e não simplesmente como uma assistência que a sociedade dá àqueles que julga estarem em situação mais desesperada num dado momento.

Nos idos dos anos 1970, destacou-se o surgimento do Movimento de Luta por Creches, ocorrido em São Paulo, o qual solicitava a melhoria do atendimento à criança de 0 a 6 anos e levava consigo as intensas críticas ao modelo compensatório de educação. Segundo Merisse (1997, p. 49):

O movimento de Luta por Creches, sob influência do feminismo, apresenta suas reivindicações aos poderes públicos no contexto de uma luta por direitos sociais e de cidadania, modificando e acrescentando significados à creche enquanto instituição. Esta começa a aparecer como um equipamento especializado para atender e educar a criança pequena, que deveria ser compreendido não mais como um mal necessário³⁸, mas como uma alternativa que poderia ser organizada de forma a ser apropriada e saudável para a criança, desejável à mulher e à família. A creche irá, então aparecer como um serviço que é um direito da criança e da mulher, que oferece a possibilidade de opção por um atendimento complementar ao oferecido pela família, necessário e também desejável.

A creche vista como *mal necessário* remota-se às décadas de 1920 e 1930, neste período havia o comércio de criadeiras, que ocorria com baixos índices de higiene e baixa qualidade de atendimento às crianças de diferentes idades no mesmo local atendidas por uma mesma pessoa – a criadeira. O Ministério da Saúde considerava este lugar impróprio para o desenvolvimento das crianças, o ideal era que a criança ficasse com a mãe.

Desse modo, ficar numa creche, seria um *mal necessário*, tendo em vista que ficar sob os cuidados de uma criadeira poderia ser pior para o desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos. (VIEIRA, 1986).

A visão de creche apresenta diferentes momentos. De *mal necessário*, nas décadas de 1920 e 1930 a local importante na comunidade para que as mães pudessem ir ao mercado de trabalho nas décadas de 1970 e 1980. Com esta visão de creche como local importante para que as crianças fossem atendidas,

³⁸ Expressão cunhada por VIEIRA em importante artigo na revista Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas.

fomentaram em todo país movimentos sociais a fim de solicitar ao poder público a construção destas instituições.

Neves (1995) em sua dissertação de mestrado, mapeia como os movimentos populares e suas reivindicações foram se organizando em Curitiba:

Em Curitiba as primeiras formas de organização foram as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e Associações de Moradores de Bairros, que surgiram no final da década de 1970, através de duas vertentes: as associações de bairros vinculadas ao Conselho de Representantes das Associações de Bairros e amigos de Vilas e Jardins de Curitiba e das Associações de Bairros vinculadas às CEBs (NEVES, 1995, p.22).

Analisando os dados apresentado por Neves, verifica-se que em Curitiba, tinha-se um cenário próximo àquele apresentado por Merisse, em São Paulo. As mulheres inseridas nos movimentos sociais passaram a exigir o atendimento para seus filhos em instituições públicas e através de um grupo organizado, passaram a criticar o modelo apresentado pela PMC e tecerem sugestões e recomendações para um melhor atendimento aos seus filhos.

Jairo Graminho de Oliveira³⁹ líder e fundador do movimento de associação de bairros em Curitiba descreve, em sua entrevista, como a participação das mulheres nas reuniões feitas nas associações foi ocorrendo:

As mulheres também participavam. A gente começou a chamar. Naquela época a mulher era um pouco mais difícil sabe, hoje a mulher tem mais liberdade. Naquele tempo era menos. É que a mobilização das mulheres começou faz muitos anos, mas vinha muito devagar, agora, de uns anos pra cá expandiu mais. Algumas vinham na reunião porque queriam as creches para pôr os próprios filhos, outras vinham porque era uma luta. Elas queriam as creches pra trabalhar. Porque como ia deixar os filhos em casa, os filhos pequenos? A maioria precisava pôr os filhos na creche pra trabalhar, como é até hoje (OLIVEIRA, 2007).

Na descrição sobre a presença da mulher no movimento social em Curitiba, verifica-se, de acordo com o depoente, que a presença feminina lograva pouco destaque no movimento, mas que ganhou maior visibilidade ao longo das décadas de 1970 e 1980. No discurso do entrevistado, percebe-se também que os participantes da associação viam a presença da mulher nas reuniões com o intuito

³⁹ Entrevista concedida no dia 31/10/2007. A entrevista foi gravada e o entrevistado autorizou a divulgação de seu nome no trabalho. Jairo Graminho de Oliveira permanece exercendo funções em movimentos sociais. Atualmente é presidente da União Geral dos Bairros de Curitiba e Região Metropolitana.

de defender uma causa específica: a questão da solicitação da instalação das creches para que elas pudessem trabalhar.

A presença do movimento popular, assim como do movimento feminista, com relação à implantação de creches, foi descrita pela imprensa local que não apenas registrou esses movimentos, como também deu visibilidade àquilo que pleiteavam, o que é perceptível com maior contundência, nos jornais da década de 1980.

A PMC, por sua vez, apresenta um registro por meio de um relatório realizado no ano de 1992⁴⁰ acerca das Associações de Moradores da cidade. O mesmo, faz uma organização histórica sobre os bairros, suas associações e reivindicações.

O movimento social em nível nacional e também municipal, logrou maior visibilidade e participação no início da década de 1980, pois esta foi a época, dentro do período estudado, marcada pela fase final da Ditadura Militar. Além da significativa presença dos movimentos sociais, percebe-se uma maior abertura para as reivindicações desses movimentos.

Nesse sentido, no segundo mandato do prefeito Jaime Lerner houve a presença, com maior intensidade de tais movimentos, os quais demandavam por atendimentos como: habitação, transporte, saúde, escola, inclusive a creche.

A imprensa da cidade retratou, por meio de imagens e reportagens, este período, abordando e denunciando a problemática da falta de vagas nas creches da cidade.

O Jornal Correio de Notícias, no ano de 1980, foi veículo de uma severa crítica com relação a pouca oferta de vagas em creches, frente a demanda dos bairros:

...consideradas a primeira vista como pequenas (120 m2) e insuficientes para o número real de crianças sem vagas em jardins de infância, as creches da prefeitura terão em torno de 75 vagas na faixa de infantes de 3 a 12 anos diariamente. E serão, segundo as associações, apenas um paliativo para os grandes problemas da população infantil do bairro (JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS, 21/03/1980).

No ano de 1980 houve a inauguração de 10 creches oficiais na cidade, totalizando assim 20 instituições. Jairo Graminho de Oliveira contou que estas dez creches foram construídas através de mutirão: “Estas 10 creches, a gente começou

⁴⁰ PMC/FREI- FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL- DDS. Pesquisa sobre as associações de moradores de Curitiba. Curitiba, set/1992.

e terminou. A FREI – Fundação de Recuperação do Indigente⁴¹ deu o material e a gente reuniu o pessoal e construiu... Nós fazíamos mutirão.” (OLIVEIRA, 2007)

No entanto, na perspectiva das comunidades que moravam nestes locais, entendia-se que este número de vagas abertas não atendia a população infantil de 0 a 6 anos existente nos núcleos de favelas. Nos anos seguintes, ainda por meio da imprensa, percebe-se que o número de creches na cidade permanecia insuficiente.

A reivindicação do Movimento de Creches é de que haja número suficiente de creches gratuitas e que todas sejam mantidas pela prefeitura, com garantia de funcionamento completo, incluindo alimentação básica, sede própria, horta comunitária, material didático, brinquedos e parquinho... Pedem ainda a ampliação no horário de atendimento fixado atualmente, porque não corresponde ao horário em que as mães saem do trabalho (JORNAL ESTADO DO PARANÁ, 10/05/1983).

Diante desta realidade, fica claro que o Movimento de Associação de Bairros se organizou e fez reivindicações para a PMC daquilo que considera importante quando da implantação das creches e da reestruturação das já existentes:

Vale destacar que essas reivindicações feitas pelo Movimento de Creches, dentro das Associações de Bairros, denotam a sua clareza frente às necessidades das mães e das crianças. Percebe-se uma preocupação com o bem estar das crianças e com o que estava sendo ofertado a elas no período que ficavam nas creches. Não era apenas um lugar para as crianças que o movimento queria, mas sim, um local com qualidade⁴² para o atendimento aos seus filhos.

No ano de 1983, este movimento publicou um documento intitulado *A creche que queremos*⁴³, nele:

as comunidades apontaram como dificuldades para manter as creches o problema dos salários, número de funcionários, material técnico, horário de atendimento, assistência médica e dentária, além de segurança e fiscalização (JORNAL TRIBUNA DO PARANÁ, 21/11/1983).

⁴¹ A Fundação de Recuperação do Indigente, criada em 1965 pela Lei 2585/1965 era um órgão vinculado à PMC, que mantinha financeiramente os trabalhos de assistência social da prefeitura. A FREI foi extinta e deu origem a atual Fundação de Assistência Social – FAS.

⁴² Qualidade aqui entendida como “conceito subjetivo, baseado em valores, relativo e dinâmico, com a possibilidade de perspectivas múltiplas ou de entendimentos do que seja qualidade.” (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 19991, P. 15).

⁴³ Tal documento, até a presente data não foi localizado, para ser analisado em sua versão na íntegra. Há protocolos no Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Curitiba, assim como no Arquivo da Secretaria Municipal de Educação para possível localização, tendo em vista que o mesmo foi encaminhado ao prefeito.

Houve a entrega do documento ao então prefeito Maurício Fruet. As reivindicações expressavam as necessidades e sugestões para o atendimento às crianças nas creches de Curitiba, feitas pelas Associações de Bairros. A imprensa tratou deste tema:

Curitiba tem um déficit de quase 400 creches, necessárias para atender as crianças de zero a quatro anos, cujas mães trabalham e que não têm onde ficar. O levantamento foi feito pelo Movimento de Associações de Bairro, que está pleiteando junto à prefeitura a criação e manutenção de creches, preferencialmente nas vilas periféricas de Curitiba ... Em maio o Movimento de Associações de Bairro encaminhou ao prefeito Mauricio Fruet o documento 'A creche que queremos', pedindo providências no sentido da criação de mais creches (JORNAL DO ESTADO, 23/09/1983).

Em entrevista Jairo Graminho de Oliveira descreveu quais eram os objetivos para a creche na visão da Associação dos Moradores naquela época:

A gente queria tudo. Pessoas técnicas para cuidar das crianças, pessoas da comunidade ajudavam, mas nós exigíamos tudo o melhor. Atendimento, educação das crianças, precisava ter pessoas técnicas lá educando, porque a creche, na minha opinião, é o começo da vida em comunidade, a criança que fica na creche até uma idade, ela se acostuma em comunidade. E a coisa de comunidade sempre funciona melhor... A creche é o início da vida das pessoas... (OLIVEIRA, 2007).

Nesta perspectiva, verifica-se que havia um ideal para as creches e junto com o movimento por moradia, havia uma organização para o pleiteamento de um melhor atendimento às crianças nas creches públicas da cidade.



FOTOGRAFIA 17 - FALTA DE CRECHES PREJUDICA OPERÁRIAS: MÃES SOLICITAM MAIS CRECHES⁴⁴

FONTE: JORNAL DO ESTADO, 23/09/1983

Na imagem percebe-se que estas mulheres, operárias, de acordo com a manchete escrita pelo jornal, estavam organizadas e que sua demanda era clara: vagas nas creches. Nesta imagem observam-se mulheres com crianças no colo, com o intuito, possivelmente, de legitimar suas reivindicações trazendo as crianças para as reuniões, possíveis freqüentadores das creches.

O título apresentado à reportagem do jornal, não deixa dúvidas quanto a falta de vagas nas creches de Curitiba. Na matéria publicada lê-se:

Para o movimento é preciso que haja uma conscientização geral sobre o problema da falta de creches e uma preocupação das autoridades responsáveis, já que milhares de crianças curitubanas estão completamente desassistidas sem que alguém tome alguma providência em favor delas (JORNAL DO ESTADO, 23/09/1983).

Mais tarde, com a Consolidação do Conselho da Mulher⁴⁵ em Curitiba, esta temática das creches permaneceu em voga, e através deste órgão, também, as

⁴⁴ Esta era a manchete exposta no Jornal, que trazia a problemática da falta de creches em Curitiba e a mobilização do movimento de mulheres para a reivindicação da criação de mais vagas.

mulheres curitibanas continuaram buscando o atendimento para seus filhos em creches, para que pudessem trabalhar.

Segundo as mulheres do Conselho da Mulher, a creche é uma necessidade moderna, porque a mulher, precisando ausentar-se de casa para trabalhar, tem que encontrar um lugar adequado onde deixar os filhos (JORNAL GAZETA DO POVO, 08/03/1985).

Neste contexto dos movimentos sociais, da saída das mulheres para o mercado do trabalho e a crescente urbanização das cidades, corroboraram para que os estados e municípios no Brasil iniciassem suas políticas de atendimento para crianças de 0 a 6 anos, o que não foi diferente em Curitiba. A expansão do número de creches ocorreu, devido às manifestações populares em busca destas instituições, como Kuhlmann Jr (2000, p. 492-493) afirma:

... o jogo dos atores sociais fez com que a expansão tenha ido além do que as políticas pretendiam. São as mulheres nos congressos, nas associações de bairro, nos sindicatos e grupos feministas. São movimentos sociais e grupos políticos de oposição à ditadura militar que incorporam a reivindicação por creches no quadro das bandeiras pela redemocratização do país. São os profissionais dos órgãos públicos que se solidarizam com os anseios populares

Diante deste cenário do movimento popular e do movimento feminino dentro deles, a inserção da mulher no mercado de trabalho não acontece, como faz parecer a PMC em seus documentos, apenas para a melhoria da renda familiar, mas também como um sinal da mudança acerca do papel da mulher na família e na sociedade.

Embora a necessidade de ajuda ao cuidado dos filhos pequenos estivesse ligada a uma situação criada pelo próprio sistema econômico, tal ajuda não foi reconhecida como um dever social, sendo apresentada como um favor prestado, um ato de caridade, de certas pessoas ou grupos (OLIVEIRA, 1988, p.45).

⁴⁵ Neste mesmo ano, através do decreto 6 617 de 25/10/1985, o governo estadual do Paraná instituiu o Conselho Estadual da Condição Feminina. Ainda neste ano foi criada, através do decreto 6665 de 05/11/1985 a Delegacia da Mulher.

2.3 A CONTRATAÇÃO DAS BABÁS,⁴⁶ A SUA CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO E AS FUNÇÕES DESEMPENHADAS POR ELAS NAS CRECHES

Os funcionários contratados para trabalhar nas creches inauguradas nas periferias da cidade eram selecionados na própria comunidade onde a creche estava localizada e trabalhavam através do regime CLT de Trabalho⁴⁷.

Segundo a pedagoga entrevistada Therese Khalife⁴⁸, a primeira diretora nomeada da creche Jardim Paranaense⁴⁹, o próprio diretor da instituição fazia a seleção de pessoas da comunidade e os encaminhava para a PMC a fim de proceder ao processo de contratação.

Caso houvesse a necessidade de demitir algum funcionário contratado, era o diretor também que o encaminhava para o processo de demissão.

A funcionária Joselita Maria Nogueira⁵⁰, que iniciou seus trabalhos na Creche Gramados em 1979, pôde-se compreender como ocorria a contratação de pessoas moradoras da comunidade:

As assistentes da prefeitura visitavam o conjunto e viam quem queria e precisava do emprego. Era a assistente que acompanhava o trabalho nas creches. Ela passou na minha casa e perguntou: 'Você gostaria de cuidar de crianças?' E eu respondi: "Experiência não tenho, mas eu cuido dos meus filhos, vamos ver..." Depois disso fomos à prefeitura para fazer o contrato de trabalho, teve uma perícia médica para fazer a contratação (NOGUEIRA, 2007).

Neste depoimento vê-se que a contratação era realizada de maneira informal, ou seja, não havia anúncios em busca de trabalhadores, mas sim buscava-se na própria comunidade pessoas que pudessem assumir os cargos que estavam disponíveis nas creches para o atendimento às crianças.

⁴⁶ Nomenclatura utilizada pela Prefeitura Municipal de Curitiba aos funcionários que atuavam diretamente com as crianças.

⁴⁷ O regime CLT atende a legislação da Consolidação das Leis de Trabalho. Esta legislação regulamenta as relações individuais e coletivas de trabalho. Diferem do regime estatutário que orienta as relações trabalhistas de funcionários que prestaram concurso público.

⁴⁸ Entrevista concedida no dia 30/08/2007. A entrevista não foi gravada e a entrevistada autorizou a divulgação de seu nome no trabalho. Therese Khalife atualmente está aposentada das funções que desenvolvia dentro da PMC.

⁴⁹ Esta creche foi a segunda instituição inaugurada, em 1977, localizada no bairro Alto Boqueirão.

⁵⁰ Entrevista concedida no dia 03/09/2007. A entrevista não foi gravada e a entrevistada autorizou a divulgação de seu nome no trabalho, assim como a utilização das fotografias de sua documentação funcional na PMC.

A contratação dos funcionários no próprio conjunto habitacional, era uma maneira de favorecer o pagamento da moradia. Ou seja, as pessoas que foram alocadas nos conjuntos habitacionais precisavam de uma remuneração para que pudessem pagar a casa que receberam. Assim, de acordo com a depoente, tanto para a PMC quanto para o morador da comunidade, era benéfica esta busca por trabalhadores dentro do próprio núcleo.

No entanto, no Jornal Estado do Paraná, aprece uma solicitação do Movimento de Creche com relação aos funcionários que trabalham nas creches: “Para o pessoal que trabalha nas creches, o movimento pede dois salários mínimos para cada seis horas de trabalho, registro em carteira, pagamento em dia”. (JORNAL ESTADO DO PARANÁ, 10/05/1983).

A funcionária entrevistada possui a Carteira de Trabalho e Previdência Social, na qual consta este registro, como se pode observar na imagem a seguir:

CONTRATO DE TRABALHO 11

Empregador Fundação de Recuperação do Indigente

Rua Av. Água Verde Nº 1320

Município Curitiba Est. Paraná

Esp. do estabelecimento assistencial

Cargo Babá

C.B.O. nº _____

Data admissão 16 de Abril de 19 79

Registro nº 36.691/6 Fls/Ficha 18

Remuneração especificada R\$ 1.450,00 (Hum mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros)

FUNDAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO INDIGENTE

Ass. do empregador ou a rgo c/ test. [Signature]

1º _____

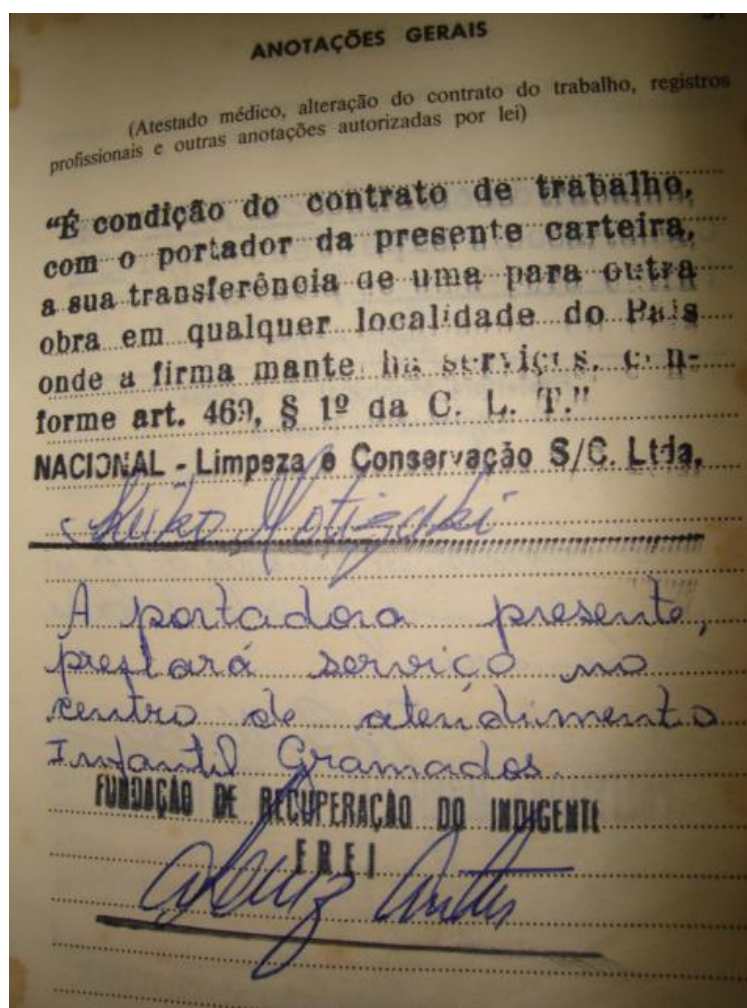
2º _____

FOTOGRAFIA 18 - CONTRATO DE TRABALHO DE JOSELITA MARIA NOGUEIRA

FONTE: ARQUIVO PESSOAL DE JOSELITA MARIA NOGUEIRA

Na imagem verifica-se que não foi a PMC quem assinou o contrato de trabalho com a funcionária e sim a Fundação de Recuperação do Indigente – FREI, órgão responsável pela contratação dos funcionários, que trabalhariam nas creches, nomeados pela PMC.

Na próxima imagem, observa-se que a funcionária foi encaminhada para desenvolver seu trabalho na creche Gramados, inaugurada em 1979, creche esta que estava localizada no mesmo local onde a entrevistada tinha sido alocada em Conjunto Habitacional pela PMC:



FOTOGRAFIA 19 - PÁGINA DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JOSELITA MARIA NOGUEIRA

FONTE: ARQUIVO PESSOAL JOSELITA MARIA NOGUEIRA

A funcionária Joselita Maria Nogueira, foi contratada para exercer a função de babá na creche Gramados. Quando as creches foram inauguradas – 1977 - apresentavam um grupo de funcionários que consistia em: babás (que atendiam as crianças), cozinheiras, auxiliares de cozinha, serventes, vigias, lavadeiras, auxiliares de serviços gerais e administradores. O número de funcionários variava de acordo com o tamanho da creche e o número de crianças atendidas.

Tais categorias de funcionários eleitas pela PMC, vão ao encontro do que é prescrito no *Guia para montagem de uma creche*, editado em 1976, época em que as creches são inauguradas em Curitiba. O guia estabelecia que a creche deveria contar com: “... uma responsável técnica, pessoal que acompanha e trata diretamente das crianças e pessoal que assegure os serviços domésticos e preparação das refeições” (GRANGER, 1976, p.112).

Esse pessoal, como se pode observar, poderia garantir o atendimento às crianças, de acordo com os preceitos estabelecidos pela PMC, que diziam respeito à segurança, alimentação, higiene e aspectos sociais e emocionais.

Esta contratação vai de encontro com os ideais dos movimentos sociais da época que exigiam segundo o depoente Jairo Graminho de Oliveira (2007) “pessoal técnico”. As babás contratadas nos próprios conjuntos habitacionais estavam longe da formação técnica apontada pelo movimento social em Curitiba.

Não foi encontrada em documentos oficiais da PMC a distribuição dos funcionários nas creches, tal informação pôde ser coletada apenas nos jornais editados na época. Através deles, pôde-se recuperar algumas informações.

No quadro a seguir, visualiza-se o número de funcionários relacionado ao número de crianças atendidas nas creches:

Nome da Creche	Ano de Inauguração	Número de Crianças Atendidas	Número de Funcionários
Santa Helena	1984	60	4 babás 1 auxiliar de serviços gerais 1 servente 1 cozinheira 1 administrador 1 vigia
Tiradentes	1984	50	4 babás 1 auxiliar de serviços gerais 1 servente 1 cozinheira 1 administrador
Liberdade	1985	120	10 babás 1 auxiliar de serviços gerais 2 serventes 1 cozinheira 2 auxiliares de cozinha 1 administrador 1 lavadeira
Vila Vitória	1985	120	10 babás 3 auxiliares de serviços gerais 1 cozinheira 2 auxiliares de cozinha 1 administrador 1 vigia
Coqueiros	1985	120	10 babás 3 auxiliares de serviços gerais 1 cozinheira 2 auxiliares de cozinha 1 administrador 1 vigia

QUADRO 10 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS EM CRECHES DE CURITIBA 1984-1985

FONTE: JORNAL FOLHA DE CURITIBA, 20/06/1984; JORNAL GAZETA DO POVO, 13/04/1985; JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS, 13/03/1985 E JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS, 22/10/1985

Analisando o quadro apresentado, verifica-se que a PMC contratava uma babá para cada 12 crianças inscritas na creche. Isso não ocorreu na Creche Santa Helena, cuja média subiu de 12 para 15 crianças. Em contrapartida, no livro *Comunidade Infantil: creche*⁵¹, publicado pela primeira vez em 1978, o qual orientava acerca da montagem e funcionamento de uma creche, há a indicação do número de crianças para cada educador, segundo a Organização Mundial da Saúde:

⁵¹ A 1ª edição foi publicada em 1978, com o objetivo de "...orientar para a construção e funcionamento de creches que atendam às exigências da pediatria contemporânea e ofereçam melhor assistência à criança." (AUGUSTO, 1985, prefácio da 1ª edição).

Número de Adultos	Número de Crianças	Faixa Etária
1	5	3 meses a 1 ano
1	5	1 a 2 anos
1	10	2 a 4 anos
1	12	4 a 6 anos

QUADRO 11 - RELAÇÃO DE ADULTO/CRIANÇA, RECOMENDADA PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

FONTE: AUGUSTO, 1985, P.50.

Observando o quadro, deduz-se que possivelmente havia um número de crianças excedente para cada babá nas creches de Curitiba. Assim sendo, avalia-se se havia falta de profissionais ou então havia uma supressão da demanda de babás nas creches. Situação esta plausível já que a contratação das babás era realizada de maneira quase que informal, com poucos critérios para a contratação.

Somente em 1985 ocorreu o primeiro Concurso Público para a contratação de funcionários para a atuação em creches públicas de Curitiba. Este concurso foi um marco no que diz respeito ao processo de implantação das creches em Curitiba. O Concurso, realizado na administração do então prefeito Maurício Fruet, teve seu edital publicado no *Diário Oficial – Estado do Paraná – Atos do Município de Curitiba*, no dia 24/07/1985.

O edital de número 9, assinado pelo então diretor do Departamento da Administração – Joaquim Macalossi, abria concurso público para:

administrador de creche, babá, encarregado de cozinha de creche, auxiliar de cozinha de creche, atendente de lavanderia, guardião (vigia) e auxiliar de serviços gerais (operário e servente). (DIÁRIO OFICIAL, 1985, p. 9).

No mesmo edital, a PMC apresentava os critérios para inscrição no concurso:

ter idade mínima de 18 anos completos e máxima de 40; estar quite com o serviço militar; para Administrador de Creche, possuir o 2º grau completo; para babá possuir o 1º Grau incompleto (4ª série); para encarregado de cozinha de creche, auxiliar de cozinha de creche, atendente de lavanderia, guardião (vigia) e auxiliar de serviços gerais (servente e operário), ser alfabetizado (saber ler e escrever) (DIÁRIO OFICIAL, 1985, p. 9 e 10).

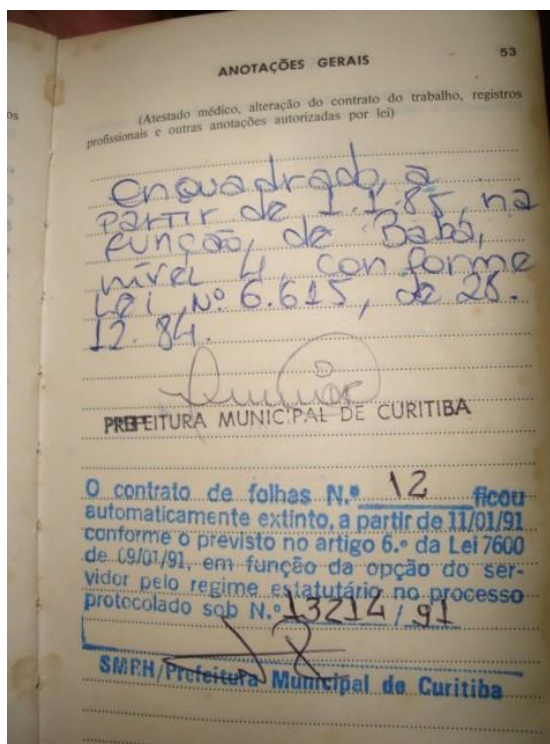
Nos requisitos, expostos no edital, pode-se observar que as exigências da PMC com relação à escolarização dos novos funcionários públicos que iriam atuar

nas creches de Curitiba eram limitadas, pois apenas o Administrador de Creche recebia a exigência do 2º Grau. Interessante verificar que as babás, responsáveis pelo desenvolvimento físico, emocional e social das crianças, de acordo com os documentos da PMC de propostas para creches, recebiam a exigência apenas do 1º Grau incompleto para assumir esta função na creche.

Em contrapartida, o Ministério da Educação e Cultura, através do Conselho Federal de Educação, no Parecer Nº 1600/75 – CE 1º/2º graus, aprovado em 09/05/1975 orienta que as professoras do pré-escolar deveriam possuir formação no Magistério em nível de 2º Grau.

Neste sentido verifica-se a diferenciação existente entre a contratação de funcionários para atuarem em pré-escolas e em creches, o que caracteriza uma das distinções existentes entre a história da pré-escola e a história das creches no Brasil. Estas histórias por vezes se confundem nos documentos oficiais.

A funcionária Joselita Maria Nogueira declarou que participou do concurso público realizado em 1985 pela PMC. Relatou que foi até uma escola, da qual ela não se recorda o nome, fez uma prova e em seguida passou a ser funcionária estatutária. Pode-se verificar tal mudança em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social:



FOTOGRAFIA 20 - PÁGINA DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JOSELITA MARIA NOGUEIRA
FONTE: ARQUIVO PESSOAL JOSELITA MARIA NOGUEIRA

No período anterior ao Concurso Público, de acordo com algumas fontes consultadas, havia uma preocupação em manter um treinamento e capacitação para os funcionários contratados na comunidade. Percebe-se que mesmo neste treinamento, a PMC deixava clara a sua postura no que diz respeito à educação da comunidade na qual a creche estava inserida. No Jornal Tribuna do Paraná, tem-se uma breve descrição deste programa de treinamento:

O Departamento de Desenvolvimento Social mantém uma equipe técnica para treinamento do pessoal que atua na área pré-escolar, para o aperfeiçoamento melhor dos atendentes, que são da própria comunidade onde funciona a creche. A capacitação de pessoas da própria área para o trabalho na creche, por exemplo, tem um efeito multiplicador junto à comunidade como um todo, que também se enriquece à medida que novos hábitos vão sendo incorporados (JORNAL TRIBUNA DO PARANÁ, 10/06/1981).

Em outra reportagem, no Jornal do Estado, foi divulgado mais um programa de capacitação das babás das creches, em parceria com a Fundação Cultural de Curitiba – *Projeto Treinamento de Agentes Multiplicadores*:

... trata-se de um treinamento para babás e recreacionistas nas áreas de recreação, artesanato, artes plásticas e teatro de bonecos. O projeto as beneficia, pois a escolaridade das babás é de 1º grau e das recreacionistas é de 2º grau (JORNAL DO ESTADO, 09/07/1985).

Na avaliação da PMC, segundo a reportagem do jornal acima citado, concluindo que o curso beneficiava as funcionárias devido a pouca escolaridade que elas possuíam, percebe-se que não aparece a preocupação com a utilização das informações recebidas nos cursos com as crianças. Cabe, então, refletir se estes cursos eram para que as babás utilizassem seus aprendizados com as crianças ou para que elas tivessem acesso à cultura.

A questão da formação inicial ou formação em serviço é também analisada por Kuhlmann Jr (1998, p. 204):

A situação das pessoas que trabalham nas creches brasileiras não é algo que se possa pensar em reverter a partir de uma proposta de formação em serviço. Esta poderá resultar em algum benefício consistente e duradouro caso esteja sendo proporcionada concomitante com outras medidas, tais como a regularização das condições de trabalho, a valorização salarial e a formação prévia ou inicial, bem como o favorecimento da escolarização básica e específica daqueles que estão atuando, iniciativas que envolvem toda uma política para a educação infantil.

Interessante observar que na documentação pesquisada, não foi encontrado material específico que tratasse das questões referentes aos funcionários das creches, nem ao que diz respeito às suas atribuições ou vencimentos mensais ou até mesmo sobre seu processo de contratação.

Encontra-se apenas que os mesmos eram recrutados na própria comunidade e em algumas poucas passagens, a preocupação com a sua capacitação. “A capacitação de pessoas da própria área para o trabalho na creche, por exemplo, tem um efeito multiplicador junto à comunidade como um todo, que também se enriquece a medida que novos hábitos vão sendo incorporados.” (IPPUC, 1980, p. 10).

Apenas um documento produzido no ano de 1988 – *Processo de Implantação de Creches – Gestão 86/88* – foi localizado, o qual se referia ao número de funcionários contratados para o trabalho em creches de Curitiba. A seguir o quadro referente a estes dados do período de 1977 a 1985:

Administração Municipal	Número de funcionários contratados
1977 a 1978	59 funcionários
1979 a 1982	306 funcionários
1983 a 1985	100 funcionários

QUADRO 12 - FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS PARA ATUAR NAS CRECHES DE CURITIBA 1977-1985

FONTE: P.M.C. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. DEPARTAMENTO DA CRIANÇA, 1988, P. 77.

A partir do quadro verifica-se que em 9 anos de instalação das creches públicas em Curitiba, totalizando 33 creches em funcionamento, havia sido feita a contratação de 465 funcionários em diferentes funções atuando diretamente com as crianças e famílias, nas creches da cidade. Com estes números pode-se inferir que em média, cada creche contava com 14 funcionários levando-se em consideração nesta contagem todas as funções específicas que havia na creche.

No final do ano de 1986, após a efetivação dos funcionários de creches por meio do Concurso Público de 1985, foi publicado o primeiro *Manual de Orientações*

Técnico-Administrativas do Programa Creche. Este manual foi elaborado⁵² na gestão do então prefeito Roberto Requião que criou por meio do decreto 180 de 05/03/1986 a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a qual a partir desta data, ficou responsável pelas creches em Curitiba.

Pela primeira vez verificou-se na documentação da PMC consultada, a indicação de normas de funcionamento para creches, assim como as funções específicas de cada categoria de funcionário dentro da creche. Neste manual são eleitas as seguintes funções para o funcionamento das creches públicas em Curitiba: administrador da creche, cozinheiro, auxiliar de cozinha, lactarista, auxiliar de serviços gerais, babá, lavadeira, vigia e estagiário.

Dentro das funções específicas para as babás na creche, verifica-se que a questão do cuidado com a criança aparece destacada nas especificidades do trabalho das mesmas:

Orientar e acompanhar a criança na sua higiene pessoal (escovação de dentes, higiene das mãos antes e após as refeições, na ida ao banheiro e no banho);
Dar os medicamentos e dieta para a criança conforme receita médica;
Manter a higiene pessoal (unhas aparadas, mãos limpas, etc...) (PMC, 1988, p.22).

Nota-se que em tais especificidades, a babá é responsabilizada por manter durante o período de permanência da criança na instituição, a perfeita higiene da criança. Esta função específica coincide com as indicações dos documentos anteriores da PMC com relação ao atendimento às crianças de 0 a 6 anos. Vale dizer que as crianças desta faixa etária necessitam da supervisão de um adulto para realizar estas tarefas. Neste sentido, tais tarefas das babás são realmente, condizentes com o próprio atendimento que a mãe poderia oferecer para a criança se esta estivesse sob seus cuidados no lar.

Outras funções descritas para a babá dizem respeito às questões de cuidado das crianças vinculado com algumas regras da instituição:

⁵² Equipe elaboradora: Departamento de Atendimento à Criança e ao Adolescente. Diretora: Schirle Margaret dos Reis. Equipe: Carmem Lucia Sbalqueiro Lopes, Célia Braga Figueiredo Faysano, Ida Regina Moro Milléo, Ingrid Jane Giraldo de Souza, Jeanny Rose Mancini de Oliveira, Lory Lamberty Imfeld, Luci Madalena Daros, Lúcia Lima Ramalho Casagrande, Márcia Mazzarotto, Maria Bernadete Mader Ribas, Maria das Dores Tucunduva Santos, Maria Lúcia Tucunduva Menoncin, Rose Meri Trojan e Sandra Maria Seixas.

Responsabilizar-se pelas crianças de sua turma, durante o período em que estiverem na creche (educação, segurança, higiene e saúde), bem como auxiliar no cuidado de todas as crianças, nos horários em que estiverem fora da sala;
 Receber e entregar as crianças aos responsáveis nos horários em que estiverem fora da sala;
 Receber e entregar as crianças aos responsáveis nos horários estabelecidos pela creche;
 Controlar a frequência das crianças comunicando ao administrador o excesso de faltas;
 Organizar e manter a ordem do ambiente, onde se desenvolve as atividades com as crianças; (PMC, 1988, p.22).

Nestas atividades específicas da babá, verifica-se a responsabilização das mesmas frente ao aspecto de segurança das crianças na instituição, ou seja, a babá era a pessoa responsável por entregar as crianças aos responsáveis (pais ou pessoas autorizadas), o controle da frequência da criança a instituição, o que pode ser atrelado a necessidade efetiva ou não da criança frequentar a creche. Pode-se inferir que o *controle* e a *organização* eram atividades importantes na rotina das babás com as crianças, tendo em vista as funções que lhe foram atribuídas.

Em outro conjunto de funções específicas das babás nota-se a preocupação com o plano educativo especificamente:

Discutir com o administrador e/ou coordenador do programa creche, qualquer dúvida e/ou dificuldade em relação às crianças e suas famílias, quando identificar problemas de aprendizagem das crianças, *acatando a orientação recebida*; Atender as crianças respeitando seu estágio de desenvolvimento de acordo com o plano de trabalho;
 Promover a adaptação das crianças admitidas na creche (PMC, 1988, p.22, grifos meus).

Nestas indicações para as atividades delas, percebe-se de forma mais contundente as questões educativas da creche, que estavam preocupadas com o estágio de desenvolvimento da criança e com sua adaptação à rotina da creche. Fica clara também a hierarquia presente na creche, pois a babá deverá *acatar* o que a administradora da creche lhe indicar a fazer.

O Manual, ainda indica as funções específicas dos estagiários que atuavam com as crianças de 7 a 12 anos:

Responsabilizar-se pelas crianças de sua turma, durante o período em que estiverem na creche (educação, higiene e saúde)
 Controlar a frequência das crianças comunicando ao administrador o excesso de faltas;

Organizar e manter a ordem do ambiente, onde se desenvolve as atividades com as crianças;
Discutir com o administrador e/ou coordenador do programa creche, qualquer dúvida e/ou dificuldade em relação às crianças e suas famílias, quando identificar problemas de aprendizagem das crianças, acatando a orientação recebida;
Participar com os demais funcionários no planejamento de educação da criança;
Estimular e dar oportunidade (ambiente adequado) Às crianças para realização das tarefas escolares, (definindo o horário com as crianças);
Participar de reuniões e treinamentos quando convocado (PMC, 1988, p.24).

Da mesma forma que para as babás, as funções dos estagiários estavam divididas em questões referentes à higiene, segurança e questões educativas. Para os estagiários ainda aparece a questão das tarefas escolares, pois as crianças de 7 a 12 anos permaneciam na creche no período contrário ao que permanecia na escola. Para os estagiários, ainda verifica-se a função de participação em treinamentos quando convocado pela PMC.

CAPÍTULO 3

A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E MOBILIÁRIOS NAS CRECHES EM CURITIBA

3.1 OPÇÕES DE ESPAÇOS PARA AS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS EM CRECHES

Para se compreender de que forma os espaços⁵³ das creches destinados para o atendimento da criança de 0 a 6 anos contribuíram para a efetivação de uma representação de infância, cabe analisar a lista de espaços propostos para as creches oficiais de Curitiba, no documento intitulado *Unidades de atendimento infantil: algumas alternativas (1979)*. A seguir a proposta de espaços nas creches:

- 1 sala para administração e secretaria
- 1 sala de espera
- 1 banheiro feminino adulto
- 1 banheiro masculino adulto
- 1 sala para a faixa de 3 meses a 1 ½ anos
- 1 banheiro para a faixa de 3 meses a 1 ½ anos
- 1 sala para a faixa de 1 ½ à 3 anos
- 1 sala para a faixa de 3 a 4 ½ anos
- 1 sala para a faixa de 4 ½ a 6 anos
- 1 banheiro para a faixa de 1 ½ a 6 anos
- 1 cozinha
- 1 despensa
- 1 área de serviço
- 1 área coberta e solário
- área livre

(IPPUC, 1979b, sem paginação).

Observando esta listagem de espaços prescritos para as creches em Curitiba, concorda-se com Souza (2004, p. 168) que indica: “Entende-se a mobília, os espaços, os utensílios do ensino (...) como representações de uma cultura escolar,

⁵³ Para consultas a trabalhos que abordam a questão do espaço como ferramenta para o entendimento da proposta educacional presente em instituições educativas, consultar: LIMA, M. S. *A cidade e a criança*. São Paulo: Noel, 1989. LIMA, M. S. *Arquitetura e educação*. São Paulo: Studio Nobel, 1995. ALVES, N. *O espaço escolar e suas marcas – o espaço como dimensão material do currículo*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. BUFFA, E. & PINTO, G. A. *Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893 – 1971*. São Carlos: Brasília: EduFScar, IEP, 2002.

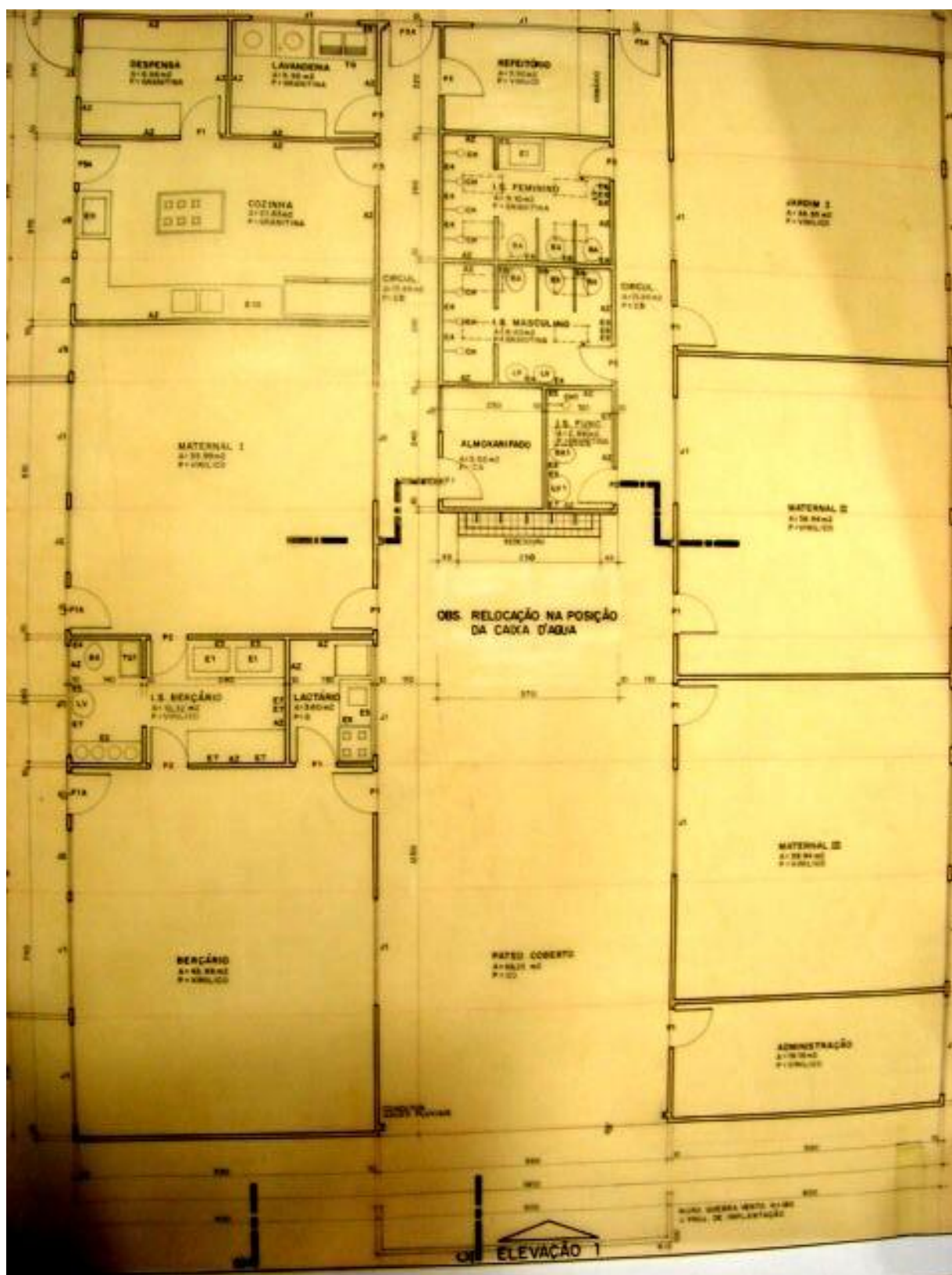
instrumentos de leitura de uma forma escolar, elementos configurativos de uma instituição social determinada”.

Neste sentido, estes espaços prescritos para o atendimento a crianças de 0 a 6 anos em creches, espaços coletivos, trazem uma representatividade de criança embutida na proposta de creches públicas para Curitiba. Pode-se inferir que esta criança já estaria inserida em um determinado espaço da instituição de acordo com a faixa etária que teria.

Outra análise possível de ser realizada é a de que haveriam momentos nos quais as crianças estariam dentro das salas, mas outros nos quais as crianças ficariam fora da sala, já que há a indicação de área livre na proposta de creches.

A partir da lista descrita, há ainda a possibilidade de dividi-la em três blocos: área administrativa (sala para administração e secretaria e sala de espera); área destinada à organização cotidiana da instituição (cozinha, despensa e área de serviço); e a área destinada às crianças (sala para a faixa de 3 meses a 1 ½ anos, banheiro para a faixa de 3 meses a 1 ½ anos, sala para a faixa de 1 ½ a 3 anos, sala para a faixa de 3 a 4 ½ anos, sala para a faixa de 4 ½ a 6 anos, banheiro para a faixa de 1 ½ a 6 anos, área coberta, solário e área livre).

A seguir, a planta baixa da Creche São Carlos, inaugurada em 1980, que contava com área construída de 494,46 m².



FOTOGRAFIA 21 - PLANTA BAIXA CRECHE SÃO CARLOS

FONTE: IPPUC, PLANTA PE 131.1A/1

Analisando a planta apresentada, verifica-se que a sala destinada à administração situa-se logo na entrada da creche. Ao lado da sala da administração, há a sala do Maternal III, a seguir a sala do Maternal II, posteriormente a sala destinada ao Jardim II.

Entre as salas, ao fundo do pátio coberto, há as dependências reservadas aos sanitários feminino e masculino e também uma sala destinada ao almoxarifado e outra ao refeitório. No canto superior esquerdo a despensa, lavanderia e cozinha. Ao lado da cozinha, uma sala destinada ao Maternal I, logo abaixo as dependências destinadas ao trocador do berçário e lactário e por último a sala destinada ao berçário. O corredor no centro da instituição é considerado como pátio coberto, local onde as crianças poderiam ficar nos momentos de atividades fora de sala.

De acordo com Viñao (2005), pode-se considerar, analisando a localização e a disposição da sala da administração que há uma *concepção minimizadora da direção* na construção das creches, pois: "... há a reserva de um espaço específico de reduzidas dimensões, equiparável, por seu tamanho, localização, acessibilidade e disposição interna, ao de uma portaria ou oficina administrativa" (VIÑAO, 2005, p. 24).

Considerando a prescrição feita para a área administrativa, nota-se a preocupação com a parte burocrática da instituição, salas estas destinadas, possivelmente para entrevistas e atendimentos às famílias das crianças. Tal afirmação é possível ser feita, tendo em vista, como dito no item anterior, eram feitas entrevistas com as famílias, conforme se encontra nos fragmentos do documento *Aspectos sociais do plano de desfavelamento de Curitiba*, a seguir:

Antecede ao ingresso das crianças no setor de Atendimento infantil uma entrevista dos pais ou responsáveis com a equipe de serviço Social para a comprovação da real necessidade da colocação da criança na creche.... (IPPUC, 1978, sem paginação).

O Serviço Social realiza, junto aos pais e responsáveis pelas crianças colocadas na creche, todo um trabalho, quer através de entrevistas individuais ou reuniões de grupo, com o objetivo de garantir a continuidade, na família, do trabalho sócio-educativo realizado no Centro (IPPUC, 1978, sem paginação).

As entrevistas com as famílias, segundo as fontes consultadas, serviam como mecanismo de controle e seleção, para definir quais crianças seriam atendidas nas creches. Eram utilizadas também, como forma de garantir que as questões

trabalhadas com as crianças na creche teriam continuidade nas casas das famílias. Percebe-se aí que mais uma vez a PMC apresentava a idéia de incapacidade da família, no sentido de que procurava controlar a utilização das *novas posturas urbanas* ensinadas às famílias para a vivência na cidade urbanizada.

Esta organização no que diz respeito ao tamanho das instituições, ao número de salas e demais dependências das creches não é explicada nem catalogada em nenhum documento que foi consultado.

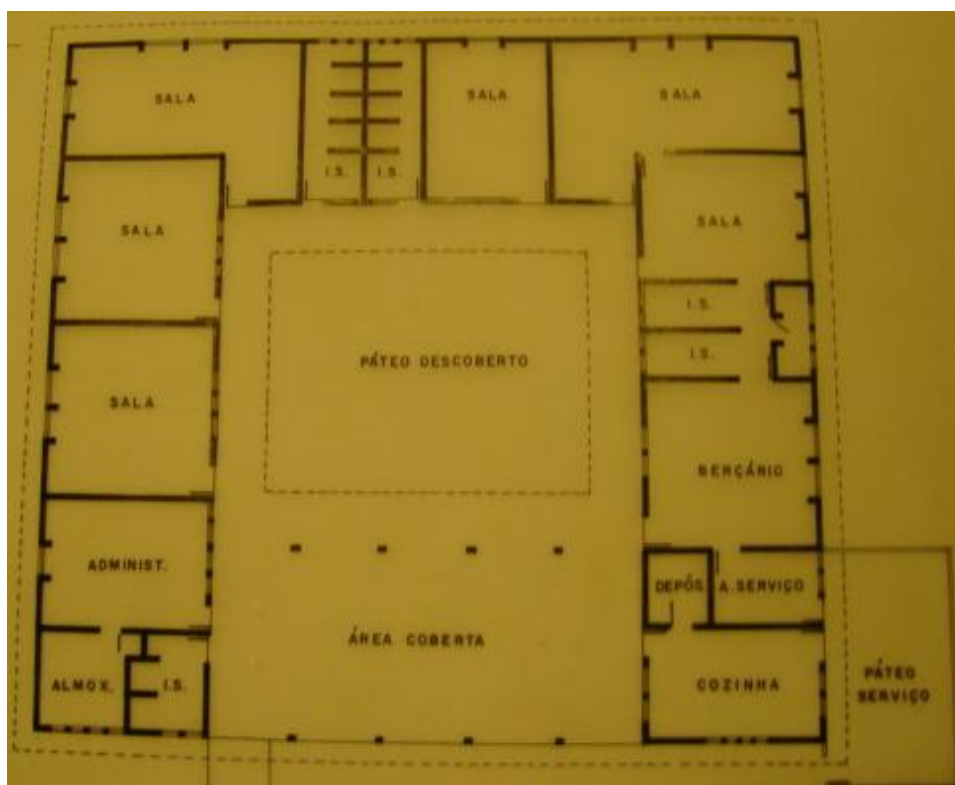
No que tange ao processo de elaboração dos projetos de construção das creches e em quais referenciais se basearam os arquitetos responsáveis pelas edificações destas instituições do período estudado, não há registro.

O departamento responsável pelo planejamento destas construções e elaboração de plantas era o IPPUC, no entanto, a catalogação destas plantas e projetos de construção não é realizada de maneira que se possa efetuar uma pesquisa aprofundada com relação aos trabalhos desenvolvidos neste período.

Não há também registro dos nomes dos arquitetos responsáveis pelas edificações, em virtude das plantas terem sido assinadas pelo órgão IPPUC. A guarda destas plantas não recebe um controle da PMC, tal afirmação é possível ser feita pelo fato de algumas plantas das creches estudadas não terem sido localizadas no acervo do IPPUC⁵⁴.

As creches públicas da PMC tinham plantas diferenciadas, de acordo com o que foi possível analisar e verificar naquelas que foram oportunizadas para consulta, pelo IPPUC, para esta pesquisa. No entanto, algumas vezes verifica-se o uso da mesma planta para diferentes instituições, como se pode ver a seguir:

⁵⁴ O processo de consulta ao acervo de plantas das edificações públicas de Curitiba assim como aos materiais que pertencem à biblioteca como documentos e registros de projetos e propostas oficiais da PMC, pode ser realizado com ofício de solicitação e pré-agendamento de horário, na sede do IPPUC localizado a rua Bom Jesus, 669, bairro Cabral – Curitiba/PR.



FOTOGRAFIA 22 - PLANTA BAIXA DAS CRECHES COQUEIROS E VILA VITÓRIA
 FONTE: IPPUC, PLANTA PE 018.1/1

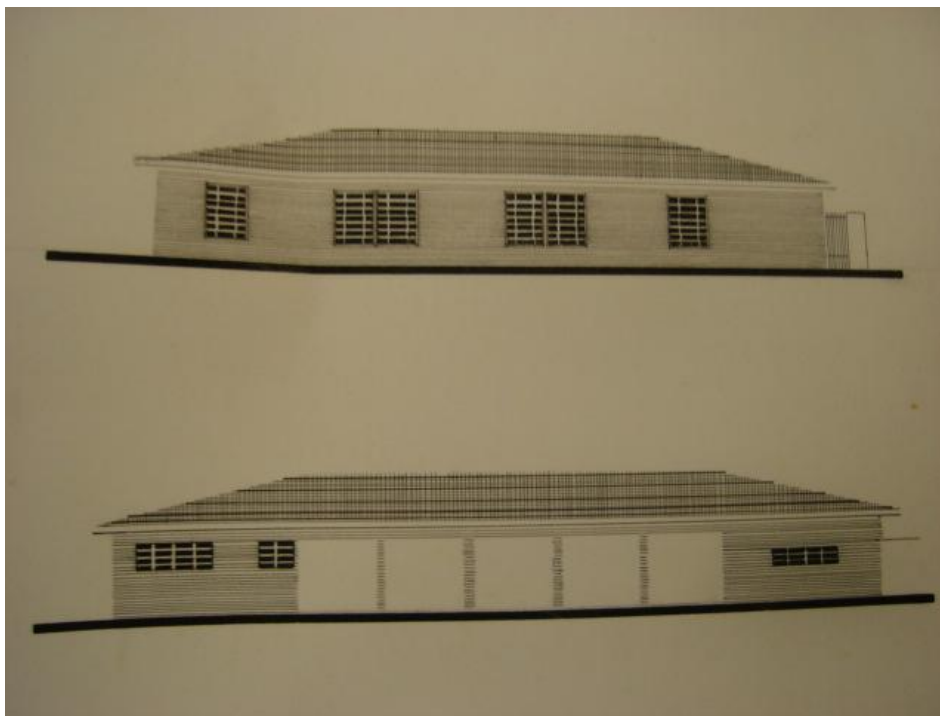
A planta acima apresenta a organização espacial das salas das creches Coqueiros e Vila Vitória. Ambas as construções possuíam o mesmo projeto arquitetônico, com área construída de 482,29 m². Nesta planta constata-se que as salas não estão demarcadas pelas turmas que atenderiam, a demarcação ocorre apenas para a sala do berçário, possivelmente pela proximidade com as dependências sanitárias e a cozinha.

Observa-se também que a área administrativa situa-se logo na entrada da creche e que da sala da administração, o administrador tem uma visão geral da creche, como ocorre também na planta da Creche São Carlos, anteriormente apresentada.

A partir desta verificação pode-se inferir que a localização da sala da administração nestas creches era estratégica, tendo em vista que assim, a diretora da instituição poderia observar como o atendimento às crianças estava se dando em todas as salas da creche, e como as atividades da cozinha e dos serviços gerais estavam acontecendo.

Como a PMC não possui registro iconográfico das creches deste período, não é possível visualizar de que maneira as creches ficaram situadas nos lugares onde

foram construídas. Contudo, foi possível localizar o registro feito numa planta do IPPUC, da fachada da creche Palmeira.



FOTOGRAFIA 23 - FACHADA CRECHE PALMEIRA

FONTE: IPPUC, PLANTA PE 018.1/2

Na fachada, observam-se as janelas basculantes, elemento presente em praticamente todas as creches de Curitiba de acordo com o que pôde ser constatado nas fotos de jornais da época.

Dentro da organização espacial da creche, a área destinada à organização cotidiana da instituição consistia em uma cozinha, despensa e área de serviço. Na cozinha eram preparadas as refeições das crianças (três ao dia, segundo o mesmo documento: *Unidades de atendimento infantil: algumas alternativas*); a área de serviço destinava-se a lavagem de roupas, visto que as crianças freqüentavam a instituição em período integral.

Tais lugares de organização do cotidiano sugerem que a criança atendida na creche, necessitava de cuidados do poder público para que pudesse desenvolver-se fisicamente no que diz respeito à alimentação e à manutenção da higiene.

As áreas destinadas ao atendimento às crianças indicam os lugares destinados a elas, estes se resumem a salas e a dois ambientes externos – área

livre (externa e interna) e solário⁵⁵. Tais ambientes representam uma provável concepção de criança da PMC, ou seja, crianças pequenas não precisariam de muito espaço e além disso, indicam uma outra problemática: a de que se o espaço é destinado para crianças carentes, é delineado também um espaço carente de atrativos e diferenciais.

Foi observado nas imagens coletadas poucos brinquedos e espaços pensados para a brincadeira. Havia sim, na maioria das creches, muito espaço verde livre, o que pode também ser olhado de uma maneira positiva, partindo do princípio que a criança tinha acesso a espaço natural dentro da instituição pública.

A seguir, verifica-se a fachada, juntamente com o espaço externo da creche Santa Quitéria:



FOTOGRAFIA 24 - CRIANÇAS BRINCANDO NO ESPAÇO EXTERNO DA CRECHE SANTA QUITÉRIA

FONTE: JORNAL TRIBUNA DO PARANÁ, 10/06/1981

⁵⁵ Espaço rodeado por muro, sem cobertura, destinado ao banho de sol para as crianças de 3 meses a 1 ½ anos.

Observa-se na imagem, que algumas crianças olham para a câmera, posando para a fotografia, vê-se recostada na parede da creche um adulto, possivelmente uma educadora. As crianças brincam em grupos e a educadora os assiste.

Neste sentido comunga-se com LIMA sobre a importância das relações para a construção do espaço feita pela criança: “É num espaço físico que a criança estabelece a relação com o mundo e com as pessoas; e ao fazê-lo esse espaço material se qualifica. Ela deixa de ser apenas um material construído ou organizado para se embeber da atmosfera que as relações ajudam a estabelecer” (1989, p. 13).

Neste espaço ao ar livre pode-se sugerir que as crianças estabelecem relações de amizade umas com as outras haja visto a roda de brincadeira que a imagem apresenta, mas também se verifica que o adulto aparece e parece estar fora destas relações. A relação é do espaço com as crianças e vice-versa; o possível educador não comunga desta relação de aparente afetividade e alegria, de acordo com o que sugere a imagem analisada.

Na proposição da PMC para os espaços das creches, observa-se que houve a prescrição de um espaço externo coberto, pode-se afirmar, que de certa maneira pensou-se num espaço no qual a criança poderia exercitar seu direito à brincadeira livre nos dias em que as intempéries temporais não permitissem a sua ida ao espaço externo da creche. Este espaço também trazia uma positividade, tendo em vista que havia, além da sala, um outro lugar destinado para a acomodação das crianças.

Neste espaço também, poderia haver outra positividade no que diz respeito a organização das crianças. O que poderia acontecer de maneira que não somente a faixa etária delas fosse considerada, mas também os interesses em comum por diferentes tipos de brincadeiras.

Levando-se em consideração estas orientações para a organização dos espaços das creches, observa-se que os mesmos estavam em função de um tipo de infância e de uma perspectiva de uso preestabelecida a partir daquilo que foi oferecido para as crianças. Assim como Viñao Frago indica: “Neste sentido, o espaço escolar seria um lugar que deveria ser demarcado como tal e a fragmentar-se internamente em uma variedade de usos e funções de natureza produtiva, simbólica e disciplinadora” (1993-4, p.25).

O movimento social que reivindicava as creches em Curitiba, também trazia em sua pauta questões relacionadas ao espaço físico das creches, como consta no Jornal Estado do Paraná: “... a reivindicação do Movimento de Creches é de que haja horta

comunitária, material didático, brinquedos e parquinho” (1983). Desse forma, observa-se que a PMC atendeu a algumas destas solicitações nas edificações das creches.

Neste sentido, observa-se, consultando as referências para organização de creches existentes no período estudado, a proposição dos espaços feita pela PMC, é próxima da prescrição consultada no livro *Comunidade infantil: creche*, no qual o autor elege os espaços abaixo descritos, como importantes para o funcionamento de uma unidade de atendimento infantil:

...sala de recepção, sala de espera, sala para crianças até 12 meses, sala para crianças de 1 a 2 anos de idade, banheiro para crianças de até 2 anos de idade, sala para crianças de 2 a 4 anos, sala para crianças de 5 a 6 anos, banheiro para crianças de 2 a 6 anos, sala de atendimento de saúde com banheiro anexo, sala para amamentação, lactário, cozinha, despensa, copa, lavanderia, rouparia, vestiário feminino, parque e solário (AUGUSTO, 1985, p.24-32).

Tais espaços indicados pelas referências teóricas do período, e, utilizados pela PMC para o processo educativo de cuidado de crianças em creches públicas, indicam a precariedade das possibilidades ofertadas a elas, tendo em vista que são propostas apenas salas e áreas livres. Kuhlmann Jr alerta sobre a precariedade do atendimento ofertado em creches:

Desde o início, elas [as creches] foram pensadas como instituições educacionais. No entanto, para as classes populares, para as crianças pobres, reiteradamente se pensou uma educação pobre para os pobres, uma educação de baixa qualidade para os pobres. Aí poderíamos qualificar esta educação como assistencialista, no sentido de revelar um preconceito com a pobreza. No momento de atender a criança pobre já se quer economizar muito mais (2007b, p.3).

Com relação ao espaço e ao que ele representa sobre o atendimento oferecido em instituições educativas, Viñao Frago esclarece que “há ordenações do espaço, configurações do mesmo, adequadas ou inadequadas, segundo o modelo de organização educativa, método de ensino ou clima institucional que se pretenda adotar” (VIÑAO FRAGO, 1998, p.78). Neste sentido, a creche pública de Curitiba apresentava um espaço pobre, destinado a uma pedagogia pobre, para atender aos pobres instalados nos Conjuntos Habitacionais e em ocupações irregulares da cidade.

Como exemplo de organização de espaços, pôde-se coletar em diferentes jornais da cidade, imagens da estrutura física de algumas creches. Em consulta aos

documentos oficiais da PMC, não foi localizada a relação das creches com a descrição da sua organização espacial, nem tão pouco um acervo com fotos.

Algumas plantas-baixa da construção das creches podem ser consultadas nos arquivos do IPPUC – local onde há o arquivo de edificações realizadas em Curitiba, porém não obedecem a uma ordem, nem estão catalogadas a partir de um critério único, e, não contemplam todas as unidades do período estudado.

Este acervo, porém, com as plantas-baixa das várias reformas pelas quais as creches passaram nas décadas de 1990 até o presente momento.

No quadro abaixo, apresenta-se o número de salas construídas nas creches inauguradas entre 1977 e 1981, de acordo com o número de crianças atendidas:

Nome da creche	Número de Crianças atendidas	Número de salas
Vila Camargo	110	4
Jardim Paranaense	120	4
Vila Hauer	120	4
Xaxim	120	4
Atuba	205	8
Tapajós	225	8
Gramados	130	4
Hortência	130	4
Meia Lua	130	4
Pinheirinho	130	4
Autódromo	75	2
Cajuru	75	2
Estrela	75	2
Jardim Urano	75	2
Vila Formosa	75	2
Barigui	75	2
São Carlos	75	2
Sibisa	75	2
Santa Quitéria	75	2
Vila Pinto (atual Vila Torres)	140	4

QUADRO 13 - NÚMERO DE SALAS NAS CRECHES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA 1977-1980

FONTE: IPPUC, 1981, P. 5-6.

Verifica-se no quadro mostrado, que as creches inauguradas entre 1977 e 1979, eram instituições que atendiam um número maior de crianças. Já as creches inauguradas no ano de 1980, eram unidades que atendiam menos crianças – 75 cada uma. Nesse sentido observa-se que embora tenham sido inauguradas mais creches neste ano de 1980, elas atendiam menos crianças, com exceção da creche Vila Pinto que tinha capacidade para 140 crianças.

Nota-se também que nas creches com capacidade para 75 crianças havia somente duas salas disponíveis para elas. Assim sendo, pode-se verificar que o número de crianças por sala era alto – em média 37 por turma. Ora, este número pode ser considerado elevado tendo em vista o número de babás para cada turma que era de duas.

De acordo com o número de salas pensado para o atendimento em creches, também se verifica que a divisão por faixa etária anteriormente mostrada é seguida nas edificações das creches. Ou seja, em nenhuma creche estudada, há uma diversificação na organização das crianças a não ser pela faixa etária.

Com relação a metragem das construções, nota-se que o tamanho dos terrenos onde as creches estavam localizadas, em sua maioria eram grandes. No entanto, quando analisadas as metragens das áreas construídas, vê-se que há diferenças entre cada uma das unidades construídas, como se pode visualizar no quadro a seguir:

Nome da creche	Área total	Área construída	Área livre
Vila Camargo	Não consta	418,25 m ²	Não consta
Jardim Paranaense	1125,9 m ²	455 m ²	670,92 m ²
Vila Hauer	1370 m ²	Não consta	Não consta
Xaxim	1294,6 m ²	393,89 m ²	900,67 m ²
Atuba	3030 m ²	932,88 m ²	2097,1 m ²
Tapajós	1879,6 m ²	363,12 m ²	1516,4 m ²
Gramados	2982 m ²	567,69 m ²	2414,3 m ²
Hortência	1325 m ²	475 m ²	850 m ²
Meia Lua	3220 m ²	418 m ²	2802 m ²
Pinheirinho	1879,6 m ²	363,12 m ²	1516,4 m ²
Autódromo	m ²	m ²	m ²
Cajuru	676,5 m ²	Não consta	Não consta
Estrela	3144,5 m ²	382,6 m ²	2761,9 m ²
Jardim Urano	1520,8 m ²	215,48 m ²	1305,3 m ²
Vila Formosa	1036,9 m ²	192,41 m ²	844,5 m ²
Barigui	1249,4 m ²	220,82 m ²	1028,6 m ²
São Carlos	1412,2 m ²	494,46 m ²	917,76 m ²
Sibisa	m ²	m ²	m ²
Santa Quitéria	1279,6 m ²	539,92 m ²	739,68 m ²
Vila Pinto (atual Vila	1570 m ²	483,05 m ²	1087 m ² continua

Torres)			
Fazendinha	693,62 m ²	161,2 m ²	532,42 m ²
Uberaba	676,5 m ²	Não consta	Não consta
Tia Eva	1471,6 m ²	494,46 m ²	977,09 m ²
Santa Amélia	1789,7 m ²	579,27 m ²	910,43 m ²
Palmeiras	2102,6 m ²	510,29 m ²	1592,3 m ²
Moradias Belém	5840 m ²	586,72 m ²	2601,1 m ²
Tiradentes	1849 m ²	160 m ²	1689 m ²
Santa Helena	1083 m ²	278,88 m ² m ²	804,12 m ²
Liberdade	2963 m ²	550,18 m ²	2412,8 m ²
União das Vilas	3509,8 m ²	615,5 m ²	2894,3 m ²
Coqueiros	2009,6 m ²	482,29 m ²	1527,3 m ²
Vila Vitória	2255,3 m ²	482,29 m ²	1773 m ²
Eucaliptos	2000 m ²	482,29 m ²	1517,7 m ²
Itamarati	2208 m ²	482,29 m ²	1725,7 m ²
Jardim Esmeralda	2047,6 m ²	482,29 m ²	1565,3 m ²
Rio Negro	1712,1 m ²	482,29 m ²	1229,8 m ²
Olga Benário Prestes	1647 m ²	482,29 m ²	1165 m ²
Jardim Paraná	2730 m ²	298,93 m ²	2431,1 m ² conclusão

QUADRO 14 - ÁREA TOTAL DAS CRECHES CONSTRUÍDAS – ESPAÇO INTERNO E EXTERNO

FONTE: IPPUC, 1998, P. 1-36.

Verifica-se no quadro que o espaço externo da maioria das creches da PMC, como mencionado anteriormente, pode ser considerado grande – de 600 a 2900m². Neste sentido, a PMC poderia ter se preocupado em prescrever mais opções de mobiliário externo para ocupar este espaço, o que não é verificado de acordo com a prescrição feita pelo poder público municipal para a área livre que as creches dispunham: “Caixa de areia, arborização, trepa-trepa, escorregador, balanços, pneus e bancos” (IPPUC, 1979b, sem paginação).

Dessa forma, pode-se aferir que o espaço externo da creche não recebeu atenção especial dos projetos arquitetônicos da PMC. No entanto observa-se que num documento do Ministério da Saúde de 1972 (Creches: instruções para instalação e funcionamento) já havia a indicativa da preocupação com o espaço externo e verde nas creches, assim o documento assinalava:

o espaço verde é indispensável numa creche. Neste espaço deverão ser instalados brinquedos, como: balanços, pequenas escorregadeiras, caixotes e bancos transportáveis, poços de areia e de água, brinquedos para empurrar e puxar, velocípedes pequenos, carrinhos, etc (BRASIL, 1972, p. 22 e 76).

Comparando-se o que era prescrito pelo Ministério da Saúde e o que foi colocado nas creches de Curitiba, pode-se perceber que estes espaços externos

das creches de Curitiba estavam pouco mobiliados e tinham escassas opções de brinquedos para as crianças.

Já no que diz respeito à área construída das creches, há uma variedade de metragens, o que corrobora com a idéia mencionada anteriormente de que havia diferentes projetos arquitetônicos para as creches. Levando em consideração apenas a metragem igual, verifica-se no Quadro 14, que havia neste período, 7 creches que contavam com área construída de 482,29 m², 3 erguidas na gestão de Maurício Fruet e as demais inauguradas na gestão de Roberto Requião. Há ainda dois projetos com a mesma metragem de área construída – 494,46 m², construídas na Gestão de Jaime Lerner. As demais creches possuem metragens diferenciadas.

Dessa forma, pode-se concluir que as creches em sua maioria tinham projetos arquitetônicos diferenciados, tendo em vista o tamanho do terreno e população que morava no local de construção das creches.

3.2 O MOBILIÁRIO DAS CRECHES

A questão do mobiliário escolar prescrito para o funcionamento das creches em Curitiba é também um elemento interessante de análise, visto que por meio da mobília é possível aproximar-se do modo de atendimento oferecido às crianças. Em livros de referência da época estudada com relação ao mobiliário destinado a esta faixa etária, pode-se observar a seguinte indicação:

No que diz respeito ao mobiliário, este deve estar de acordo com a função e com as características físicas da criança, tendo-se em conta a sua estrutura, a sua capacidade de mobilização e a pouca facilidade que a criança tem de se defender, por si, dos acidentes (GRANGER, 1976, p.93).

Observando estas indicações presentes em textos da época, com relação ao mobiliário, faz-se pertinente analisar a lista dos móveis indicados pela PMC, para cada faixa etária, utilizados nas creches de Curitiba, de acordo com o documento *Unidades de atendimento infantil: algumas alternativas*:

Para a sala de atendimento a crianças de 3 meses a 1 ½ anos:
15 berços, 1 armário e 1 cabideiro.

Para a sala de atendimento a crianças de 1 ½ a 3 anos:

30 bancos polivalentes, 1 cabideiro, 10 colchões, 1 armário, 2 lavabos e 1 quadro de giz.

Para a sala de atendimento a crianças de 3 a 4 ½ anos:
50 bancos polivalentes, 1 espelho, 1 cabideiro, 20 colchões, 1 armário, 2 lavabos e 1 quadro de giz.

Para a sala de atendimento a crianças de 4 ½ a 6 anos:
40 bancos polivalentes, 1 mesa para marcenaria, 1 cabideiro, 20 colchões, 1 armário, 1 espelho, 2 lavabos e 1 quadro de giz.

Para a área livre:
Caixa de areia, arborização, trepa-trepa, escorregador, balanços, pneus e bancos (IPPUC, 1979b, sem paginação).

Questões peculiares podem ser levantadas a partir desta lista, tais como: quanto menor a criança, menor o número de móveis necessários? Qual a importância de um cabideiro na sala? O que ele representa? Por que a sala que atende às crianças de 4 ½ a 6 anos é a que recebeu mais mobiliário? Valendo-se dessas indagações, recorre-se a Souza (1998), quando se refere ao significado do mobiliário dentro de instituições educativas: “o mobiliário escolar revela determinados hábitos e costumes sociais que se quer instituir e disseminar entre os alunos” (p.143).

Dessa forma, o tipo de mobiliário selecionado para as creches de Curitiba, ajuda a compor o perfil da clientela atendida nestas instituições e também auxilia a percepção de quais posturas e atitudes a PMC, por meio das creches, estava preocupada em reforçar com as crianças que a freqüentavam.

A questão do mobiliário prescrito para as instituições de educação infantil em Curitiba é pouco mencionada nas propostas. Nos documentos consultados não houve a apresentação de quais móveis e em quais quantidades eles foram adquiridos para as instituições. Esta temática, assim parece que não foi considerada com real valor que a mesma tem pela PMC, ou ainda, nos remete à idéia anteriormente mencionada, de que como era uma instituição destinada a crianças carentes não houve o interesse e cuidado na escolha desse mobiliário, oferecendo apenas aquilo considerado como mínimo. para que as crianças permanecessem na instituição durante todo o dia – período integral.

Para a verificação de que tipo de que quantidade de mobiliário a PMC disponibilizou para as creches, houve a visita ao Setor de Patrimônio da PMC, mas este setor não possui acervo acerca dos bens adquiridos para uso nas creches. Foi encontrado o arquivo apenas a partir do ano de 1985. Dessa maneira, não se fez

possível comprovar quais materiais foram comprados para serem utilizados quando da inauguração das creches.

Nos documentos levantados – ordens de compra e notas de empenho – verifica-se apenas a possível reposição de materiais para as creches. A seguir, uma lista de mobiliários adquiridos para o uso em algumas creches.

Nome da creche	Ano da Solicitação	Mobiliário/Material Solicitado	Quantidade
Santa Amélia	1985	Batedeira	1
		Cilindro para amassar pão	1
		liquidificador	1
		Caldeirão para ferver leite	1
Vila Camargo	1985	Fogão semi industrial com 6 bocas	1
		ventilador	1
		Ferro elétrico	1
Atuba	1985	Cadeiras comuns de madeira	12
		Máquina de escrever	1
São Carlos	1985	Cadeiras comuns de madeira	4
		ventilador	3

QUADRO 15 - MATERIAIS ADQUIRIDOS PARA ALGUMAS CRECHES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1985

FONTE: NOTAS DE EMPENHO DA DIVISÃO DO PATRIMÔNIO DOS BENS MÓVEIS DA PMC⁵⁶

Na lista acima, pode-se verificar que os materiais apresentados, podem ser classificados como materiais de reposição, tendo em vista que a compra deles não ocorreu juntamente com a inauguração da creche a que eles foram destinados.

⁵⁶ No arquivo da Divisão do Patrimônio dos Bens Móveis da PMC não há a guarda de documentos anteriores a data de 1985. Notou-se também na pesquisa feita neste arquivo, certo descaso com estes materiais, pois os mesmos não possuem um local apropriado para guarda e também não estão organizados, sendo necessário para a consulta nos mesmos muita atenção e disponibilidade de tempo para localizar as pastas dos documentos e também a datação deles.

Alguns materiais adquiridos (batedeira, cilindro para amassar pão, liquidificador, caldeirão para ferver leite e fogão semi industrial com 6 bocas) possivelmente seriam destinados para o uso nas cozinhas das creches a fim de facilitar a preparação das refeições para as crianças atendidas nas instituições.

Outros equipamentos como ventilador e ferro elétrico que possivelmente facilitariam as atividades dentro da creche. E alguns equipamentos que poderiam tanto servir ao uso das crianças quanto para funções administrativas das creches. Nesta lista não se observa nenhum material destinado especificamente para o uso das crianças.

De acordo com a listagem de mobiliários proposta para as creches públicas de Curitiba, apresentada anteriormente, nota-se semelhanças com a listagem proposta no *Guia para montagem e funcionamento de uma creche* (1976) “berços ou camas individuais, colchões para repouso, mesas e cadeiras, mesas e cadeiras para os adultos, bancadas para as trocas de bebês, armários, cabides, espelho e bancos.” (GRANGER, 1976, p.96)

Tal comparação se faz oportuna, no sentido de que se verifica que a PMC estava em consonância com aquilo que de um modo geral estava sendo pensado para crianças de 0 a 6 anos no que tange a mobiliário utilizado em creches, no período estudado.

No entanto tal afirmação é contrária quando há a comparação com o documento do Ministério da Saúde com indicações para construções de creches. Neste documento aparece esta listagem de móveis e equipamentos:

Para as crianças de 3 meses a 1 ano: mesas para troca, armário individual para a guarda de roupas das crianças, armário para roupas e fraldas, cabides para toalhas, banheiras, berços, cadeira, prateleira com brinquedos plástico e/ou borracha, objetos de contextura variada, móveis variados, cadeiras para alimentação, caixa de música com brinquedos sonoros, prateleiras baixas com brinquedos apropriados a idade.

Para as crianças de 1 a 2 anos:

Bancada para trocas, armário individual para a guarda de roupas das crianças, armário para roupas e fraldas, cabides para toalhas, mesinhas, cadeirinhas, livros de pano e papelão, prateleiras baixas para brinquedos, blocos grandes e leves, armário para guarda de brinquedos de recreação, quadro de giz para a criança rabiscar, carrinhos de madeira, utensílios de cozinha em tamanho miniatura para recreação e caminhas.

Para crianças de 2 a 3 anos:

Bancada para trocas, armário individual para a guarda de roupas das crianças, armário para roupas e fraldas, mesinhas, cadeirinhas, caixote para guardar brinquedos, livros de pano e papelão, murais, quadro de giz para a criança rabiscar e caminhas (BRASIL, 1972, p. 73-75).

Observando estas recomendações feitas pelo Ministério da Saúde em 1972, verifica-se que a PMC não observou tais indicações. Nota-se que há uma variedade nos materiais selecionados pelo Ministério da saúde, o que não ocorre na PMC. Outro ponto relevante é o aparecimento dos brinquedos no documento do Ministério da Saúde o que não é visível na PMC.

A escolha feita pela PMC de seu mobiliário para as creches denota o desconhecimento do documento do Ministério da Saúde, ou ainda, a sua não observância quando da construção e estruturação das creches.

No período estudado – década de 1970 e 1980 – a observância da documentação produzida pelo Ministério da Saúde, deveria ser verificada, pois por meio do Decreto nº 2024, de 17/02/1940 foi criado o Departamento Nacional da Criança - DNCR, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde e destinado a coordenar as atividades nacionais relativas à proteção da infância, da maternidade e da adolescência.

Segundo Vieira (1988) “no DNCR predominava o projeto higienista, as creches eram defendidas como elemento capaz de combater eficazmente o comércio da criadeira...”. (VIEIRA, 1988, p. 4). Neste sentido, este departamento ficou responsável pelas indicações de atendimento em creches.

Já no ano de 1970 foi criada a Coordenação de Proteção Materno-Infantil pelo decreto 66 623, que substituiu o Departamento Nacional da Criança, que segundo Vieira (1986, p. 54):

foi responsabilizada pela implantação de medidas de proteção materno-infantil, tendo como principais objetivos a assistência à gestante, à nutriz e aos lactantes; proteção `criança em idade pré-escolar e proteção à criança em idade escolar.

Comparando a documentação produzida por esta Coordenação vinculada ao Ministério da Saúde em 1972, com a documentação produzida pela PMC verifica-se que o brinquedo e a brincadeira não são visualizados no mobiliário destinado para a parte interna das salas das creches da PMC nas fontes consultadas. Apenas um objeto poderia denotar um aspecto lúdico – o espelho – que, dependendo do uso que recebesse por parte do educador poderia ser utilizado como base para o jogo do

faz-de-conta. Mas, não se pode afirmar que este tipo de jogo era realizado em sala, uma vez que não havia registro das ações desenvolvidas nestas instituições.⁵⁷

Dessa forma, os móveis planejados para comporem o espaço do cotidiano das instituições de atendimento à criança de 0 a 6 anos, representam uma visão de criança presente no discurso e nas atitudes do poder público. Assim como Kuhlmann Jr (2007) aborda, pode-se classificar este tipo de proposição para as crianças como 'barata', uma proposta de concepção educacional pensada para crianças e famílias pobres:

O assistencialismo das instituições da educação infantil é uma concepção educacional, é uma proposta de uma pedagogia. Eu chamo de pedagogia da submissão, pois é uma pedagogia que justamente foi concebida nessa virada do século XIX, início do século XX, no sentido que diz que o pobre não precisa de muita coisa. Para ele basta uma educação barata. Inclusive, se ele tiver uma educação de melhor qualidade isso poderia apresentar uma ameaça. Encontra-se em discursos do início do século XX afirmações claras, que duram muito tempo (2007a, p.4).

Corroborando com estas idéias apresentadas por Kuhlmann Jr., avalia-se, de acordo com as fontes consultadas sobre os tipos de móveis oferecidos para o uso das crianças nas creches, que a proposta de creches da PMC estava vinculada ao assistencialismo enquanto proposta pedagógica e que assim sendo, destinar-se-ia a uma população que precisava da assistência do estado e que este o fazia, mas de forma econômica, com poucas possibilidades e diversidades de mobiliário neste caso.

Esta perspectiva *barata* de educação, pôde ser constatada em entrevista⁵⁸ realizada com Anildo Lisboa, que freqüentou a creche Gramados, no ano da sua inauguração, em 1979, época em que contava com 6 anos de idade. Ele relatou uma

⁵⁷ Vale ressaltar que a PMC não dispõe de um acervo específico sobre a educação de crianças pequenas na cidade. Há a guarda de diferentes documentos referentes a esta faixa etária em diferentes arquivos da cidade tais como: Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná; Acervo Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná; Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Educação; Arquivo da Fundação de Assistência Social; Biblioteca do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e Casa da Memória de Curitiba, mas não há uma preocupação institucional em organizar a história deste atendimento na cidade. Atualmente a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba desenvolve um projeto intitulado "*Memórias*" a fim de organizar a história do atendimento educacional da cidade. No entanto tal projeto não contempla a faixa etária de 0 a 6 anos, trata apenas do Ensino Fundamental (de 7 a 14 anos – período obrigatório, segundo LDB 9394/1996). Para consulta a tal projeto sugere-se o site: www.aprendercuritiba.org.br

⁵⁸ Entrevista concedida no dia 16/11/2007. A entrevista não foi gravada e o entrevistado autorizou a divulgação de seu nome na pesquisa. Anildo Lisboa atualmente conta com 35 anos de idade e um filho de 5 anos de idade freqüentando a creche Gramados, creche freqüentada por ele quando criança.

brincadeira realizada com os amigos em um dos itens que compunham a mobília das creches – o colchão:

Tinha um pé direito, a gente subia no telhado. Tinha um dia que eles colocavam os colchões do berçário para secar e a gente pulava do telhado nos colchões. As tias, daí pegavam e deixavam a gente de castigo na sala que guardava material, deixava pouco, só pra assustar... (LISBOA a, 2007).

No relato, verifica-se que a criança subverte um objeto de uso corriqueiro em um objeto para brincadeira e faz uso do mesmo para diferentes funções. Vale ressaltar a intervenção do adulto frente à brincadeira da criança, que pode ser considerada perigosa. A intervenção do adulto é tomada com efeito punitivo e não preventivo. Ora, por que isso ocorria? Havia muitas crianças? Poucas educadoras?

Outro exemplo de utilização do mobiliário da creche com finalidade de brincadeira é relatado por Anildo: "... tinha uns armários grandes no fundo da sala... a gente guardava as bolsas lá... daí a gente subia, entrava e saía dos armários... era divertido...." (LISBOA a, 2007). Ora, se não havia brinquedos na sala, como as fontes consultadas denunciavam, as próprias crianças, dentro de seu repertório infantil utilizavam o próprio mobiliário como suporte para a brincadeira.

Vale ressaltar que a PMC indicou mobiliário específico para o espaço de brincadeira na área externa da instituição - caixa de areia, arborização, trepa-trepa, escorregador, balanços, pneus⁵⁹ e bancos – tais objetos denotam o local da brincadeira e evidenciam que estas brincadeiras seriam realizadas coletivamente e usando material alternativo num dos casos (pneus).

Anildo Lisboa também recordou suas imagens sobre o parquinho e os momentos de brincadeira na creche:

Tinha parquinho... O parquinho era a diversão da gente. Ficava todo mundo no parquinho.... Tinha balanço, gangorra, tinha uma horta num canto, a gente trabalhava, vinha um homem da prefeitura de azul, que vinha ajudar, a gente colhia cenoura, cheirinho verde.... Os brinquedos que tinham era bola, roda, pega-pega. As tias participavam junto quando era roda. Tinha aquela do lenço atrás... (LISBOA a, 2007).

Nesta memória sobre o parque da creche, verifica-se que havia objetos destinados à brincadeira, mas que também havia um espaço de trabalho – a horta –

⁵⁹ Os pneus eram utilizados de modo a formar circuitos pelos quais as crianças deveriam passar a fim de desenvolver coordenação motora global e fina. A disposição variava de acordo com a organização da própria instituição.

que na memória do entrevistado veio junto com a brincadeira. Neste sentido reforça-se a idéia de que a criança recria e reelabora a função inicial de determinado objeto ou atividade.

Desta forma então, pode-se supor que a horta também era considerada uma atividade lúdica para as crianças. Reafirma-se na memória de Anildo a falta de brinquedos na creche, percebe-se que nas brincadeiras mencionadas pelo entrevistado, há apenas um brinquedo industrializado – a bola – as demais brincadeiras lembradas não necessitam de materiais, apenas da disposição e repertório das crianças.

Vale ressaltar a passagem da entrevista na qual ele afirma que “as tias brincavam quando era roda”, ora, esta participação do adulto neste tipo de brincadeira supõe-se ocorrer em função de que há a necessidade de uma prévia organização para que elas aconteçam. Desse modo faz-se necessário que haja a intervenção de um adulto nesta atividade. Em contrapartida, esta participação não é lembrada em outras brincadeiras.

Em outra entrevista⁶⁰ com Leonilda Lisboa, que freqüentou a creche Gramados também no ano da sua inauguração, em 1979, época em que contava com 4 anos de idade, ela recorda-se do espaço da brincadeira, na creche:

Ficava mais tempo no pátio do que na sala. Brincava de menina pega piá e piá pega menina. As tias ficavam olhando a gente brincar. Tinha boneca; eles faziam pé-de-lata pra gente brincar... Nós desenhávamos e pintávamos no muro. Com o tempo ia apagando...(LISBOA b, 2007).

Neste breve relato de brincadeiras infantis, observa-se uma questão importante que é a confecção de brinquedos dentro das instituições feito pelas educadoras. Neste caso, pode-se inferir que tal confecção tenha ocorrido em função das capacitações que as educadoras recebiam da própria PMC.

Estas capacitações faziam parte do projeto “Treinamento de Agentes Multiplicadores” feito em parceria com a PMC e a Fundação Cultural de Curitiba – FCC, que segundo o Jornal do Estado pretendia:

treinar diversas pessoas que atendem às crianças nas creches, principalmente babás e recreacionistas. O curso proporcionará treinamento nas áreas de recreação, artesanato, artes plásticas e teatro de bonecos...

⁶⁰ Entrevista concedida no dia 16/11/2007. A entrevista não foi gravada e a entrevistada autorizou a divulgação de seu nome na pesquisa. Leonilda Lisboa atualmente tem 33 anos e sua filha, agora com 7 anos, também já freqüentou a Creche Gramados.

Por trás dos temas ministrados nesses cursos, está a intenção de oferecer meios que permitam às crianças liberar sua fantasia e seu espírito crítico além de estimular a comunicação e expressão com a realidade social e incentivar a participação organizada (JORNAL DO ESTADO, 09/07/1985).

Dessa forma, estes cursos poderiam contribuir para atuação dos educadores de creches junto às crianças e de acordo com as áreas de capacitação eleitas - de recreação, artesanato, artes plásticas e teatro de bonecos, observa-se uma preocupação com conteúdos que estão ligados a faixa etária de 0 a 6 anos. Verifica-se também, de acordo com o relato do jornal, que estes cursos vislumbravam uma ação mais específica da criança no sentido de que por meio destas atividades as crianças poderiam liberar sua fantasia e seu espírito crítico.

Com relação às memórias infantis trazidas nas entrevistas, outro ponto relevante do relato de LISBOA b, é quando a mesma menciona que ficavam mais tempo fora do que dentro das salas. Esta afirmação pode ser considerada positiva tendo em vista que o espaço da sala era limitado para as crianças, assim sendo estar fora da sala poderia trazer mais possibilidades de atividades e brincadeiras para as crianças.

Uma atividade, possivelmente dirigida por adultos, é lembrada pela entrevistada: a pintura e o desenho nos muros da instituição. Atividade que pode ser considerada relevante para o desenvolvimento motor das crianças que estavam nas creches. De forma global, observa-se nas entrevistas realizadas com estes depoentes, que havia sim uma perspectiva educacional nas creches de Curitiba.

Embora não haja um registro oficial das atividades desenvolvidas nas creches no período estudado, verifica-se nas fontes que havia uma proposta, que existiam objetivos, que havia atividades planejadas ou não para as crianças que freqüentavam estas instituições.

A seguir uma imagem de atividade realizada numa das creches da PMC deste período:



FOTOGRAFIA 25 - CRIANÇAS BRINCANDO NO ESPAÇO EXTERNO DE UMA CRECHE⁶¹ DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

FONTE: IPPUC, 1992, P.4

Nesta imagem observam-se crianças de diferentes idades brincando juntas e recebendo o acompanhamento de um adulto, possivelmente a educadora, que por sua vez também aparece com o mesmo material utilizado pelas crianças no momento da brincadeira.

No espaço pode-se perceber que há uma área com calçada e outra com grama ou terra aparentemente. A imagem também indica que o espaço é

⁶¹ Nos poucos registros das atividades realizadas nas creches, arquivados pelo IPPUC, não há a indicação de qual é a unidade registrada.

relativamente grande para este grupo de crianças que está participando desta provável brincadeira.

A seguir outra imagem que representa o espaço da brincadeira nas creches da cidade:



FOTOGRAFIA 26 - CRIANÇAS BRINCANDO NO PARQUE EXTERNO DE UMA CRECHE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

FONTE: IPPUC, 1992, P.4

Já nesta imagem do parque, observa-se que há brinquedos e móveis – bancos – feitos, aparentemente de madeira, localizados possivelmente em um tanque de areia. As crianças, possivelmente, posaram para a fotografia visto que todas olham para a câmera.

Na figura, há crianças de diferentes idades, até mesmo de colo, o que se diferencia dos ambientes escolares, onde as atividades na área externa, no parque são feitas em grupos de crianças da mesma faixa etária.

Também se verifica que fora da sala, há o rompimento com as faixas etárias demarcadas para a organização das creches em Curitiba. No momento em que as

crianças não estão em sala, podem ser vistas em companhia de crianças de idades diferentes.

Neste sentido tal registro fotográfico da brincadeira coletiva entre crianças de diferentes idades e com a presença de educadoras segurando no colo algumas delas pode ser considerado positivo, pelo fato de demonstrar o contato físico entre educadores e crianças, mesmo que ocorrido de maneira intencional.

A seguir, há a ilustração de uma sala de creche, que possivelmente atenderia a faixa etária de 3 meses a 1 ½ anos, tendo em vista a presença de berços no ambiente e também da amamentação:



FOTOGRAFIA 27 - SALA DO BERÇÁRIO DE UMA CRECHE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

FONTE: JORNAL EXPRESSO Nº 6 FEV/1980

Na imagem acima, visualiza-se um adulto – educador ou mãe de criança – que amamenta uma das crianças dentro da sala. No entanto, vêem-se berços amontoados num dos cantos da sala e algumas crianças dispostas nestes berços. Chama atenção o bebê que está no berço, ao fundo, chorando.

Vale indagar como o adulto chegava a ele, já que como mencionado, os berços estão amontoados. Indaga-se, também qual seria o tempo da espera para que as outras crianças também fossem alimentadas.

Na organização da sala nota-se móveis dispostos no teto acima dos berços e atrás da educadora ou mãe uma bancada, possivelmente utilizada para fazer as trocas das crianças. A disposição do armário na sala pode ser questionada tendo em vista que o acesso a ele é impossível tendo em vista a presença dos berços. Esta imagem sugere um espaço que tinha uma organização pouco funcional e que não foi pensado para tender às necessidades das crianças.

Sabe-se que a organização do mobiliário no espaço da instituição é determinante no que diz respeito ao desenvolvimento do processo educativo nas creches. Nesta perspectiva, vale indagar acerca da utilidade deste espaço tendo em vista os mobiliários disponíveis para tal. Pode-se considerar que em função deste mobiliário as proposições de atividades, assim como as possibilidades de utilização e disposição destes móveis, eram precárias.

Em contrapartida a esta apresentação de mobiliários realizada pela PMC, em nível nacional, já eram publicados materiais referentes à importância do mobiliário na educação pré-escolar. No ano de 1979, o MEC publicou o documento *Mobiliário escolar e pré-escolar*, o qual deu diretrizes para a aquisição do mobiliário para as pré-escolas no Brasil. O mobiliário foi considerado pelo MEC, importante para o desenvolvimento das atividades com as crianças:

A educação pré-escolar propõe-se a oferecer às crianças condições necessárias a seu desenvolvimento, de acordo com sua idade e potencialidades, com vistas ao seu bem-estar físico, social e emocional. Assim sendo, o espaço físico destinado à educação pré-escolar deve estar dotado não só de condições arquitetônicas adequadas, mas também de instalações, equipamentos e mobiliários projetados de forma tal que a criança sinta bem-estar ao desenvolver as atividades individuais ou de grupo (BRASIL, 1979, p. 13).

Neste sentido, observa-se que a PMC pouco relevou a publicação do documento, tendo em vista que o tema do mobiliário é pouco tratado nos documentos consultados e nas informações obtidas, percebe-se pouca preocupação com esta questão na instalação das creches em Curitiba.

Um material contemplado na prescrição da PMC para as creches, o quadro de giz, proposto para as salas que atendiam crianças de 4 ½ a 6 anos pode indicar um processo de escolarização ao qual a infância seria submetida nestas instituições.

Tal processo pode representar a preocupação com a prevenção do fracasso escolar⁶² em função da falta de preparo das famílias para auxiliar os seus filhos antes de freqüentarem o Ensino Primário. Assim sendo, o poder público através do atendimento às crianças de 0 a 6 anos em creches pretendia amenizar este fracasso das crianças das camadas populares, através do processo de escolarização da infância.

KRAMER (1982), faz referência à definição de uma educação compensatória para a faixa etária de 0 a 6 anos, no que diz respeito à desqualificação da família e a um projeto salvacionista destas crianças menos favorecidas na educação do 1º Grau. Assim ela aponta:

A atual proposta da política educacional brasileira em relação às crianças de 0 a 6 anos encara e defende a educação pré-escolar como compensatória, atribuindo-lhe verdadeira função terapêutica para as 'carências culturais' das crianças provenientes das classes sociais dominadas. Assim compreendida, a educação compensatória deveria corrigir as supostas defasagens, que provocariam o fracasso das crianças (p.54).

Este modelo de educação compensatória, já recebia críticas no início da década de 1980. FERRARI & GASPARY (1980) criticam em seu artigo *Distribuição de oportunidades de educação ao pré-escolar no Brasil*, a utilização do modelo de educação compensatória no Brasil, tendo em vista que este mesmo modelo sofreu severas críticas em outros países, como por exemplo, nos Estados Unidos. Os autores defendem que somente a universalização do ensino pré-escolar corrigiria as desigualdades de acesso a este nível de ensino.

Assim sendo, percebe-se que os espaços destinados ao atendimento às crianças de 0 a 6 anos em creches de Curitiba, assim como o mobiliário destinado a elas foi importante para que se construíssem elementos educativos ou não, nestas creches públicas.

⁶² Sobre este assunto consultar: PATTO, M. H. S. A Criança Marginalizada para Os Piagetianos Brasileiros. Cadernos de Pesquisa, p. 3-11, 1984. PATTO, M. H. S. . O fracasso escolar como objeto de estudo: anotações sobre as características de um discurso.. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, p. 72-77, 1988. PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar. Histórias de submissão e rebeldia.. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. PATTO, M. H. S. . Privação cultural e educação compensatória pré-primária.. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

4 CONCLUSÃO

No início da década de 1970 até os meados da década de 1980 a cidade de Curitiba passou por transformações significativas no setor populacional, assim como no campo do trabalho. No que diz respeito ao aspecto populacional, a vinda maciça de migrantes da área rural para a capital do estado paranaense acarretou mudanças no que diz respeito à organização social da cidade, tendo em vista que esta nova população moradora da capital necessitava dos serviços do estado, tais como: moradia, lazer, segurança, transporte, pavimentação de ruas, escolas, saúde e também o serviço de creches.

No que diz respeito ao campo do trabalho, foi decisiva a situação da feminização do trabalho e a mudança gradativa da figura do chefe de família que passara também para a incumbência das mulheres. Segundo Goldani (1994) “há evidências de que a mulher brasileira, qualquer que seja o estágio do ciclo vital, está aumentando sua participação na força de trabalho” (p.9). A autora, ancorada nos dados do IBGE, apresenta que o aumento da participação feminina na força de trabalho remunerada no Brasil aumentou de 16% para 39% entre 1960 e 1990 (p.9) e que como fenômeno crescentemente urbano, as mulheres chefes de família tiveram sua representatividade aumentada em 18% no total do país e de 33% nas áreas metropolitanas, no período 1978-87 (p.15).

Nesta pesquisa, nota-se que esse contexto de mudança da organização familiar e participação feminina no universo do trabalho remunerado, bem como aspectos de reorganização dos espaços na cidade de Curitiba concernentes à questão populacional e sócio-econômica, corroboraram para que se produzisse na cidade curitibana a demanda por creches.

Nas décadas de 1970 e 1980 evidenciou-se na proposta administrativa da cidade e do IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - a preocupação com a urbanização da cidade, bem como com a adequada ocupação, localização e organização da população na cidade, em especial a mais pobre.

Nos documentos do IPPUC consultados observa-se a nítida indicação da necessidade de adequação desta nova população aos meios urbanos, pois tal população vinda, em sua maioria, das áreas rurais do estado do Paraná necessitava, segundo os documentos da prefeitura municipal, de adequação para a

vivência num ambiente urbano, no qual as questões de transporte, moradia, educação eram compreendidas como fundamentais.

Este conjunto de questões potencializou que nos diversos espaços urbanos da cidade de Curitiba as pessoas fossem se organizando em grupos, formando associações de bairros, vilas, enfim constituindo movimentos sociais que produziram, segundo as fontes consultadas, pressão sobre o poder público a fim de que o modelo de urbanidade projetado para o centro da cidade fosse trazido para ocupações e vilas mais distantes do centro e para que esta população mais pobre economicamente também pudesse usufruir de alguns benefícios propostos para a cidade.

Tendo em vista que a tensão entre as demandas da nova população urbana moradora da cidade e a oferta de atendimento de serviços sociais do setor público para a referida população, foi determinante a constituição de uma rede de creches públicas na cidade. Tal tensão transpareceu nos jornais da cidade que expressaram as reivindicações por creches dos movimentos sociais organizados. A pesquisa constatou que não havia, no período investigado, um movimento social específico de luta por instalação das creches nas comunidades, mas a presença de uma ramificação dentro dos movimentos sociais que tratava da questão da luta feminina e da conseqüente solicitação das creches públicas. Apesar da pressão e participação efetiva de mulheres na luta por creches públicas em Curitiba, tal questão não se visualiza na documentação oficial da Prefeitura Municipal.

A organização destas associações era tão premente, que como já citado no bojo do trabalho, promoveu a divulgação de uma carta na qual solicitava um modelo de creche para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos e que demonstrava um entendimento daquilo do que se considerava pertinente para um atendimento de qualidade para as crianças no período em questão. Tal carta também indicava a importância para que os profissionais que atuassem nas creches fossem qualificados. Nesta investigação, pôde-se verificar que os funcionários das creches existentes à época em Curitiba, em especial as babás, foram selecionados dentro da própria comunidade e que por isso mesmo não atendiam ao quesito da formação inicial. As babás tinham, segundo as fontes de pesquisa, a função educativa principal de guarda das crianças atendidas nas creches.

No entanto, observa-se no período estudado que a Prefeitura Municipal de Curitiba promoveu uma interessante proposta de capacitação em serviço em

parceria com a Fundação Cultural de Curitiba direcionado para atividades relacionadas às artes.

Num segundo momento, já em 1985, a PMC promoveu o primeiro Concurso Público que trouxe consigo a preocupação com a formação inicial destas funcionárias de creches da rede municipal. Neste concurso, houve a exigência de uma formação mínima em nível de 1º grau, atual ensino fundamental. Isso revela que tal ação do setor público comunga das solicitações feitas pelo movimento social quando pleiteava a idéia de profissionais capacitados.

Avalia-se que esta pesquisa, de caráter historiográfico, propicia por meio do estudo da constituição das primeiras creches públicas em Curitiba, entre os anos da década de setenta e oitenta, fragmentos daquilo que circulava à época sobre infância, criança pequena, instituição de educação para criança de zero a seis, papel da mulher, do Estado, da sociedade civil, dos profissionais de educação em creches, enfim permite apreender um repertório simbólico e material dos espaços que foram pensados e possibilitados para a educação de crianças em creches públicas. E com as palavras de Mary Del Priore acredita-se que

do passado aos nossos dias, muitas coisas mudaram na vida das crianças brasileiras. Outras, nem tanto. Mas só conhecendo e compreendendo as distorções a que foram submetidas teremos condições de transformar seu futuro. E de nos transformarmos por intermédio delas (Del Priore, 2001, p.112).

FONTES

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E AMIGOS DE BAIRROS E VILAS DE CURITIBA. **Por que o prefeito Jaime Lerner apresentou a carta da favela sem discutir com as Associações de Moradores de Bairros**, Curitiba, abril/1980.

BNH, MANUAL CURA. **Normas para elaboração de Projetos CURA**. Rio de Janeiro, 1973.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Relatório Geral – 1980**. Espírito Santo: Fundação LBA, 1980.

____. Ministério da Educação e Cultura. Mobiliário escolar e pré-escolar. Rio de Janeiro: MEC, 1979.

____. Ministério da Educação e Cultura. **Diagnóstico preliminar da educação pré-escolar no Brasil**. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.

____. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação Legião Brasileira de Assistência. **Projeto Casulo**. Brasília, 1977.

____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência Médica. Coordenação de Proteção Materno Infantil. **Creches: instruções para instalação e funcionamento**. Rio de Janeiro: CPMI, 1972.

ENCONTRO NACIONAL SOBRE CRECHES. (1.: 1981: São Paulo). **Anais do primeiro encontro nacional sobre creches**. Vol 2, São Paulo: FCC/DPE, 1981.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, v. 37 (1976) e v. 41 (1980)

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. **Dados básicos da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: DEE, 1985.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Cadastro de equipamentos urbanos – creches municipais**. Curitiba, 1998.

____. **Educação pré-escolar: tentativa de enfoque na Prefeitura Municipal de Curitiba**. Curitiba: Departamento do Bem Estar Social. 1975.

____. **Favelas: súmula da proposta de desfavelamento**. Curitiba: PMC, fev/1976a

____. **Política Habitacional de Interesse Social – Plano de Desfavelamento**. Curitiba: PMC, 1976b.

____. **Aspectos sociais do Plano de desfavelamento de Curitiba.** Curitiba: Departamento do Bem Estar Social, Diretoria do Serviço Social, ago/1978.

____. **Levantamento da situação demográfica, socioeconômico e escolar de Curitiba.** Curitiba: Setor de Equipamentos Sociais, Supervisão de Planejamento, jul/1979a.

____. **Unidades de atendimento infantil: algumas alternativas.** Curitiba: Departamento de Desenvolvimento Social, ago/1979b.

____. **Proposta CEMIC'S – Convênio PMC – IAM – FUNABEM.** Curitiba: Departamento de Desenvolvimento Social, jul/1979.

____. **Proposta de expansão do programa de atendimento infantil para Curitiba.** Curitiba: Departamento de Desenvolvimento Social, 1980.

____. **Proposta de expansão do programa de atendimento infantil para Curitiba.** Curitiba: Departamento de Desenvolvimento Social, 1981.

____. **Proposta de melhoria e expansão dos programas dos Centros Sociais Urbanos.** Curitiba: Departamento de Desenvolvimento Social, jul/1983.

____. **Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano.** Vol. I Curitiba: PMC, nov. 1985.

____. **Curitiba em dados 80/90: Histórico de dados do município de Curitiba.** Curitiba: PMC, 1991.

____. **Creches em Curitiba: Espaço de Educação.** Curitiba: Secretaria Municipal da Criança, 1992.

____. **Curitiba em dados: 2004.** Curitiba: PMC, 2004.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECÔNOMICO E SOCIAL - IPES, **Instrução nº 11 do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos – PNCSUS.** Ago/1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. DEPARTAMENTO DO BEM ESTAR SOCIAL. **Plano de Educação.** vol.1. Curitiba, 1975a

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. DEPARTAMENTO DO BEM ESTAR SOCIAL. **Plano de Educação.** vol.3. Curitiba, 1975b

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. DEPARTAMENTO DO BEM ESTAR SOCIAL. **Plano de Educação.** vol.3a. Curitiba, 1975c

____. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. DEPARTAMENTO DA CRIANÇA. **Manual de Orientações Técnico-Administrativas do Programa Creche.** Curitiba, set/1986.

____. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. DEPARTAMENTO DA CRIANÇA. **Processo de Implantação de creches – gestão 86/88.** Curitiba, dez/1988.

____. FREI – FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Pesquisa sobre as associações de moradores de Curitiba.** Curitiba, set/1992.

DIVISÃO DO PATRIMÔNIO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Notas de empenho

104.414.404-2/85 – ordin.

104.414.613-4/85 – ordin.

104.414.615-1/85 – ordin.

104.414.617-9/85 – ordin.

104.414.934-3/85 – ordin.

104.414.935-7/85 – ordin.

104.414.936-0/85 – ordin.

104.414.938-8/85 – ordin.

IMPrensa Oficial

Diário Oficial – Estado do Paraná – 16/07/1962

Diário Oficial – Estado do Paraná – 08/07/1982

Diário Oficial – Estado do Paraná – Atos do Município de Curitiba – 24/07/1985

Diário Oficial – Estado do Paraná – 05/11/1985

LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS

Lei 2 585 de 23/06/1965 – Dispõem sobre a criação da Fundação de Recuperação do Indigente – FREI.

Lei 2 660 de 01/12/1965 – Dispõem sobre o Plano Diretor da Cidade de Curitiba.

Lei 98 de 22/06/1979 – Dispõem sobre a criação do Departamento de Desenvolvimento Social – DDS.

Decreto 180 de 05/03/1986 – Dispõem sobre a estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

JORNAIS

Correio de Notícias, 16/08/1977

Correio de Notícias, 21/03/1980

Correio de Notícias, 01/04/1980

Correio de Notícias, 21/05/1980

Correio de Notícias, 13/03/1985

Correio de Notícias, 22/10/1985

Correio de Notícias, 26/10/1985

Diário do Paraná, 02/12/1980

Diário do Paraná, 11/03/1980

Diário do Paraná, 26/08/1980

Diário Popular, 19/10/1980

Diário Popular, 01/09/1981

Diário Popular, 12/11/1985

Estado do Paraná, 30/09/1980

Estado do Paraná, 07/11/1981

Estado do Paraná, 10/05/1983

Expresso – Boletim de Informações da Cidade de Curitiba nº 6 fev/1980 e nº 7 mar/1980

Folha de Curitiba, 20/06/1984

Gazeta do Povo, 16/12/1979

Gazeta do Povo, 06/12/1981

Gazeta do Povo, 10/01/1982

Gazeta do Povo, 05/06/1983

Gazeta do Povo, 08/03/1985

Gazeta do Povo, 10/04/1985

Gazeta do Povo, 13/04/1985

Gazeta do Povo, 02/08/1985

Gazeta do Povo, 25/10/1985

Jornal do Estado, 23/09/1983

Jornal do Estado, 09/07/1985

Jornal Shopping, 24/08/1980

Tribuna do Paraná, 10/06/1981

Tribuna do Paraná, 14/10/1982

Tribuna do Paraná, 21/11/1983

FONTES ORAIS

DACYLIA VIEIRA DOS SANTOS. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 25 outubro 2007.

JAIRO GRAMINHO DE OLIVEIRA. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 31 outubro 2007.

JOSELITA MARIA NOGUEIRA. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 03 setembro 2007.

LISBOA a, ANILDO. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 16 novembro 2007.

LISBOA b, LEONILDA. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 16 novembro 2007.

THERESE KHALIFE. *Entrevista concedida à Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 30 julho 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, N. **O espaço escolar e suas marcas – o espaço como dimensão material do currículo**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

AUGUSTO, M. **Comunidade infantil: creche**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 1985.

BOSCHI, R. R. & VALLADARES, L. P. Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de 6 casos. In: BOSCHI, R. R. (org.) **Movimentos Coletivos no Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 103-144.

BRANDÃO, Z., ABRAMOVAY, M. & KRAMER, S. O pré-escolar e as classes desfavorecidas. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 39, p. 43-45, nov. 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

____. Lei N. 5692. **Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus**, de 11 de agosto de 1971.

____. Lei N. 4.024 **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. de 20 de dezembro de 1961.

____. Ministério da Educação e do Desporto. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei N. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1997.

BUFFA, E. & PINTO, G. A. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893 – 1971**. São Carlos: Brasília: EduFScar, IEP, 2002.

BURKE, P. **A escola dos Annales, 1929-1989**. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 1981

____. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMPOS, M. M. Assistência ao pré-escolar: uma abordagem crítica. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 28, p. 53-59, mar. 1979.

____. Et al. A creche e a pré-escola . **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.39, p. 35-42, nov. 1981.

____. Et al. **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.

CONRAD, H. M. **O desafio de ser pré-escola, as idéias de Friedrich Froebel e o início da educação infantil no Brasil**. Curitiba, 2000. Dissertação de Mestrado. PUC/PR.

CUNNINGHAM, H. **Storia dell'infanzia. XVI-XX secolo.** Società Editrice il Mulino: Itália, 1995.

DEL PRIORE, M. (org) **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1999.

____. **Histórias do Cotidiano.** São Paulo: Contexto, 2001.

DAHLBERG, G., MOSS, P.; PENCE, A. **Qualidade na educação da primeira infância.** São Paulo: Artmed, 1999.

EARP, M. L. S. A política de atendimento do século XX: a infância pobre sob a tutela do Estado. In: BAZÍLIO, L. C. Et all (org.) **Infância tutelada e educação: história, política e legislação.** Rio de Janeiro: Ravil, 1998, p.72-98.

FERRARI, A. R. & GASPARY, L. B. V. Distribuição de oportunidades de educação ao pré-escolar no Brasil. **Educação e Sociedade.** Ano 2. n. 5, p.62-79, jan. 1980.

GÉLIS, J. *A individualização da criança.* In: ARIÉS, P. & CHARTIER, R. (org.) **História da vida privada 3.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 311-330.

GOHN, M. G. M. **A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo.** Petrópolis: Vozes, 1985.

____. M. G. M. **Teorias dos Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 2002.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v.91, novembro de 1994, p.7-22.

GOUVÊA, M. C. S. A escolarização da “meninice” nas Minas Geras oitocentistas: a individualização do aluno. In: VEIGA, C. G. & FONSECA, T. N. L. (org) **História e historiografia da educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.189-225.

GRANGER, M. J. **Guia para montagem e funcionamento de uma creche.** Lisboa: Moraes Editores, 1976.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Dinâmica demográfica da Região Sul: Anos 70 e 80.** Curitiba: IPARDES, 1997.

JANOTTI, M. L. M. Refletindo sobre história oral: procedimentos e possibilidades. In: MEIHY, J. C. S. (org) **(Re)flitando História oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996, p.56-62.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo: Autores Associados/SBHE, n. 1, 2001, p. 9-43.

KRAMER, S. Privação cultural e educação compensatória: uma análise crítica. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.42, p. 54-62, ago. 1982.

_____. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

KUHLMANN JUNIOR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. Educando a infância brasileira. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; & VEIGA, C. G. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 469 – 496.

_____. A educação Infantil no século XIX. In: STEPHANOU, M. & BASTOS, M. H. C. (org) **Histórias e memórias da educação no Brasil Vol. II – Século XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 68-77.

_____. Menos assistencialismo, mais pedagogia. **Difusão de Idéias**. Fundação Carlos Chagas, p. 1-8, mai. 2007.

_____. Educação infantil: segmento que deve ser valorizado. **Difusão de Idéias**. Fundação Carlos Chagas, p. 1-5, out. 2007

_____. & FERNANDES, R. Sobre a história da infância. In: FILHO, L. M. F. (org) **A infância e sua educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-33.

LIMA, M. F. E. M. **LBA: tratamento pobre para o pobre**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1994.

LIMA, M. S. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989.

_____. **Arquitetura e educação**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

LÚCIA, A. A. **Mulheres em movimento: a luta por creche em Uberlândia**. São Paulo, 2003. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica/SP.

MERISSE, A. et al. **Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte e Ciência, 1997.

NEVES, L. S. **Movimento Popular e transporte coletivo em Curitiba (1970-1990)**. São Paulo, 1995. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica/ SP.

OLIVEIRA, D. O campo do planejamento urbano em Curitiba. **Revista História: Questões & Debates**. Curitiba, n.12 (22-23), p. 220-238, jun.-dez.1991.

OLIVEIRA, D. **A política do planejamento urbano: o caso de Curitiba**. Campinas, 1995. Tese de Doutorado. UNICAMP.

OLIVEIRA, M. A. C. **Curitiba 1900-1973: da espacialidade rural-extrativista à cidade-jardim**. Curitiba, 2000. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná.

OLIVEIRA, Z. M. R. A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, 14(1), p. 43-52, jan/jun 1988.

_____. Et al. **Creches: crianças, faz de conta & cia**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

PATTO, M. H. S. A Criança Marginalizada para os Piagetianos Brasileiros. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, p. 3-11, 1984.

_____. **A produção do fracasso escolar**. Histórias de submissão e rebeldia.. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

_____. O fracasso escolar como objeto de estudo: anotações sobre as características de um discurso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, p. 72-77, 1988.

_____. **Privação cultural e educação compensatória pré-primária**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar em Revista**. Curitiba, nº18, 2001, p. 13-28.

RATTO, A. L. S. **Origem e desenvolvimento da rede escolar da Prefeitura Municipal de Curitiba (1963-1979)**. São Paulo, 1994. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica/ SP.

ROCHA, E. A. C. **A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia**. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.

ROLIM, M. C. M. B. **Favelas, movimento associativo e planejamento urbano em Curitiba**. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação de Mestrado. IUPERJ.

ROSA, L. O. A pesquisa sobre educação pré-escolar: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. n. 67(155), p. 117-134, jan. abr. 1986.

ROSA, M. A. **Movimento de associações de moradores e amigos de bairros de Curitiba: resgate de sua trajetória histórica a partir da constituição das relações sociais educativas – 1977- 1983**. São Paulo, 1991. Dissertação de Mestrado. PUC/SP

ROSEMBERG, F. Et al. **Creches e pré-escolas: década da mulher**. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

_____. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche – 1984. In: ROSEMBERG, F. **Temas em destaque – Creche**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 90-103.

_____. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, M. C. (org) **História social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 137-157.

SEBASTIANI, M. T. **Educação infantil: o desafio da qualidade – um estudo da rede municipal de creches em Curitiba – 1989 a 1992**. São Paulo, 1996. Tese de Doutorado. UNICAMP.

SILVA, J. M. & AZEVEDO, R. G. P. **Projeto Casulo: experiência alternativa de atendimento ao pré-escolar**. Ministério da Previdência e Assistência Social/ Fundação Legião Brasileira de Assistência, 1979.

SOCZEK, M. B. **Políticas públicas para a educação infantil no município de Curitiba (1997-2004)**. Curitiba, 2006. Dissertação de Mestrado. UFPR.

SOUZA, G. **Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929**. São Paulo, 2004. Tese de Doutorado. Programa de estudos pós-graduados em educação: história, política, sociedade, PUC/SP.

SOUZA, N. R. **Planejamento Urbano, saber e poder: o governo do espaço e da população em Curitiba**. São Paulo, 1999. Tese de Doutorado. USP.

SOUZA, R. F. **Tempos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: **Ideário e imagens da educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2000, p. 3-27.

SOUZA, S. J. Tendências e fatos na política da educação pré-escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 51, p. 47-53, nov. 1984.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRINDADE, E. M. de C. **Cidade, homem e natureza : uma história das políticas ambientais de Curitiba**. Curitiba : Unilivre, 1997.

VEIGA, C. G. & FARIA FILHO, L. M. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIDAL, D. G. A fotografia como fonte para a historiografia educacional sobre o século XIX: uma primeira aproximação. In: FARIA FILHO, L. M. (org) **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 73-87.

VIEIRA, L. M. F. **Creches no Brasil: de mal necessário a lugar de compensar carências rumo à construção de um projeto educativo**. Belo Horizonte, 1986. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais.

VIEIRA, L. M. F. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 67, p. 3-16, nov. 1988.

VIÑAO FRAGO, A. Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones. **História de la Educación**, v. 12-13, p. 17-74, 1993/1994.

_____, A. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, A. & ESCOLANO BENITO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Trad. de Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p. 59-139.

_____, A. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, M. L. A. (org) **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 15-47.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. **Legislação e normas da educação pré-escolar. Legislação Federal e do Estado do Paraná**. Curitiba: Imprensa Universitária, Universidade Católica do Paraná, 1981.

ANEXO

Anexo 1 Carta da Favela

Carta da Favela, editada pelo então prefeito Jaime Lerner, publicada em 31/03/1980 no Jornal Expresso, n. 7 de março de 1980.

“Se Curitiba, como cidade, usufrui hoje de um inquestionável conceito em todo país, isso se deve ao grau de responsabilidade e de ousadia com que sempre encarou seus problemas mais vitais. E, ao lado disso, à sua firme decisão de não contornar a realidade com soluções paliativas, mas de enfrentá-la com medidas efetivamente transformadoras.

Mas, se nestes anos conseguimos uma cidade melhor, a verdade é que isso não basta. Porque a cidade melhor precisa ser também mais igual e mais justa. E isso implica não apenas em tornar seus equipamentos e serviços acessíveis a parcelas cada vez maiores da população, mas, igualmente, em nos voltarmos para aquelas que vivem completamente à margem dos benefícios mais elementares que a vida urbana assegura.

Pensar Curitiba nessa perspectiva significa, pois, pensar em medidas efetivas, de aplicação imediata, que possibilitem a melhoria das condições de vida e a promoção social das populações que habitam nas áreas de favelas.

Esse problema, pelo crescimento que tem apresentado, constitui uma das preocupações centrais do Município na área social.

Em 1975, Curitiba apresentava uma população de 17 mil pessoas, distribuída por suas então 17 favelas; hoje, são cerca de 31 mil habitantes e um total de 51 núcleos.

Esse crescimento é resultado direto do processo migratório do campo em direção à cidade, sendo, mais recentemente, reforçado por deslocamentos da população urbana de baixa renda, que encontra na favela uma alternativa de sobrevivência.

Os núcleos favelados situam-se, na sua grande maioria, em locais caracterizados como fundos de vale ou de propriedade particular, estando apenas uma parte em áreas públicas.

Ao par da questão da irregularidade quanto a posse da terra, verifica-se a extrema precariedade das condições de moradia e de infra-estrutura sanitária, o que

contribui para acentuar um quadro de vida indesejável, tanto no aspecto habitacional quanto social.

Modificar esta situação é urgente, principalmente, porque, entre a população favelada, o contingente infantil é o mais significativo, e, ao mesmo tempo, o mais vulnerável aos riscos oferecidos pela insatisfatória situação de vida. Está aí um problema social que Curitiba vai assumir. Por uma questão de justiça e consciência, é nosso dever impedir que gerações de brasileiros continuem sendo forçadas em condições onde a própria dignidade humana se vê comprometida.

A solução do problema habitacional, aspiração mais imediata da população, depende diretamente da disponibilidade de áreas públicas destináveis a esse fim e da viabilidade de compra de áreas particulares, já ocupadas ou não. Tendo em vista, entretanto, a amplitude do problema, a solução definitiva, abrangendo todos os núcleos, não pode se dar, como seria o ideal, a um só tempo e em curto prazo.

Assim – e considerando a necessidade da ação ter início imediato – a Prefeitura Municipal de Curitiba estabelece as seguintes propostas básicas de atuação:

1 – Urbanização das favelas situadas em terrenos do município, desde que as áreas apresentem condições favoráveis de salubridade. Para tanto, já estão sendo encaminhados à apreciação da Câmara vários pedidos de autorização para se proceder a venda dos terrenos aos moradores.

2 – Nas favelas situadas em terrenos insalubres será dada à comunidade favelada a oportunidade de aquisição de unidades em programas especiais da COHAB. A opção será da comunidade na sua totalidade. Oferecida a opção, ficará a Prefeitura desobrigada de manter programas de melhoria de qualidade de vida nessas áreas. Neste sentido, já tem a COHAB como programação para o biênio 80/81, a oferta de 2400 unidades. Somente esse programa permitirá atender a cerca de 40% do total de famílias residentes nas favelas do Município.

3 – Nos casos de favelas situadas em terrenos particulares a Prefeitura já está marcando contato com os proprietários, visando sua participação na solução do problema, que poderá ser a urbanização, quando a área é salubre e seu preço

viável, ou a oferta de outras áreas que possibilitem ampla integração dos moradores à cidade.

4 – As famílias que já adquiriram terreno próprio, ou que vierem a fazê-lo, terão a construção da moradia financiada pela COHAB, através do Programa FICAM.

5 – Implantação, em Curitiba e municípios da região metropolitana, de comunidades rurbanas, voltadas para a produção hortigranjeira, que absorverão famílias de origem rural, hoje residentes em favelas.

6 – As populações, enquanto não beneficiadas por qualquer das medidas anteriores, terão asseguradas a melhoria das condições de vida, ouvido o Conselho Comunitário de Melhoria da Qualidade de vida nas Favelas, a ser criado por decreto e composto por representantes da Câmara Municipal, da Pastoral das Favelas, da Comissão de Justiça e Paz e da Prefeitura.

No que se refere a melhoria das condições de vida é importante frisar que muitas providências já estão em curso, pelo Departamento de Desenvolvimento Social. As dez creches que a Prefeitura está construindo, específicas para os núcleos de favelas, atenderão a partir deste ano, do ponto de vista alimentar e educacional, a cerca de 900 crianças. O plano de assistência medica está sendo levado a todas as áreas. E, em diversos núcleos, já foram iniciadas obras como a implantação de iluminação e torneiras públicas, valeteamento e abertura de ruas. Vale ressaltar que algumas dessas obras têm sido realizadas pela própria população, com o apoio do Município.

Ao anunciarmos este programa geral de atuação para as favelas da cidade, temos plena consciência das dificuldades a serem vencidas. Acreditamos, porém, que o desafio precisa ser enfrentado – e que este é o momento de fazê-lo.

Nesta decisão, sabemos que estão ao nosso lado os que aspiram por uma Curitiba mais justa, e, como nós, entendem que o desenvolvimento não deve ser privilegio de uns poucos, mas um bem entre todos repartido.

Finalmente, afirmamos que esta proposta de atuação não foi fruto de elaborações internas, sem que se ouvisse os interessados. Pelo contrário: as populações foram amplamente consultadas, participaram das diversas fases de

elaboração. Assim como, no mesmo grau, participarão de todas as fases de execução.

A maioria esmagadora da população residente nas favelas é constituída de trabalhadores, pessoas que dão uma contribuição efetiva ao desenvolvimento da cidade. Não são marginais, nem diferentes. Não optaram pela situação em que vivem, mas a ela foram constrangidos pela expulsão do meio rural ou pelas dificuldades econômicas que atingem, na área urbana, as camadas de baixa renda.

É assim que a cidade deve vê-los.

Porque é assim que a situação é”.